UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

AS ORAÇÕES PSEUDO-RELATIVAS MODALIZADORAS: ASPECTOS FORMAIS E FUNCIONAIS

ANA PAULA SILVA VIEIRA TRINDADE

FORTALEZA – CEARÁ

2009

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

ANA PAULA SILVA VIEIRA TRINDADE

AS ORAÇÕES PSEUDO-RELATIVAS MODALIZADORAS: ASPECTOS FORMAIS E FUNCIONAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientadora:
Prof. Dra. Márcia Teixeira Nogueira.

FORTALEZA- CEARÁ
2009

"Lecturis salutem"
Ficha Catalográfica elaborada por
Telma Regina Abreu Camboim – Bibliotecária – CRB-3/593
tregina@ufc.br
Biblioteca de Ciências Humanas – UFC

T753o Trindade, Ana Paula Silva Vieira.
As orações pseudo-relativas modalizadoras [manuscrito] : aspectos formais e funcionais / por Ana Paula Silva Vieira Trindade. – 2009.
121 f. : il. ; 31 cm.
Cópia de computador (printout(s)).
Dissertação(Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza(CE), 26/02/2009.
Orientação: Profª. Drª. Márcia Teixeira Nogueira.
Inclui bibliografia.

1-LÍNGUA PORTUGUESA – ORAÇÕES PSEUDO-RELATIVAS MODALIZADORAS.
2-LÍNGUA PORTUGUESA – MODALIDADE. 3-FUNCIONALISMO(LINGUÍSTICA).
4-ANÁLISE LINGUÍSTICA. 5-BLOGS. I- Nogueira, Márcia Teixeira, orientador.
II- Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em Linguística.III- Título.

CDD(22ª ed.) 469.5

62/09

Esta dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Linguística como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Linguística, outorgado pela Universidade Federal do Ceará, e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca do Centro de Humanidades da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho da Dissertação é permitida, desde que seja feita de acordo com as normas científicas.

Ana Paula Silva Vieira Trindade

BANCA EXAMINADORA

Dra. Márcia Teixeira Nogueira – Orientadora
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Dra. Ana Costa de Araújo Lima
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
1ª. Examinadora

Dra. Márluce Coan
Universidade Federal do Ceará (UFC)
2ª. Examinadora

Dra. Maria Margarete Fernandes
Universidade Federal do Ceará (UFC)
Suplente

Dissertação aprovada em ___ de fevereiro de 2009.

Dedico este trabalho à minha família.

A esperança se adquire. Chega-se à esperança através da verdade, pagando o preço de repetidos esforços e de uma longa paciência. Para encontrar a esperança é necessário ir além do desespero. Quando chegamos ao fim da noite, encontramos a aurora.

(Georges Bernanos)

A vida é uma peça de teatro que não permite ensaios. Por isso, cante, ria, dance, chore e viva intensamente cada momento de sua vida, antes que a cortina se feche e a peça termine sem aplausos.

(Charles Chaplin)

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida e pela fé em alcançar meus objetivos incansavelmente.

A meu marido, Emmerson, pelo apoio que sempre encontrei, pela força nos momentos difíceis, pela compreensão que sempre demonstrou para com a minha ausência e falta de tempo e pelo amor incondicional que sempre me dedicou.

A meus pais, Félix e Consuêlo, pela criação amorosa e dedicada, pelos exemplos de perseverança e humildade que sempre demonstraram, pelo apoio dedicado em todos os momentos de minha vida.

A meus irmãos, Mara Denise, Marcos Paulo e Félix Júnior, por todos os momentos de nossas vidas.

A minha família, tios, primos, cunhados e sogros, pela torcida em mais essa tapa de minha vida e pelas agradáveis reuniões familiares, em que recuperava a força e o ânimo para continuar.

À Universidade Federal do Ceará, pela excelência no ensino superior.

Ao Programa de Pós-Graduação (estendido, aqui, à Coordenadora e aos funcionários), pela seriedade no trabalho acadêmico.

A minha orientadora, Professora Márcia Teixeira Nogueira, pela confiança, paciência, competência, austeridade e sabedoria que sempre me demonstrou.

Às bancas de qualificação e seminários, em especial, à Professora Márluce Coan, pelas observações e apontamentos pertinentes que me auxiliaram no aprimoramento deste trabalho.

Às colegas de graduação, Terezinha Peres, Jeane Mendonça e Érika Sisnando, às colegas de Especialização, Maria Apolinário (Poli, para os íntimos), Maria do Socorro Lima, Milena Mendes, Ana Paula Bacelar, Haristelma Moreira, pela amizade e pela torcida que sempre tiveram para comigo.

Ao Professor Kilpatrick Campelo, por me introduzir nos estudos funcionalistas.

Aos meus colegas de Mestrado, Fábio Fernandes, Fabiana Lima, Elaine Forte, Viviane de Oliveira, Anairan Jerônimo, Marina Kataoka, Andréa Feitosa, Daniel Andrade, pelos momentos de seriedade que sempre dedicamos às disciplinas, e pelos momentos de descontração sempre após as disciplinas.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro indispensável para a realização deste trabalho.

RESUMO

TRINDADE, Ana Paula Silva Vieira. **As construções pseudo-relativas modalizadoras**: aspectos formais e funcionais, 2009. Dissertação (Mestrado em Linguística – Área de concentração: Descrição e análise linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística. UFC. Fortaleza.

Este trabalho tem por objetivo refletir sobre os aspectos sintáticos, semânticos e discursivos associados ao uso de orações pseudo-relativas com marcas de modalidade. Inicialmente, procuramos verificar se, nas gramáticas tradicionais, anteriores e posteriores à NGB, e em gramáticas descritivas de língua portuguesa, bem como na pesquisa linguística sobre as orações relativas, há referência ao tipo de construção que designamos como orações *pseudo-relativas modalizadoras.* A partir desse levantamento bibliográfico inicial, constatamos que essa construção parece ter sido negligenciada por gramáticos e linguistas, pois quase inexiste alusão a ela. Com orientação teórica funcionalista, procuramos, então, proceder a uma análise qualitativa sobre as propriedades da construção pseudo-relativa modalizadora. A análise de ocorrências colhidas, sobretudo em *blogs* disponíveis na Internet, revelou-nos que a construção pseudo-relativa modalizadora: a) exibe uma relação de *encaixamento*; b) constitui-se com verbos de *Ação, Processo* ou *Estado;* c) apresenta verbos que, em geral, são de *cognição* e *elocução* que funcionam como predicados encaixadores de proposições com valores de modalidade epistêmica e evidencialidade; d) tem associado, frequentemente, ao Argumento 1 desses verbos o traço [+ Exp]; e) parece propensa a ocorrer em passagens de Fundo; f) tem, em geral, no SN antecedente, um referente dado ou pelo menos identificável pelo interlocutor. A partir dessa análise qualitativa do fenômeno, pretendemos fornecer contribuições para possíveis pesquisas acerca do fenômeno que aqui designamos de *pseudo-relativa modalizadora*.

Palavras-chave: funcionalismo; estratégias de relativização; articulação de orações; modalização.

ABSTRACT

TRINDADE, Ana Paula Silva Vieira. **As construções pseudo-relativas modalizadoras**: aspectos formais e funcionais, 2009. Dissertação (Mestrado em Linguística – Área de concentração: Descrição e análise linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística. UFC. Fortaleza.

This work intends to reflect about the syntactic, semantic and discursive aspects associated to the use of pseudo relative sentences with modal remarks. To begin with, we tried to verify if, in traditional grammars, former and latter ones to NGB, and in descriptive grammars of the Portuguese language, as well as in the linguistic research about the relative sentences, there is a reference to the kind of construction we labeled as pseudo relative modal sentences. From this initial bibliographical overview, we saw that this construction seems to have been neglected by grammarians and linguists, because there is almost no allusion to it. With functionalist theorical guiding, we sought, then, to proceed a qualitative analysis about the properties of the pseudo relative modal construction. The analysis of the observed facts, mainly in blogs available on Internet, revealed us that the pseudo relative modal construction a) shows an embedding relation; b) is formed with Action, Process or State verbs; c) it shows verbs that, in general, are cognition and elocution ones, working as matrix predicates carrying propositions with epistemic modality and evidentiality values; d) it hás associated, frequently, to the Argument 1 of these verbs the trace [+ Exp]; e) apparently tends to occur in background excerpts; f) it has, usually, in the former SN, a referred data or at least, identifiable by the interlocutor. From this qualitative analysis of the phenomenon, we intend to provide contributions to possible research about the phenomenon we name here pseudo relative modal.

Key words: functionalism; revitalizing strategies; sentence articulations; modal actions.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Processo de geração de sentenças..... 41
Figura 2 Esquema de recursividade..... 42
Figura 3 Caracterização estrutural da sentença relativa..... 43
Figura 4 Processo de gramaticalização..... 60
Figura 5 Funções semânticas dos argumentos..... 99

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 *Continuum* de integração de sentenças..... 75
Quadro 2 Classificação do estado-de-coisas..... 94
Quadro 3 Parâmetros de transitividade..... 108

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **13**

CAPÍTULO I - A ORAÇÃO RELATIVA NAS GRAMÁTICAS DE LÍNGUA PORTUGUESA **17**

1.1. A abordagem tradicional **17**

1.2. A abordagem estruturalista **30**

1.3. A abordagem gerativista **38**

1.4. Síntese conclusiva **47**

CAPÍTULO II – O PARADIGMA FUNCIONALISTA **49**

2.1. Pressupostos teóricos **49**

2.2. Bases teóricas funcionalistas para a pesquisa **53**

2.2.1. A inclusão da pragmática na gramática **53**

2.2.2. Relação entre gramática e cognição **55**

2.2.3. Os princípios de iconicidade e marcação **56**

2.2.4. Forças em competição: pressões do uso sobre a gramática **58**

2.2.5. A noção de prototipia **58**

2.2.6. A gramaticalização **60**

2.2.7. A modalização **62**

2.3. Síntese conclusiva **67**

CAPÍTULO III – O TRATAMENTO FUNCIONALISTA DO PROCESSO DE JUNÇÃO **69**

3.1. O processo de junção para o Funcionalismo **69**

3.2. Níveis de integração sintático-semântica **70**

3.3. Encaixamento e articulação de orações **72**

3.4. Síntese conclusiva **76**

CAPÍTULO IV – DESCRIÇÃO E ANÁLISE DA ORAÇÃO RELATIVA EM LÍNGUA PORTUGUESA: CONTRIBUIÇÕES DE ALGUMAS PESQUISAS.....77
4.1. Pesquisas de orientação variacionista **77**
4.2. Pesquisas de orientação funcionalista.....**80**
4.3. Síntese conclusiva **86**

CAPÍTULO V – AS ORAÇÕES PSEUDO-RELATIVAS MODALIZADORAS: PROPRIEDADES SINTÁTICO-SEMÂNTICAS 88
5.1. Descrição estrutural **88**
5.2. Classe sintático-semântica do verbo da oração pseudo-relativa modalizadora.....**91**
5.3. Funções semânticas do A1 do verbo da oração pseudo-relativa modalizadora **97**
5.4. Síntese conclusiva **100**

CAPÍTULO VI - AS ORAÇÕES PSEUDO-RELATIVAS MODALIZADORAS: PROPRIEDADES SEMÂNTICO-DISCURSIVAS 101
6.1. Classe semântico-discursiva do verbo da oração pseudo-relativa modalizadora.....**101**
6.2. Estatuto informacional do antecedente da oração pseudo-relativa modalizadora.....**104**
6.3. Relevo discursivo e contexto de uso **107**
6.4. Aspectos semântico-enunciativos do A1 do verbo da oração pseudo-relativa modalizadora **111**
6.5. Síntese conclusiva **113**

CONCLUSÃO.....115

REFERÊNCIAS 118

INTRODUÇÃO

As orações relativas são consideradas como orações que exercem a função de modificadores de um núcleo nominal (ou pronominal), daí a sua equivalência com o adjetivo, como o faz a tradição gramatical.

Em geral, a literatura linguística considera que as construções relativas em língua portuguesa apresentam-se, atualmente, por meio de três formas: uma tratada como padrão, conforme o exemplo (1); e duas não-padrão, como ilustrado em (2) e (3).

(1) Comprei um livro de que não gostei.
(2) Comprei um livro que não gostei dele.
(3) Comprei um livro que não gostei.

Contudo, em um levantamento bibliográfico que fizemos em gramáticas tradicionais a respeito das orações relativas em língua portuguesa, deparamo-nos com um fenômeno, apresentado por Bechara (1999) como correto e coerente, porém com uma grande dificuldade de enquadramento nas classificações tradicionais de análise sintática. Tal fenômeno é a ocorrência de expressões do tipo:

(4) Ali está o homem que eu pensei que tivesse desaparecido[1].

Por apresentar um pronome relativo, que, segundo descreve Bechara, não exerce função sintática na oração relativa, essa construção distancia-se tanto da chamada *relativa padrão* quanto das duas outras formas não-padrão exemplificadas anteriormente; por esse motivo, decidimos tratá-la como um tipo de *pseudo-relativa.*

Por representar uma codificação sintática de um conteúdo discursivo, ou seja, por registrar a subjetividade do enunciador que ajusta seu comprometimento com o conteúdo enunciado, decidimos qualificá-la como *pseudo-relativa modalizadora*.

Tais propriedades instigaram-nos à análise desse tipo de construção, principalmente, por aproximar-se das investigações feitas sobre os processos de *articulação de orações* e de *modalização* por integrantes do Grupo de Estudos em Funcionalismo – GEF (NOGUEIRA, 2007).

[1] Exemplo citado por Bechara (1999, p. 489).

Além de Bechara, é encontrada referência a esse tipo de construção em duas gramáticas anteriores à Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB): em Dias (1918) e em Pereira (1952). Isso indica que tal fenômeno não constitui realidade recente, pois, como podemos observar, já é apresentado em gramáticas do início do século XX, como é a gramática de Dias (1918). Parece-nos que a maioria dos gramáticos pós-NGB ignoraram tal fenômeno, que só voltou a ser contemplado em Bechara (1999).

Em um levantamento bibliográfico inicial sobre o tipo de construção que designamos *pseudo-relativa modalizadora*, deparamo-nos com os seguintes resultados.

Não há trabalhos, no Banco de Dados da CAPES de Teses e Dissertações, que contemplem o tema proposto como objeto de análise.

Há trabalhos que analisam as orações relativas, e outros que descrevem o fenômeno da modalização, mas não que relacionem os dois temas explicitamente.

Na literatura linguística, há autores que utilizam o termo *pseudo-relativa* para designar uma construção diferente da que compõe o objeto de estudo desse trabalho. É o caso de Brito (1995), que considera como pseudo-relativas as construções que contêm uma expressão nominal seguida de uma oração de *que* e são introduzidas por:

i. verbos de percepção, como *ver*, *ouvir*, *sentir* e outros que exprimem uma forma mais sutil de percepção como *encontrar*, *descobrir*, como é o caso dos exemplos que seguem:

(5) Vejo o teu filho que está a chorar.
(6) Ouço os meninos que estão a cantar.

ii. expressões de tipo “apresentativo”, como *eis*, *é*, *há*, como nos exemplos:

(7) Eis o Pedro que chega finalmente.
(8) É o teu filho que desatou a chorar.

iii. certas construções independentes, como:

(9) E eu que não consigo deixar de fumar.
(10) E o entroncamento que não chega[2]

[2] Exemplos copiados do referido artigo.

Para a autora, tais construções são mais produtivas no francês e no italiano que no português. No entanto, o que se denomina aqui de *pseudo-relativa* não coincide com a construção estudada por Brito (1995). Mas, tal como procede a autora, avaliamos como as construções aqui analisadas como *pseudo-relativas modalizadoras* se distanciam das chamadas relativas padrão.

Nosso propósito é refletir sobre esse fenômeno, assumindo o enfoque textual-discursivo, o que justifica nossa opção teórico-metodológica por uma perspectiva funcionalista, cuja delimitação conceptual será provida na seção teórica correspondente.

Convém salientar que este não é um trabalho de dados quantitativos; é antes um trabalho teórico em que apresentamos e discutimos um fenômeno que parece ter sido ignorado por gramáticos e linguistas.

Pretendemos verificar as propriedades sintático-semânticas e semântico-discursivas, especialmente do verbo e do antecedente da oração pseudo-relativa modalizadora, que influenciam na organização da construção analisada. Tais propriedades serão descritas nos capítulos correspondentes.

A dissertação encontra-se organizada da seguinte forma. No capítulo I, expomos os resultados de uma consulta sobre a oração relativa em diversas gramáticas de língua portuguesa: primeiramente, a versão da tradição; em seguida, os enfoques estruturalista e gerativista. O objetivo é observar as diferenças entre essas três abordagens gramaticais no que se refere ao tratamento da oração relativa.

No capítulo II, expomos os pressupostos teóricos do funcionalismo que servirão de base para a análise do fenômeno da pseudo-relativa modalizadora.

No capítulo III, encontra-se o tratamento que o funcionalismo dá especificamente ao processo de articulação de orações. Para isso, em um primeiro momento, retomamos, brevemente, a visão da gramática tradicional sobre os processos de coordenação e subordinação; e, posteriormente, as propostas funcionalistas que abordam esses processos. O objetivo é contrastar o que propõe a GT ao que propõe o funcionalismo no que se refere ao encaixamento da oração relativa.

O capítulo IV apresenta algumas pesquisas realizadas sobre as orações relativas em língua portuguesa. São explanadas as pesquisas de cunhos variacionista e funcionalista sobre essas orações.

No capítulo V, encontra-se uma descrição estrutural do fenômeno denominado de *pseudo-relativa modalizadora* segundo parâmetros funcionalistas, com ênfase nas propriedades sintático-semânticas do verbo e do argumento 1 (A1) desse tipo de oração.

Para isso, são discutidos alguns parâmetros de análise, como os que se encontram em Dik (1997) e Chafe (1987). O objetivo é mostrar uma análise qualitativa dos aspectos sintático-semânticos do fenômeno.

E, por último, o capítulo VI traz uma reflexão sobre as propriedades semântico-discursivas da oração pseudo-relativa modalizadora, tais como a natureza do verbo, com base na proposta de Neves (2000); o estatuto informacional do referente antecedente, segundo tipologia de Chafe (1987); o relevo discursivo, como parâmetro de organização das sentenças; e os aspectos semântico-enunciativos do A1 do verbo da oração pseudo-relativa modalizadora.

Esperamos que esse estudo, que representa uma reflexão inicial para uma investigação mais aprofundada sobre a construção que denominamos *pseudo-relativa modalizadora*, cumpra o propósito de identificar e sistematizar contribuições bibliográficas relevantes, bem como os parâmetros de análise que poderão elucidar a natureza desse fenômeno no inter-relacionamento entre os processos de junção e modalização.

CAPÍTULO I

A ORAÇÃO RELATIVA NAS GRAMÁTICAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Este capítulo tem como objetivo expor como é apresentada a oração relativa nas diferentes abordagens gramaticais de língua portuguesa. Primeiramente, apresentamos de que maneira a tradição gramatical entende a chamada *oração relativa*. Em seguida, passamos aos enfoques estruturalista e gerativista, para observar as diferenças que há entre esses três paradigmas gramaticais no que diz respeito ao tratamento desse tipo de oração.

1.1. A ABORDAGEM TRADICIONAL

Chamam-se **gramática normativa** as obras que buscam ditar, ou prescrever, as regras gramaticais de uma língua, posicionando as suas prescrições como a única "forma correta" de realização da língua, categorizando as outras formas possíveis como "erradas".

Frequentemente, as gramáticas normativas se baseiam nos dialetos de prestígio de uma comunidade linguística e condenam, especificamente, as formas adotadas por grupos socioeconômicos mais baixos.

Afirma-se que o estudo formal da gramática se tenha iniciado com os gregos, a partir de uma perspectiva filosófica, descobrindo, assim, a estrutura da língua (NEVES, 2002).

Os gregos se preocupavam, sobretudo, com a preservação de seu patrimônio literário. Faziam isso privilegiando o estudo das grandes obras do passado, cujo objetivo era expor os padrões linguísticos, considerados sublimes, dessas obras. E o que chamavam de *gramática* servia para a interpretação e crítica de tais obras. Surgia, deste modo, a gramática como exposição e imposição de uma língua modelar que devia ser preservada.

Dionísio, o Trácio, gramático grego, escreveu a “Arte da Gramática”, obra que serviu de modelo para a tradição gramatical do Ocidente. Editada pela primeira vez em

1715, esta pequena obra (pois consta de vinte parágrafos) é tratada como uma gramática descritiva com fins normativos.

Muitas das denominações das gramáticas gregas chegaram aos nossos dias e fazem parte da chamada análise tradicional da gramática de muitas línguas naturais.

Em se tratando de oração relativa, de uma forma geral, os gramáticos tradicionais discutem esse assunto na passagem destinada à análise do chamado *período composto*. Para esta pesquisa, foram consultados oito desses gramáticos: Dias (1918), Pereira (1952), Said Ali (1971), Cegalla (1980), Almeida (1985), Rocha Lima (1998), Bechara (1999) e Cunha e Cintra (2007).

Dias (1918) apresenta que uma oração relativa pode ser: 1)simplesmente qualificativa; 2) ou exprimir simultaneamente outra relação, como fim, consequência, causa, condição, concessão. Como exemplo do primeiro tipo, temos:

(11) Boca que sempre fala he bolsa sem cerraes.

E do segundo:

(12) Põe-me em perpetuo e misero desterro, Na Scynthia fria ou lá na Lubya ardente, Onde em lagrimas viva eternamente[3].

No entanto, observa Dias que há casos em que o pronome relativo *que* introduz uma cláusula adjetiva e, ao mesmo tempo, é membro de uma cláusula subsequente. De acordo com ele:

> Da mesma maneira que os pronomes e advérbios pronominais interrogativos, os pronomes e advérbios pronominais relativos podem introduzir, ao mesmo tempo, duas orações, uma subordinada à outra, dando o caráter de relativa à subordinante, mas pertencendo como sujeito ou determinação à subordinada (DIAS, 1918, p. 278).

Como exemplo, Dias (1918) nos mostra:

(13) Este é o livro *que* lhe aconselhei que comprasse.

[3] Exemplos fielmente copiados do autor.

O relativo *que* introduz a oração *lhe aconselhei*, dando-lhe um caráter de adjetiva, e, ao mesmo tempo, exerce a função sintática de *objeto direto* da oração *que comprasse*. Ou seja, faz parte das duas orações.

O autor afirma, ainda, que tal construção só é possível, em geral, quando a oração subordinada subsequente é substantiva.

Esse mesmo fenômeno é observado por Pereira (1952), que afirma que "casos há notáveis em que o pronome conjuntivo ou relativo *que*, servindo de ligação a uma cláusula adjetiva, é ao mesmo tempo membro de uma cláusula subsequente" (PEREIRA, 1952, p. 289), como nos mostra seu exemplo:

(14) São estas as leis *que* ele ordenou que fossem promulgadas.

De acordo com esse exemplo, o pronome relativo *que* introduz a oração adjetiva *ele ordenou*, e, ao mesmo tempo, é sujeito da oração subsequente *que fossem promulgadas*. É esse tipo de oração, semelhante ao do exemplo (14), que compõe o objeto deste estudo.

Já Said Ali (1971) apresenta, no capítulo intitulado "Sintaxe", o estudo das orações. Para ele, as orações fazem parte de uma estrutura maior, denominada *proposição*. Baseado em Hermann Paul, o autor define *proposição* como um fato que o falante deseja que o ouvinte saiba ou tome conhecimento, ou seja, o falante comunica um fato a alguém, quer tornar o outro conhecedor de algo que até então desconhecia. Não é necessário acrescentar a esta definição, segundo ele, coisas próprias do domínio da Lógica ou da Psicologia. Não lhe é essencial verificar rigorosamente o que se passa no intelecto dos indivíduos (interlocutores) como pontos de partida e chegada do pensamento, mas, sim, mostrar que um indivíduo transmite a outro o conhecimento de um fato por meio de uma combinação de palavras.

De acordo com o gramático, a proposição é basicamente composta de dois termos: *sujeito* e *predicado*, os quais ele chama de *essenciais*. Mas esses termos, muitas vezes, precisam de outros que lhes completem o sentido. E a estes últimos nomeia de *secundários*, que também podem vir acompanhados de outros termos que os individualizem ou lhes completem o sentido.

Os termos secundários nem sempre se expressam por meio de simples vocábulos, o que lhes ocasiona uma mudança, de modo que se desenvolvem em novas proposições. Estas passam a se chamar *secundárias*, *dependentes* ou *subordinadas*. Quando há orações secundárias, tem-se uma *oração composta*, que consiste na *oração principal* (a que contém o predicado representador do fato mais importante a ser comunicado) mais *oração (ou orações) secundária(s)*. As orações subordinadas, segundo o gramático, classificam-se em: *substantivas* – quando desempenham funções típicas dos substantivos (como sujeito ou complemento); *adjetivas ou relativas* – quando têm valor de determinante atributivo; e *adverbiais* – quando modificam o sentido do verbo, como o fazem os advérbios.

Sobre as orações relativas, Said Ali apenas comenta que tal estrutura surgiu da evolução do pronome demonstrativo anafórico para pronome relativo[4]. Além disso, afirma que, aos termos *coordenação* e *subordinação*, a Linguística moderna prefere as expressões *parataxe* e *hipotaxe*. Mas o autor não se aprofunda em explicações que definam as diferenças entre elas.

Diferentemente dele, os outros autores consultados, à exceção de Bechara (1999), não fazem menção a esses termos *parataxe*, *hipotaxe* e *proposição*.

Cegalla (1980) começa sua descrição fazendo a diferenciação entre *período simples* (quando constituído de uma só oração) e *período composto* (quando constituído de duas ou mais orações). Em seguida, afirma que o *período composto* pode formar-se mediante dois processos: a *coordenação* e a *subordinação*.

Na coordenação, as orações são sintaticamente independentes, como nos exemplos:

(15) Assinei as cartas e meti-as nos envelopes.

(16) Adaptou-se à aspereza da vida, enfrentou a adversidade, desafiou o destino.

E na subordinação, pelo contrário, há orações que dependem sintaticamente de outras, como no exemplo (17):

[4] No uso das orações relativas em *corpora* do português contemporâneo, observa-se uma perda crescente da transparência semântica desse pronome relativo. Nas chamadas relativas copiadoras (com pronome espelho), das quais falaremos mais adiante, o pronome exerce, sobretudo, função conectiva.

(17) Creio *que Gilda era a madrinha*.

Segundo explica o autor, nesse exemplo, a oração grifada constitui *objeto direto* da precedente, completa o sentido do verbo da oração anterior. A primeira é a *oração principal*, e a grifada, a *subordinada*.

Cegalla analisa as orações, depreendendo-as, como os exemplos a seguir:

(18) Pedi que tivessem calma.

Pedi: oração principal – "porque não exerce, no período, nenhuma função sintática e exige outra que lhe complete o sentido" (CEGALLA, 1980, p. 252).

que tivessem calma: oração subordinada – "porque completa o sentido da primeira, da qual depende, funcionando como *objeto direto"* (op. cit., p. 252).

As orações subordinadas, semelhante ao que distingue Said Ali (1971), classificam-se, de acordo com seu valor ou função, em: *substantivas*, *adjetivas* e *adverbiais*.

Sobre as orações adjetivas, Cegalla afirma que são introduzidas, na maioria das vezes, por pronomes relativos e se referem a um termo antecedente, que pode ser um substantivo ou um pronome. São de dois tipos: as *explicativas* e as *restritivas*. As primeiras "explicam ou esclarecem, à maneira de aposto, o termo antecedente, atribuindo-lhe uma qualidade que lhe é inerente ou acrescentando-lhe uma informação" (CEGALLA, 1980, p. 264), enquanto que as restritivas "restringem ou limitam a significação do termo antecedente, sendo indispensáveis ao sentido da frase" (p. 264). Outra diferença apontada pelo autor é quanto à pausa: as explicativas são isoladas por pausas, ao passo que as restritivas não são.

Almeida (1985) afirma que uma oração subordinada é relativa, ou adjetiva, quando, em relação à principal, equivale a um adjetivo. Em sua gramática, subdividem-se em *explicativas* e *restritivas*.

Também segundo Almeida, as relativas explicativas indicam uma qualidade inerente ao substantivo antecedente, podendo, por isso, ser eliminadas sem causar prejuízo ao sentido geral da oração.

Já as relativas restritivas expressam sentido acidental, e não podem ser suprimidas, pois isso causaria prejuízo ao sentido geral da oração.

Com os exemplos (19) e (20) o gramático ilustra, respectivamente, as relativas explicativas e restritivas:

(19) O homem, *que é mortal*, passa rápido sobre a terra.

(20) O homem *que é justo* deixa na terra memória abençoada.

Além do fato de serem ou não suprimidas sem causar prejuízo ao entendimento geral da oração, Almeida observa outras diferenças entre esses tipos de orações relativas: a entoação e a pontuação. Segundo ele:

> Enquanto as explicativas vêm entre vírgulas e se proferem com certa acentuação enfática, as restritivas não se põem entre vírgulas e se proferem sem nenhum acento enfático.
>
> Quer no meio, quer no fim do período, as adjetivas não vêm separadas por vírgula quando são restritivas: "O homem que esteve aqui ontem virá outra vez amanhã".
>
> Quando simplesmente explicativa, como se em lugar do pronome estivesse redigido "saiba-se que ele", "todos sabem que ele", a vírgula se torna necessária: "Meu pai, que esteve aqui ontem, virá outra vez amanhã". A explicativa dá certa informação que não é essencial ao sentido do que está sendo declarado na principal; é como se fosse um parêntese, cuja ausência não viria sacrificar a compreensão do que se afirma na principal (ALMEIDA, 1985, p. 527).

Como se pode observar, o gramático baseia sua análise nos critérios "poder ou não ser suprimida sem causar prejuízo ao entendimento da oração principal" e "vir ou não entre pausas, entre vírgulas".

Rocha Lima (1998) começa a análise das adjetivas afirmando que funcionam como adjunto adnominal. Subordinam-se a qualquer termo da oração anterior, cujo núcleo seja substantivo, ou equivalente de substantivo. Por exemplo:

(21) A água é um líquido *que não tem cor*.

(22) A água é *incolor*.

Segundo ele, as adjetivas permitem que juntemos ao substantivo características mais complexas, para as quais não existem, muitas vezes, adjetivos simples (léxicos). Quando desenvolvidas, são encabeçadas pelos pronomes *que*, *o qual*, *quem*, *cujo*,

quanto; ou pelos advérbios relativos *onde*, *quando* e *como*, por intermédio dos quais se prendem a um substantivo, ou pronome da oração anterior, chamado *antecedente*.

Assim como os outros autores pesquisados, classifica-as em *restritivas* e *explicativas*. As primeiras delimitam o antecedente, com o qual formam um todo significativo; em razão disso, não podem ser suprimidas, pois ficaria prejudicada a compreensão da oração principal. Por exemplo:

(23) Os pecadores *que se arrependem* alcançam o perdão de Deus.

Como explicação, o autor afirma que não são todos os pecadores que alcançam o perdão, mas somente os arrependidos. Ela se faz necessária, juntamente com seu antecedente, argumenta o gramático, por ser a expressão do nosso pensamento[5].

Segundo o gramático, as explicativas são termos adicionais, que encerram simples esclarecimentos ou pormenores do antecedente, razão pela qual são dispensáveis para a compreensão do conjunto. Por exemplo:

(24) Vozes d'África, *que é um poemeto épico*, representa um alto momento da poesia brasileira.

Para Rocha Lima, a oração destacada nos dá uma informação suplementar acerca do antecedente, não apresentando nenhuma interferência no entendimento da declaração principal, que subsiste sozinha.

Bechara (1999) começa a análise das orações adjetivas, ou de adjetivo (em seus termos), fazendo a equivalência entre o adjetivo e uma oração adjetiva. Por exemplo:

(25) O aluno *estudioso* vence na vida.

(26) O aluno *que estuda* vence na vida.

Na primeira oração, tem-se o adjetivo *estudioso* e, na segunda, a oração *que estuda* representando tal adjetivo.

[5] Evidencia-se, neste argumento, o caráter logicista da abordagem tradicional.

Em seguida, ele continua a análise dividindo as orações adjetivas em *explicativas* e *restritivas* (como fazem os outros autores consultados), exemplificando cada caso.

Logo após, dá explicações e exemplos de orações que são originariamente substantivas, mas que deveriam estar no grupo das adjetivas; é o que ele nomeia de "adjetivação de oração originariamente substantiva" (BECHARA, 1999, p.467), como é o caso das *completivas nominais*. Segundo ele, essas orações deveriam ser incluídas entre as adjetivas porque são modificadores de seus núcleos nominais e funcionalmente têm natureza adjetiva. Como é o caso de:

(27) O desejo *de que se apurem os fatos* é a maior preocupação dos diretores.

A oração em destaque funciona, segundo o gramático, como modificador do núcleo nominal "desejo".

Essa posição parece ignorar uma questão ancestral na Linguística – a diferença entre constituintes obrigatórios (complementos) e facultativos (adjuntos) [6].

O contrário também é observado por Bechara, "substantivação de orações originariamente adjetivas" (BECHARA, 1999, p. 468), em que se tem uma oração transposta adjetiva mediante o apagamento do antecedente dos pronomes relativos *quem* e *que* e, nesse último, a presença do artigo (o que), se o antecedente, pela situação de discurso, é conhecido dos interlocutores ou se lhe quer dar certo ar de generalização (BECHARA, 1999, p. 468).

É o caso de:

(28) Não conheço *quem chegou*.

Nessa oração, tem-se o apagamento do antecedente do pronome relativo *quem*. Com isso, a oração *quem chegou* funciona como objeto direto do verbo *conhecer*. Colocando-se o antecedente na oração, ter-se-ia:

---

[6] De um modo geral, as gramáticas e teorias sintáticas distinguem *complemento* de *adjunto*. Existem itens lexicais (verbos, substantivos, adjetivos e advérbios) transitivos e intransitivos (com valência ou avalentes). Os itens transitivos abrem em torno de si lugares que devem ser preenchidos por outros itens, que são os *complementos* ou *argumentos*. Entretanto, podem, também, estar acompanhados de constituintes que não são exigidos pela sua semântica, ou seja, não fazem parte de sua valência, são os *adjuntos*.

(29) Não conheço *a pessoa* que chegou.

Agora, a oração *que chegou* funciona como adjetiva, e não mais como substantiva.

Bechara diz que há uma outra possibilidade de análise, que consiste em desdobrar o *quem* em *aquele que* ou em *o que*. Em *o que*, pode-se identificar *o* como pronome demonstrativo antecedente, e *que*, como resultado da reinterpretação de *aquele que*. Como no exemplo já citado:

(28) Não conheço *quem* chegou.

Desdobrado em:

(30) Não conheço *aquele que* chegou.

Ou em:

(31) Não conheço *os que* chegaram.

Todavia, segundo Bechara (1999), essa é uma forma de manipular a realidade, substituindo-a, às vezes, por expressões que nem sempre a ela correspondem. Essa conciliação forçada é um método condenável para o gramático, que defende a análise a partir da realidade da língua.

Finalizando sua análise referente às orações relativas, Bechara explica e exemplifica o que chama de "relativo universal" (BECHARA, 1999, p. 491), que é o uso do relativo destituído de qualquer função sintática, colocado como um simples elemento que transpõe orações. É o que acontece em exemplos como estes que ele traz:

(32) O homem *que* eu falei *com ele*.

(33) A amizade é coisa *que* nem sempre sabemos *seu significado*.

Segundo Bechara, nesses dois exemplos, tem-se o relativo *que* sem função sintática nas orações das quais faz parte, mas tal função é expressa mais adiante pelos termos *com ele* e *seu significado*.

Diferente é o que acontece com o fenômeno apresentado aqui de *pseudo-relativa*, que traz o pronome relativo sem função sintática da mesma forma que os dois exemplos citados anteriormente, mas tal função não se expressa mais adiante, como o que ocorre nos exemplos (32) e (33). Retomando o exemplo que Bechara apresenta, temos:

(4) Ali está o homem que eu pensei que tivesse desaparecido.

O pronome relativo *que* não exerce função sintática na oração adjetiva (ou relativa). Ele retoma o antecedente (*o homem*) e exerce a função sintática na oração substantiva *que tivesse desaparecido*.

Para o autor, esse tipo de uso é característico da linguagem coloquial e popular, que toma o relativo universal como um 'elemento linguístico extremamente prático' (NYROP, 1935 apud Bechara, 1999, p. 492), apesar de a língua padrão recomendar o "correto" emprego dos relativos.

Continuando nossa revisão da literatura gramatical, vemos que Cunha e Cintra (2007) começam o estudo das orações fazendo a diferenciação entre *período simples* (quando constituído de uma só oração) e *período composto* (quando formado de duas ou mais orações).

Em seguida, apresentam os três tipos de períodos compostos: o período composto por *coordenação*, o composto por *subordinação* e o composto pelos dois processos, ou seja, por *coordenação* e *subordinação*.

Temos, segundo eles, um período composto por coordenação quando nele há orações independentes, autônomas, as quais denominam de *coordenadas*, como podemos observar em seu exemplo:

(34) As horas passam, os homens caem, a poesia fica.[7]

Pela análise dos autores, esse é um período composto de três orações (1ª. = *as horas passam*; 2ª. = *os homens caem*; 3ª. = a poesia fica.) pertencentes à mesma natureza, pois cada uma tem sentido próprio, é autônoma e independente, quer dizer,

[7] Esse e os outros exemplos desse capítulo foram fornecidos pelas gramáticas consultadas.

nenhuma funciona como *termo*[8] da outra. O que acontece é que, para a significação, as três enriquecem a totalidade uma da outra.

Diferentemente desse, é o período composto por *subordinação*, em que se tem orações sem autonomia gramatical, ou seja, que funcionam, sintaticamente, como termos (essenciais, integrantes ou acessórios) ou partes de termos de outra oração, como no exemplo:

(35) O meu André não lhe disse que temos aí um holandês que trouxe material novo...?

Os gramáticos explicam que, nesse exemplo, há, também, três orações (1ª. = *O meu André não lhe disse*; 2ª. = *que temos aí um holandês*; 3ª. = *que trouxe material novo*.) [9], mas estruturalmente diferentes das orações do exemplo anterior.

Segundo explanação dos gramáticos, a oração *que temos aí um holandês*, por exemplo, é sintaticamente dependente da anterior, *O meu André não lhe disse*, pois constitui *termo integrante* do verbo "dizer", isto é, desempenha a função sintática de *objeto direto* deste verbo. Por sua vez, a oração *que trouxe material novo* é, também, sintaticamente dependente de outra, no caso, dependente de um termo da outra, *holandês*, uma vez que desempenha a função sintática de *adjunto adnominal*, portanto, funciona sintaticamente como *termo acessório* dela.

E, por último, apresentam o período composto por *coordenação* e *subordinação*, que é produto de uma espécie de combinação desses dois processos, como no exemplo:

(36) Moleque Nicanor arregalou os olhos, e eu pensei que ia ouvir as pancadas do seu coração.

As duas primeiras orações (1ª. = *Moleque Nicanor arregalou os olhos*; 2ª. = *e eu pensei*) são coordenadas; e a última, *que ia ouvir as pancadas do seu coração*, é subordinada, já que exerce a função sintática de *objeto direto* do verbo "pensar".

---

[8] No caso, *termo* se refere ao conceito gramatical de elementos que fazem parte da oração. Segundo a Nomenclatura Gramatical Brasileira, *termos essenciais* são o sujeito e o predicado; *termos integrantes* são os complementos verbais e nominais, além do agente da passiva, *termos acessórios* são os adjuntos adnominal e adverbial, além do aposto, e o *vocativo*, que é considerado, pela maioria dos autores, como um termo que está fora da estrutura oracional.

[9] Tal como se encontra na maioria das gramáticas, a segmentação feita pelos autores não considera uma hierarquia estrutural de camadas de constituência.

Fazendo um estudo mais aprofundado do período composto por subordinação[10], os autores classificam as orações subordinadas de acordo com as funções que exercem. Podem ser:

- substantivas – quando têm valor e função próprios do substantivo (sujeito, objeto direto, objeto indireto, predicativo, etc.), como no exemplo:

  (37) É necessário *que venhas urgente*. (substantiva subjetiva)
  (37a) É necessária *tua vinda*. (sujeito)[11]

- adjetivas – quando têm valor e função próprios do adjetivo (adjunto adnominal), como no exemplo:

  (38) Não desaprendi as lições *que recebi*. (adjetiva restritiva)
  (38a) Não desaprendi as lições *recebidas*. (adjunto adnominal de *lições*)

- adverbiais – quando têm valor e função próprios dos advérbios e das locuções adverbiais (adjunto adverbial), como no exemplo:

  (39) Ainda não o tinha visto *depois que voltara*. (adverbial temporal)
  (39a) Ainda não o tinha visto depois *da volta*. (adjunto adverbial de tempo)

Sobre as orações relativas (ou *adjetivas*, em seus termos), Cunha e Cintra afirmam que podem referir-se a qualquer termo da oração, desde que o núcleo seja um substantivo ou um pronome.

Classificam-se em *restritivas* e *explicativas* conforme o sentido que manifestem:

> As restritivas, como o nome indica, restringem, limitam, precisam a significação do substantivo (ou pronome) antecedente. São, por conseguinte, indispensáveis ao sentido da frase; e, como se ligam ao antecedente sem pausa, dele não se separam, na escrita, por vírgula (...)
>
> As explicativas acrescentam ao antecedente uma qualidade acessória, isto é, esclarecem melhor a sua significação, à semelhança de um aposto. Mas, por isso mesmo, não são indispensáveis ao sentido *essencial*[12]

[10] Não há notas sobre o período composto por coordenação porque o escopo deste trabalho são as orações relativas. Estas são incluídas, pela tradição gramatical, nas orações subordinadas.
[11] Exemplos fielmente copiados do autor.
[12] Grifo dos autores.

> da frase. Na fala, separam-se do antecedente por uma pausa, indicada na escrita por vírgula (CUNHA E CINTRA, 2007, p. 618).

Os exemplos (40) e (41) ilustram, respectivamente, os dois tipos de orações adjetivas:

(40) És um dos raros homens *que têm o mundo nas mãos*.

(41) Eu, *que não tenho nenhuma certeza*, sou mais certo ou menos certo?

Pelas explicações dos autores, a oração *que têm o mundo nas mãos* restringe o significado de *homem*; é indispensável ao sentido da frase, portanto, não pode ser suprimida. Diferente é a oração *que não tenho nenhuma certeza*, pois apenas acrescenta uma informação, "uma qualidade acessória" ao seu antecedente, no caso, *eu*, que tipicamente tem um nível de informatividade maior que o antecedente da oração anteriormente analisada. Por isso, diz-se que esse tipo de oração relativa é acessória, não indispensável ao sentido da frase.

Uma incoerência podemos perceber dessa análise: se a oração adjetiva (ou relativa) restritiva é essencial ao sentido da frase, ou seja, não pode ser suprimida, senão se compromete a significação, a compreensão da frase, porque incluí-la no grupo das orações acessórias, já que "chamam-se acessórios os termos que se juntam a um nome ou a um verbo para precisar-lhes o significado". Os gramáticos justificam: "Embora tragam um dado novo à oração, não são eles indispensáveis ao entendimento do enunciado" (CUNHA E CINTRA, 2007, p. 163). Então, são essenciais ou acessórias? O fato de a supressão da adjetiva restritiva não derivar uma construção sintática agramatical não significa que o "entendimento" dessa construção com ou sem a oração adjetiva seja o mesmo.

Como se pode observar, os gramáticos tradicionais consultados, em geral, fundamentam sua descrição da oração relativa em alguns critérios. Consideram aspectos sintáticos - como, por exemplo, a dependência sintática; e aspectos semânticos – valor de adjetivo ou determinante; subdivisão em *explicativas* e *restritivas* pela presença ou não de pausa entre a oração relativa e a principal; e têm interesse no pronome relativo que encabeça as orações adjetivas. As oito gramáticas analisadas apresentam esses parâmetros de análise.

Contudo, Dias (1918), Pereira (1952) e Bechara (1999) apresentam um fenômeno que não se observa nas outras gramáticas explicitadas, que é o fato de o pronome relativo não exercer função sintática na oração relativa, servindo de ligação entre esse tipo de oração e a oração substantiva subsequente. E é sobre esse tipo de construção que a dissertação se desenvolve.

1.2. A ABORDAGEM ESTRUTURALISTA

O termo *estruturalismo* tem origem no *Cours de linguistique générale*, publicado em 1916 como obra póstuma do linguista suíço Ferdinand de Saussure. Propunha-se abordar qualquer língua como sistema no qual cada um dos elementos só pode ser definido pelas relações de equivalência ou de oposição que mantém com os demais elementos. Esse conjunto de relações forma a *estrutura*.

Segundo Lyons (1987), o estruturalismo nasceu em oposição ao historicismo, cujos gramáticos (i.e. neogramáticos) afirmavam que a Linguística tinha que ser histórica. Saussure argumentou em favor de que o estudo sincrônico - investigação de como as formas e sentidos estão inter-relacionados numa determinada língua, em determinado ponto no tempo - das línguas também podia ser científico e explicativo tanto quanto o estudo diacrônico - desenvolvimento histórico de determinadas formas ou sentidos. Mas, para ele, os dois modos são complementares.

Para Saussure, as línguas, diferentemente do que acreditava o historicismo, não evoluíam no tempo por motivações externas ou internas, e por isso a sua opção pela sincronia como uma explicação estrutural e funcional dos fatos. Ele acreditava que todas as mudanças se davam originariamente fora do sistema linguístico.

A descrição estrutural mostra de que maneira os componentes linguísticos se encaixam, formando uma só estrutura. *Estrutura*, como dito há pouco, é equivalente a ‘sistema’, ou seja, “a língua é um sistema”, cujos componentes estão em relação. Saussure afirma ainda que o objeto de estudo da Linguística deve ser o seu sistema linguístico (a língua – *langue*), e não o uso, a realização concreta desse sistema (a fala – *parole*).

Entre as ideias saussurianas estão:

- o princípio da *autonomia da Linguística*, a sua independência em relação a outras disciplinas: a Linguística deveria estudar o sistema linguístico abstraído da sociedade em que está inserido;
- o princípio da *arbitrariedade do signo*, que não concebe a língua como um conjunto de nomes, ou rótulos para conceitos preexistentes: não há motivação entre o *significante* e o *significado* de uma determinada palavra, o que ocorre é que "o significado de uma palavra é o produto das relações semânticas entre aquela palavra e outras no mesmo sistema linguístico" (LYONS, 1987, p. 206);
- e a tese da *relatividade linguística* em oposição ao universalismo, que afirma não haver propriedades universais de línguas humanas, ou seja, "toda língua é, por assim dizer, uma lei em si mesma" (op. cit., p. 206).

As propostas de descrição estruturalista da língua portuguesa consultadas nesta pesquisa sobre as orações relativas foram as de Macambira (1970), Vilela (1995) e Perini (2007).

Macambira (1970) inclui o estudo das orações adjetivas no capítulo destinado ao 'Adjunto Adnominal'. Segundo ele, a *oração subordinada adjetiva* é, na verdade, adnominal, mas a tradição consagrou o termo *adjetiva*, que não pertence à sintaxe, e sim à morfologia (MACAMBIRA, 1970, p. 373).

Contudo, o autor faz uma pequena distinção: para as subordinadas introduzidas por um pronome relativo com antecedente expresso, conserva-se o nome tradicional de "oração adjetiva"; e, para as subordinadas introduzidas por relativo indefinido, ou seja, com antecedente não expresso, a oração deve ser classificada como *adnominal*.

Por exemplo em

(42) O amor é *o caminho que* nos conduz a Deus[13].

temos, segundo Macambira, uma oração adjetiva, pois o relativo *que* apresenta um antecedente expresso, no caso, *o caminho*.

Mas, no exemplo (43)

[13] Os exemplos deste subtópico foram fornecidos pelos respectivos autores.

(43) O coração de *quem* ama tem o calor do paraíso.

a oração adjetiva constitui uma *oração adnominal*, já que o pronome relativo *quem* não tem antecedente expresso; em seus termos, é um *relativo indefinido*.

Para que esta oração seja uma adjetiva, é necessário transformar o relativo indefinido em pronome relativo. Então, de acordo com Macambira, a oração tornar-se-ia esta:

(43a) O coração *daquele que* ama tem o calor do paraíso.

Agora, o relativo *que* apresenta um antecedente expresso, *aquele*.

Vilela (1995) divide sua gramática em três partes: gramática *da palavra*; gramática *da frase*; e gramática *de texto*.

A gramática da palavra se refere à Morfologia, ao estudo das categorias gramaticais[14], sua divisão e respectivas propriedades; a gramática da frase envolve a Sintaxe, o conjunto das propriedades das estruturas subjacentes aos enunciados de uma determinada língua e sua descrição; e a gramática do texto engloba a sintaxe e a semântica do texto e a pragmática.

O estudo da oração relativa se encontra na gramática da frase. Segundo ele:

> A sintaxe ocupa-se, assim, da construção do discurso linearizado como ele surge no processo de comunicação, compreendendo a frase – a unidade básica do processo -, o grupo de palavras e os respectivos meios formais que servem para construir a frase e o grupo de palavras (VILELA, 1995, p. 219).

Ocorrem de duas formas as relações sintáticas:

- Através de *relações paradigmáticas* – existentes entre unidades que podem ocorrer num mesmo contexto, mas que, nele, excluem-se, como a polaridade (frase afirmativa / negativa);
- Através de *relações sintagmáticas* – existentes entre unidades que podem ocorrer num dado contexto. São duas as relações sintagmáticas:

[14] Vilela chama de *categorias gramaticais* as classes de formas e classes funcionais às quais se enquadra a maior parte das palavras do português, como os *substantivos*, *verbos*, *adjetivos*, entre outras (VILELA, 1995).

i. *Relações sintagmáticas léxico-semânticas* – as palavras condicionam a sua articulação com as outras em virtude de uma compatibilidade semântica entre essas unidades;

ii. *Relações tradicionalmente tidas como gramaticais* – que são: a *combinação predicativa* (a frase é a combinação de um sujeito e um predicado, que se condicionam mutuamente, o que se manifesta na concordância de pessoa e número; *a combinação hipotática ou subordinação* (integração de uma estrutura em outra, ocasionando, assim, uma relação de dependência entre a estrutura integrada e a que integra); e a *combinação paratática ou coordenação* (articulação entre unidades de mesmo valor sintático).

Por frase, Vilela entende a descrição de um estado-de-coisas[15] transformada, num texto, em enunciado; e este, por sua vez, é a concretização, numa determinada situação, de uma unidade comunicativa realizada por um falante (ou escrevente).

Ao se combinarem duas ou mais frases, tem-se uma frase composta, e a relação entre elas pode ser de ligação (coordenação) ou de encaixamento (subordinação) [16].

A subordinação (ou hipotaxe) denota uma relação de dependência sintática entre as frases parciais de uma frase composta, na qual as frases dependentes são as subordinadas, e a frase dominante, a subordinante.

Para o autor, classificam-se em três tipos as frases subordinadas:

- As *frases complementos ou frases actantes*: são dependentes sintaticamente e preenchem os espaços vazios de termos que possuem valência, como nos exemplos:

(44) O empreiteiro ordenou *que todos colocassem o capacete*. – preenche o lugar vazio de *objeto direto* do verbo *ordenar*.

(45) É bom *que você tenha vindo*. – preenche o lugar vazio de *sujeito* do verbo *ser*.

[15] Nos termos de Dik (1997), *estado-de-coisas (EC)* consiste numa concepção, uma interpretação linguística de algo que pode ocorrer em algum mundo (real ou imaginário).

[16] Não se tratará da coordenação, pois o escopo deste trabalho está na subordinação. Para um maior aprofundamento, recomendamos a leitura de Vilela (1995).

Estão, nessa categoria, as *frases relativas generalizantes*, ou seja, sem antecedente determinado, como em:

(46) *Quem procura* sempre alcança.

(47) Não guardes para amanhã *o que podes fazer hoje*.

Segundo Vilela, tais frases:

> caracterizam grupos de pessoas, coisas, acções, por meio da indicação de um traço comum invariante. Aqui permanece indeterminado o número e a individualidade dos elementos pertencentes a este grupo, o que se torna claro se completarmos as frases:
>
> As coisas que podes fazer hoje, não as deixe para amanhã.
> Aquele que procura alguma coisa, esse alcança sempre alcança alguma coisa (VILELA, 1995, p. 295).

- As *frases de relação* ou *relacionais*: relacionam dois estados-de-coisas – um subordinado a outro, seja para explicá-lo, condicioná-lo, restringi-lo – mas não ocupam os espaços vazios de termos que apresentam valência, como as frases complementos, embora também sejam dependentes sintaticamente. A estas frases, a tradição intitula de *subordinadas adverbiais*, como as dos exemplos (48) e (49):

(48) Fico-lhe muito agradecido *porque me ajudou imenso*.

(49) *Embora tivéssemos chegado a horas*, não vimos o início do filme.

As combinações com frases desse tipo mostram uma relação de conteúdo entre dois estados-de-coisas, um exprimindo valores circunstanciais (adverbiais) em relação ao outro.

- As *frases relativas* propriamente ditas: caracterizam grupos ou classes de indivíduos por meio de descrições de estados-de-coisas. São encabeçadas por pronomes ou advérbios relativos, que desempenham função sintática na frase subordinada e retomam semanticamente um elemento da frase de referência.

  Compreendem duas subclasses:

  i. A *frase explicativa*, apositiva ou não-restritiva – que fornece, em relação ao antecedente, uma informação suplementar, não necessária, podendo,

portanto, ser suprimida sem comprometer ou alterar semanticamente a compreensão do todo complexo. Caracteriza-se por estar separada da frase subordinante mediante uma pausa, como se observa nos exemplos:

(50) Estas férias, *que eu passei na montanha*, foram as melhores que tive até hoje.

(51) Lisboa, *que é uma cidade cheia de luz*, é muito visitada por turistas.

ii. A *frase atributiva restritiva* – que fornece características que delimitam o termo antecedente com relação a outros pertencentes à mesma categoria. Faz-se necessária para a compreensão de todo o complexo, uma vez que não fornece informações suplementares, mas, sim, essenciais em relação ao antecedente. Ademais, segue-se à palavra antecedente sem qualquer pausa, como no exemplo:

(52) Apenas vê aquele *que quer ver*.

Em outras palavras, no exemplo (52), afirma-se que não são todos os que veem, apenas os que querem, ou melhor, dentre todos, apenas os que querem é que veem.

Além de apresentar os tipos de orações relativas, Vilela aponta algumas características que lhes são peculiares, como, por exemplo, a função sintática que exerce o pronome relativo em relação à frase à qual pertence. De acordo com ele, a função sintática do relativo depende exclusivamente do verbo da frase em que se encontra. Por exemplo, na frase (52), anteriormente citada, o pronome relativo *que* exerce a função sintática de *sujeito* do verbo *querer*.

Outra característica das orações relativas refere-se ao tempo e ao modo dos verbos de tais orações. Nas restritivas, emprega-se o indicativo ou o subjuntivo dependendo da avaliação que o falante faz do estado-de-coisas. Desse modo, "com o indicativo exprime-se que há, pelo menos, um indivíduo para o qual a caracterização indicada é válida, e, com o subjuntivo, o falante exprime a sua incerteza acerca da existência" (op. cit., p. 298), como podemos verificar nos exemplos:

(53) Procuro um homem que *fala* português.

É diferente de:

(54) Procuro um homem que *fale* português.

Em contrapartida, nas relativas não-restritivas, como se trata de informações suplementares, adicionais, presume-se que se fale de algo real (ou considerado como tal). Nesse caso, o modo verbal usado em tais construções é o indicativo, como podemos observar nos exemplos:

(55) O meu amigo, que *é* muito conhecido e estimado, anda de viagem.

(56) Então este ano, que *choveu* tanto, não vai faltar água no Porto.

Assim como Macambira, Perini (2007) também critica a nomenclatura adotada pela tradição gramatical em relação às orações relativas.

Para ele, a oração relativa é um tipo de construção que funciona sempre como *modificador externo* e pertence à classe dos sintagmas adjetivos. (PERINI, 2007, p. 151).

Um sintagma nominal (SN) [17], nos termos de Perini, é divido em duas porções: tem-se a *área esquerda*, que compreende os elementos que precedem o núcleo; e a *área direita*, composta do núcleo mais os elementos que o seguem. São funções da área esquerda: *determinante*, *possessivo*, *reforço*, *quantificador*, *pré-núcleo externo*, *pré-núcleo interno* e *numerador*[18]. E são funções da área direita: *núcleo do SN*, *modificador interno* (ModI) e *modificador externo* (ModE). O autor nos dá o exemplo a seguir para ilustração:

(57) um ataque cardíaco fulminante

Classificando os termos, segundo Perini, temos:

[17] SN é uma categoria sintagmática, entendendo-se o sintagma como "qualquer construção, em qualquer nível, resultante da articulação de unidades menores" (CARONE, 2002, p. 8), ou seja, é uma categoria superior construída com base nas categorias lexicais. Assim como o SN (Sintagma Nominal), tem-se também o SV (Sintagma Verbal), o SAdj (Sintagma Adjetival), o SP (Sintagma Preposicional) e o SAdv (Sintagma Adverbial).

[18] Não serão mais detalhadas as funções da área esquerda, pois o que interessa aqui é a outra área, a da direta. Para um maior aprofundamento, consultar Perini (2007).

Na área esquerda:
Determinante - *um*

Na área direita:
Núcleo do SN – *ataque*
Modificador interno (ModI) – *cardíaco*
Modificador externo (ModE) – *fulminante*

O SN, portanto, compreende dois termos que sucedem o núcleo: o ModI e o ModE, nessa ordem. Este último pode também vir realizado por um *sintagma complexo*, no caso, um *sintagma adjetivo*, como no exemplo a seguir:

(58) O urso *que me mordeu* era branco.

A função de sujeito dessa frase é preenchida pelo SN *o urso que me mordeu*, no qual está inclusa a oração subordinada *que me mordeu*, que tem como sujeito o pronome relativo *que*. Por esse motivo, o sujeito dessa frase é um tipo de sintagma ao qual Perini nomeia de *construção relativa*.

A construção relativa apresenta as seguintes características:

- presença de um relativo, precedido, às vezes, de uma preposição;
- presença de uma estrutura oracional aparentemente incompleta, logo após o relativo;
- articulação de um *elemento nominal* (parte de um SN) + *o relativo* + *a estrutura oracional mencionada*, formando uma sequência que é um SN.

O autor diz que a oração é apenas aparentemente incompleta, porque o relativo desempenha uma função dentro da oração subordinada; logo, podemos analisar *que* como sujeito de *me mordeu*.

O relativo se posiciona sempre no início da oração subordinada, independentemente da função que desempenhe. Ele se interpreta como correferente do elemento nominal que o precede, como ilustra o exemplo (59):

(59) A *garota* a *quem* eu dei meu relógio não quer saber de mim.

O relativo *quem* mostra que o enunciador deu o relógio à mesma garota que o despreza.

Tradicionalmente, distinguem-se as orações relativas em dois tipos: *explicativas* e *restritivas*, como já explicamos no item 1.1, mas Perini prefere designá-las, respectivamente, pelos nomes *apositiva* e *não-apositiva*. Segundo o autor, os nomes utilizados pela tradição são inspirados em propriedades semânticas, e ele não acha interessante confundir-se o aspecto sintático com o aspecto semântico. Os exemplos (60) e (61) ilustram, respectivamente, os dois tipos de relativas, segundo Perini.

(60) O urso, *que fugiu*, era branco.

(61) O urso *que fugiu* era branco.

Em (60), tem-se, segundo o autor, uma *apositiva* e, em (61), uma *não-apositiva*, porque só as apositivas se separam por vírgula do resto da frase, ou seja, apresentam pausa[19].

Os gramáticos estruturalistas pesquisados apresentam alguns pontos em comum: criticam o tratamento tradicional no que diz respeito à oração relativa, ao corte que a gramática tradicional faz entre a estrutura relativa e o todo complexo por não reconhecer, na oração, uma organização hierárquica, e à mescla de aspectos sintáticos e semânticos. Em se tratando das orações relativas, os estruturalistas optam por assemelhar a estrutura relativa à apositiva; quando se separam por vírgula do restante da frase, são apositivas; quando não se separam, são não-apositivas. Em geral, a oração *pseudo-relativa*, objeto desta pesquisa, é mais usada como restritiva, ou seja, sem pausa.

1.3. A ABORDAGEM GERATIVISTA

O Gerativismo é uma teoria da linguagem desenvolvida por Noam Chomsky e seus seguidores, que descreve as línguas humanas por meio de gramáticas. Segundo os gerativistas, as línguas naturais são definidas como sistemas regidos por regras, determinados, ao menos parcialmente, por estados da mente (cérebro).

[19] No entanto, alguns pesquisadores discordam de tal classificação. Nogueira (2008) trata das indeterminações de fronteira entre a oração adjetiva explicativa e a construção apositiva.

Os diferentes modelos dessa teoria buscam descrever e explicar os fatos linguísticos, por isso, sua questão fundamental é a determinação das regras que regem os enunciados.

Entre os princípios básicos do gerativismo estão:

(1) a postulação de um órgão biológico inato, que contém os conhecimentos universais iniciais das línguas, a chamada *Gramática universal*, comum a toda a espécie humana e transmitida geneticamente;

(2) a diferença entre *competência* e *desempenho*, sendo a primeira o conhecimento mental puro que o falante tem de sua língua materna, e o *desempenho* ou *performance*, o uso concreto da linguagem em situações reais de fala;

(3) a asserção de que o desenvolvimento linguístico não é determinado por causas externas à mente humana, isto é, a linguagem é independente de estímulo, o que caracteriza o que Chomsky chama de *criatividade linguística*, habilidade que o falante de uma língua tem de produzir e de compreender sentenças nunca ouvidas ou às quais nunca foi exposto antes;

(4) e a noção de *gramática* como um sistema computacional que serve de ferramenta para a descrição dos fenômenos das línguas naturais, um conjunto de regras que definem diversos tipos de sistemas linguísticos.

Na história da gramática gerativa, alguns modelos de gramática se sobrepuseram em relação a outros por seu tipo de organização. Porém, o que é comum a todos esses modelos é seu objeto de estudo. Segundo Lobato (1986),

> Seu objeto de estudo é tanto a linguagem em geral, identificada como um certo tipo de estrutura cognitiva caracterizado por certas propriedades genéticas inatas que constituem parte do estado mental inicial, quanto as variadas línguas particulares, colocando-se como centrais na investigação linguística as duas perguntas:
>
> - O que as diferentes línguas compartilham e o que as diferencia entre si?
> - Que características das línguas naturais lhes atribuem caráter único e as distinguem dos demais sistemas de comunicação (humanos ou não)? (LOBATO, 1986, p. 107)

Portanto, os gerativistas estão mais interessados no que as línguas têm em comum, preocupam-se mais em pesquisar as propriedades universais da linguagem.

Os modelos de maior repercussão são o modelo da *Teoria Padrão*; e o da *Regência e Ligação*.

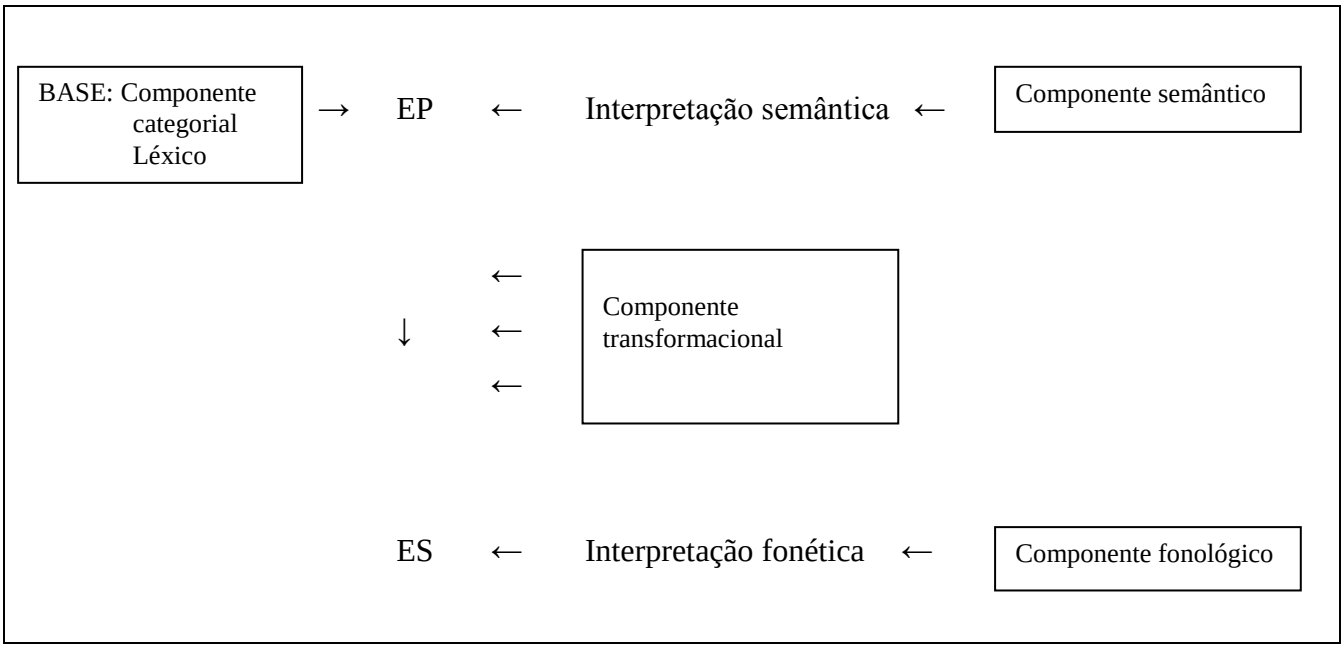
A *Teoria Padrão* ou *Standard*, desenvolvida por Chomsky na década de 1960, tinha como hipótese central a postulação de que as línguas humanas utilizam dois tipos de regras: as *regras de reescrita categorial* e as *regras transformacionais*. A forma da gramática apresenta-se organizada em três componentes:

- um *componente sintático* (o único que constrói representações);
- e dois componentes interpretativos (que apenas associam, relacionam representações entre si), que são o *componente semântico* e o *componente fonológico*.

Logo, uma gramática é compreendida como um sistema de regras que une sons a significados. Nesse modelo, a sintaxe é o componente central da gramática, pois é a partir dele que se inicia o processo de geração das sentenças, que ocorre da seguinte forma: o componente sintático tem um subcomponente de base (ou apenas BASE) responsável pela geração das *estruturas profundas* - que representam o núcleo das relações semânticas da oração; as regras de reescrita categorial derivam a estrutura profunda das frases; e as regras transformacionais se aplicam em sucessão sobre a estrutura profunda, convertendo-a em *estrutura de superfície* – considerada muito próxima da forma fonológica da oração (RAPOSO, 1992). Por conseguinte, a passagem da estrutura profunda à estrutura de superfície se faz por meio de regras transformacionais.

Segundo Chomsky, as estruturas profundas seriam muito semelhantes em todas as línguas e se aproximariam da gramática universal. Ou seja, elas seriam universais, pois existiria um número reduzido de regras básicas capazes de gerar todas as possíveis estruturas profundas. O esquema a seguir ilustra o processo de geração das sentenças, de acordo com a Teoria Padrão (BORGES NETO, 2007, p.112):

Figura 1: Processo de geração de sentenças



Conforme esse modelo, o processo de relativização ocorre por meio da regra transformacional *mover QU-* (*mover wh*, em inglês), que consiste no movimento de constituintes interrogativos ou pronomes relativos para uma posição periférica da frase nas orações interrogativas e nas orações relativas, respectivamente. Esses constituintes, movidos por tal regra, têm o primeiro item iniciado pela letra *Q* e, por isso, são chamados *constituintes Q* (*constituintes WH*, em inglês). Segundo Raposo (1992), eles podem ser um pronome (que, quem), um advérbio (como, onde), um SN (o qual), ou um SP (com quem). Os exemplos a seguir ilustram esses constituintes na oração interrogativa e na oração relativa, respectivamente.

(62) *Com quem* saiu a Joana?

(63) Eu não conheço o rapaz *com quem a Joana saiu*.

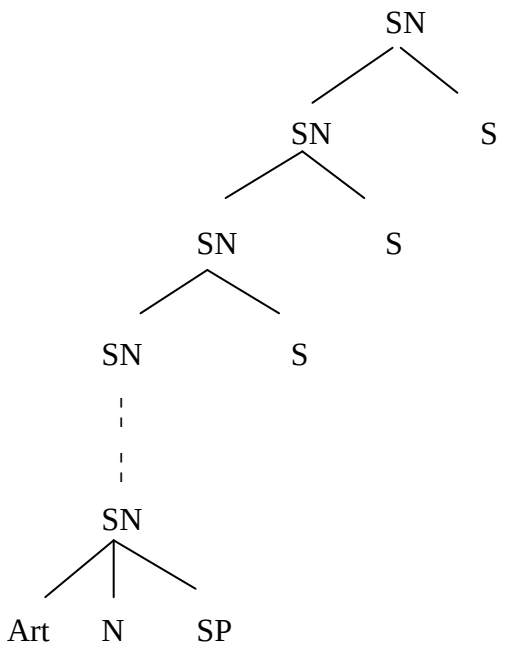
A construção relativa é um SN complexo que apresenta um antecedente de mesma categoria sintagmática (SN) e a oração relativa propriamente dita. Desse modo, a construção relativa de (63), *o rapaz com quem a Joana saiu* é um SN (que preenche a posição de objeto direto do verbo *conhecer*), e o SN *o rapaz* é o antecedente da oração relativa *com quem a Joana saiu*. Para caracterizar estruturalmente a construção relativa, Raposo apresenta a seguinte regra categorial da componente de base:

SN → SN S

Essa regra, conforme Lobato (1986), traduz, por si mesma, a recursividade[20] dos símbolos SN e S[21], já que permite a ocorrência de SN dominar os nódulos SN e S, sendo que este SN, por sua vez, dominará outros nódulos SN e S, e assim sucessivamente, gerando estruturas como (64):

Figura 2: Esquema de recursividade

(64)



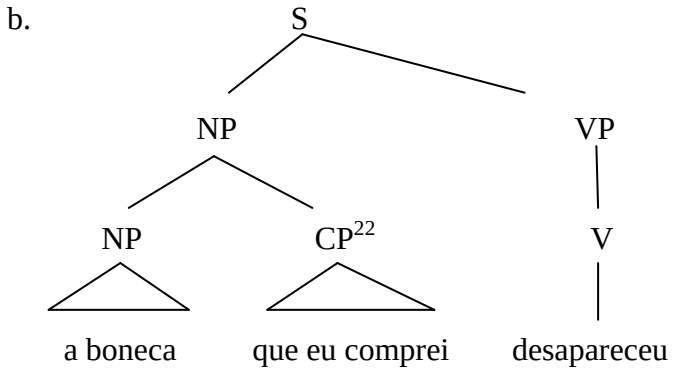
Além de mostrar que as relativas têm um caráter potencialmente infinito, essa regra evidencia que uma oração relativa é uma sentença que modifica um SN. E, por esse motivo, elas vêm sendo analisadas como adjuntos de um nome (N). De acordo com esta análise, a estrutura de (65a) é a de (65b):

(65) a. A boneca que eu comprei desapareceu.

[20] Recursividade, em termos gerativos, é a possibilidade que uma gramática gerativa tem de gerar um número infinito de construções sintáticas a partir de um número limitado de regras e unidades. Para Perini (2007), recursividade é a propriedade de inserir estrutura dentro de estruturas que pertencem à mesma classe, por exemplo, SN dentro de SN.

[21] SN, como já foi exposto, refere-se à categoria sintagmática *Sintagma Nominal*, e S refere-se à *Sentença* ou *Oração*.

Figura 3: Caracterização estrutural da sentença relativa



O processo de adjunção implica que o adjunto e a categoria modificada são irmãos, isto é, são dominados por um constituinte de categoria maior.

Segundo Raposo (1992), esta teoria, a Teoria Padrão ou Standard, permitia uma variedade muito grande de gramáticas, o que, junto com sua alta tendência descritivista, contribuiu para o desenvolvimento dos modelos subsequentes, principalmente a *Teoria da Regência e Ligação*, também chamada de *Teoria dos Princípios e Parâmetros*.

De acordo com esse modelo, a Gramática Universal é formada por regras e princípios que podem ter:

- caráter universal (ao se tratar de princípios inatos): são os princípios rígidos, invariáveis e se encontram em todas as línguas, como é o caso do *princípio de Projeção*, princípio de que as orações das línguas humanas apresentam, necessariamente, um SN sujeito e um SV predicado;
- ou particular (ao se tratar de princípios específicos de uma determinada língua): são os princípios abertos, chamados de *parâmetros*, relativos a línguas particulares, como é o caso do *parâmetro do sujeito nulo*, que mostra que, em algumas línguas, como no português e no espanhol, a posição de sujeito pode estar vazia, diferentemente de outras línguas, como o inglês e o francês, que determinam que a posição de sujeito seja preenchida necessariamente por um SN com conteúdo fonético, como podemos observar, respectivamente, nos exemplos a seguir:

[22] Nos termos de Chomsky, citado por Raposo (1992), CP é um Grupo Complementador – categoria que abriga os itens *que* e *se*, quando introduzem orações subordinadas; S significa Sentença; NP equivale, em português, a SN (sintagma nominal); VP é o mesmo que SV (sintagma verbal).

(66) ____ já chegaram do passeio.

(67) a. * ____ already arrived from trip.

b. They already arrived from trip.

Sobre as relativas, embasada na Teoria dos Princípios e Parâmetros, Benveniste (1976) fez um estudo procurando identificar o que essas construções têm em comum em algumas línguas. O que a autora faz é uma comparação apoiada em modelos de frases estudadas em línguas de famílias diferentes.

De acordo com sua pesquisa, a construção relativa é uma frase subordinada dependente de um termo dito *antecedente*, e essa subordinação ocorre por meio de algum pronome.

Seu método consiste em considerar, nas diversas línguas, escolhidas propositalmente, que a análise da frase relativa mostra uma estrutura formal organizada por uma função, que nem sempre é visível.

Ela conclui que o pronome ou o sufixo – formas bastante encontradas em algumas línguas para estabelecer a relativização – têm uma função de *articular*: trata-se de uma determinação, efetuada pelo pronome, que pode ser ligado a uma forma nominal ou a uma verbal. Logo, ele desempenha duas funções: (1) a função determinante (nominal) no adjetivo determinado; e (2) a função relativa (verbal) na forma.

Finalizando sua análise, a autora afirma que:

> a frase relativa, de qualquer maneira que se prenda à antecedente (por um pronome, uma partícula, etc.), se comporta como um *adjetivo sintático*[23] determinado, do mesmo modo que o pronome relativo desempenha o papel de um *artigo sintático* determinativo. Em suma, as unidades complexas da frase podem, em virtude da sua função, distribuir-se nas mesmas classes de formas nas quais se ordenam as unidades simples, ou palavras, em virtude dos seus caracteres morfológicos (BENVENISTE, 1976, p. 241).

O que podemos observar é que o gerativismo se preocupa em descrever o que as línguas têm em comum, as propriedades universais, em se tratando de linguagem. E isto se estende ao estudo da relativização.

Conforme os modelos gerativistas, o processo de relativização ocorre por meio de regras transformacionais, sobretudo a regra *mover QU-*, que consiste no movimento dos pronomes relativos para uma posição periférica da frase, como já foi explicado. Retomando o exemplo (63), temos:

[23] Grifos da autora.

(63) Eu não conheço o rapaz com quem Joana saiu.

Essa frase, segundo os modelos gerativistas, é, mediante processos transformacionais, o resultado de duas outras, ou seja, para chegar a ela, o falante partiria de duas outras, que seriam:

(68) Eu não conheço o rapaz.

(69) Joana saiu com o rapaz.

Ao se tentar fundir as duas, haveria um processo (regras transformacionais) que movimentaria o constituinte *com o rapaz*, substituindo *o rapaz* pelo pronome relativo *quem*, trazendo-o para uma posição periférica da frase. Tal movimento seria este:

(70) Eu não conheço o rapaz Joana saiu com o rapaz.

que originaria a construção (63):

(63) Eu não conheço o rapaz com quem Joana saiu.

A explicação da construção relativa por meio de regras de operação de mudança de estrutura é tipicamente associada à abordagem gerativista e foi amplamente difundida tanto na descrição e análise linguística quanto no ensino.

No entanto, não assumimos, na descrição da construção pseudo-relativa modalizadora, objeto de estudo desta dissertação, o expediente das transformações, embora haja a possibilidade de se explicar tal construção por esse expediente. Observem:

Retomando o exemplo que Bechara (1999) nos apresenta, temos:

(4) Ali está o homem que eu pensei que tivesse desaparecido.

Pelos modelos gerativistas de regras transformacionais, essa construção poderia ser o resultado de duas outras, assim como ocorre com o exemplo (63). Observem:

(71) Ali está o homem.

(72) Eu pensei que o homem tivesse desaparecido.

que originariam:

(73) Ali está o homem eu pensei que o homem tivesse desaparecido.

que, com a substituição de *o homem* pelo pronome relativo *que*, ficaria da forma que nos apresenta Bechara (1999):

(4) Ali está o homem que eu pensei que tivesse desaparecido.

No entanto, a diferença encontra-se no fato de que, no exemplo (63), temos uma asserção *realis* (um EC), diferentemente do que está no exemplo (4), em que temos uma asserção *irrealis* (um fato possível, uma proposição), já que "pensar que o homem tivesse desaparecido" não implica, verdadeiramente, que ele desapareceu.

Além disso, esse expediente de descrição das relações entre frases aumenta demasiada e artificialmente o poder de um modelo teórico de gramática (DIK, 1997), tornando-o arbitrário e abstrato demais em relação aos fatos linguísticos.

Portanto, no caso da pseudo-relativa modalizadora, embora haja a possibilidade de se explicar tal construção pelo modelo de regras transformacionais, já que o processo parece ser o mesmo, não assumimos tal especulação, pois, com a interferência da atitude do falante (representada pela inserção do verbo *pensar*), a estrutura da oração pseudo-relativa modalizadora traz uma asserção *irrealis* (um fato possível, uma proposição), nos termos de Givón (2001) [24].

Portanto, não assumimos a ideia de que a pseudo-relativa modalizadora se origina de um processo de regras transformacionais, por acreditarmos que tais regras, ou tal modelo de regras, é artificial e arbitrário em relação aos fatos linguísticos.

[24] Sobre esse assunto, falaremos no capítulo II, quando apresentaremos o suporte teórico funcionalista.

1.4. SÍNTESE CONCLUSIVA

Fazendo uma comparação entre essas três diferentes abordagens gramaticais, percebemos que cada uma apresenta um "olhar" diferente sobre o mesmo objeto de análise – a língua.

A abordagem tradicional preocupa-se em propor um modelo de língua, um manual com regras de "bom uso" que deve ser seguido pelos usuários.

A abordagem estruturalista procura explorar o *sistema*, a *estrutura interna* de uma determinada língua, expondo que combinações são possíveis gramaticalmente nessa língua particular.

E a abordagem gerativista preocupa-se em pesquisar que características são universais nas línguas, ou seja, que propriedades, pode-se dizer, são comuns a todas as línguas, já que, para esta abordagem, a língua é inata ao homem.

Em se tratando da oração relativa, constatamos que a abordagem tradicional baseia sua análise nos critérios de *pausa* entre a oração relativa e seu antecedente; e *possibilidade de supressão* da oração relativa (sem o prejuízo da interpretação do todo cemplexo), dividindo-a em *relativa (ou adjetiva) restritiva* – quando não há pausa nem possibilidade de supressão da relativa; e *relativa (adjetiva) explicativa* – quando há pausa e possibilidade de supressão da relativa.

No entanto, Bechara (1999) apresenta um tipo de construção "não-analisável", em seus termos, do ponto de vista da sintaxe tradicional, que nos instigou a investigação. Além dele, Dias (1918) e Pereira (1952) também já haviam feito referência a esse tipo de estrutura, que, neste trabalho, designamos de *pseudo-relativa modalizadora*.

Por sua vez, a abordagem estruturalista critica o tratamento tradicional no que se refere à análise das orações relativas, por argumentar que a tradição gramatical mescla aspectos sintáticos e semânticos. De acordo com essa abordagem, as orações relativas são classificadas em *apositivas* (que seriam as *explicativas*, em termos tradicionais) e *não-apositivas* (que seriam as *restritivas*, em termos tradicionais). As pseudo-relativas modalizadoras, nesses termos, encaixariam-se nas não-apositivas, pois apresentam-se sem pausa de seu antecedente.

E, por último, a abordagem gerativista afirma que o processo de relativização, e, portanto, as orações relativas, ocorre por meio de regras de transformação,

especialmente, a regra *mover Q-*, que consiste no movimento de constituintes interrogativos ou pronomes relativos para uma posição periférica da frase nas orações interrogativas e nas relativas, respectivamente.

Contudo, assumimos a postura de que a oração pseudo-relativa modalizadora parece não derivar de tal regra transformacional, pois essa explicação é, a nosso ver, arbitrária e abstrata demais em relação aos fatos linguísticos.

Acreditamos que a forma *que* desempenha uma função, realmente, de "relativo universal" (BECHARA, 1999), ou de *conector relativizante* que serve para fundir orações que possuem um item correferente.

CAPÍTULO II

O PARADIGMA FUNCIONALISTA

Neste capítulo, objetivamos apresentar os pressupostos teóricos do funcionalismo. Explanamos alguns temas que têm grande relevância nas pesquisas funcionalistas, tais como a inclusão da pragmática na gramática, a relação entre gramática e cognição, os princípios de iconicidade e marcação, as pressões do uso sobre a gramática, a noção de prototipia, a gramaticalização e a modalização.

2.1. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

O funcionalismo é difícil de ser caracterizado porque suas propriedades estão mais ligadas aos estudiosos funcionalistas do que a uma corrente teórica única. Muitos dos que se dizem funcionalistas são apenas avessos ao formalismo. Contudo, há alguns propósitos em comum entre os linguistas funcionalistas:

i. estudar o modo como os usuários da língua conseguem comunicar-se, como se dá essa comunicação;
ii. estudar a língua, não como sistema autônomo, e sim como sistema extremamente ligado a outros parâmetros, como a cognição e a comunicação, não se esquecendo de que, além de funcional, ela é também dinâmica;
iii. e estudar a língua estabelecendo-se uma relação não-arbitrária entre sistematicidade e funcionalidade.

Para entender o funcionalismo, é necessário, primeiramente, entender seus pressupostos, suas concepções. Uma questão importante diz respeito à definição de *função*.

As várias vertentes funcionalistas têm definições e abordagens diferentes para o termo ‘função’. O termo *função* é definido de acordo com o que o funcionalista enfatiza em sua abordagem. Pode ser o propósito do falante, um componente da gramática, as relações diversas existentes. A primeira preocupação com o termo surgiu na Escola de

Praga, na qual era atribuída ao termo, sobretudo, a noção de papel desempenhado na comunicação.

Segundo Pezatti (2007), o termo ‘função’ tem três definições:

i. segundo Martinet (1962, apud Labov, 1987), é a relação paradigmática, a seleção de oposição entre as unidades no sistema, ou seja, a relação entre uma forma e outra - *função interna*;
ii. segundo Kiparsky (1971), é a relação direta entre uma forma e seu significado - *função semântica*;
iii. e segundo Halliday (1967), é a organização da informação por parte do falante, o modo como ele conduz a sentença - *função externa*.

Para o funcionalismo, a última acepção de *função* merece mais destaque.

Halliday (1985) afirma que não se deve pensar no termo ‘função’ como os papéis desempenhados pelos sintagmas ou classes de palavras e, sim, como o papel desempenhado pela língua na vida do usuário, que propósitos desempenha.

Para ele, o sistema linguístico, embora compreenda um número muito grande de usos, está organizado em três níveis de linguagem (metafunções) diferentes e complementares: *ideacional*, *interpessoal* e *textual*.

- A função ideacional: refere-se à representação dos mundos interior e exterior. De acordo com ela, entende-se a frase como *um processo* (mental, perceptivo) de ações, eventos e relações. Em outras palavras, diz respeito ao “que” é dito – ao conteúdo da mensagem;
- A função interpessoal: diz respeito ao relacionamento entre as pessoas. Segundo, ela, a frase é entendida como *um ato de fala*, no qual o interlocutor expressa uma opinião, uma atitude. Em outras palavras, refere-se ao “como” o que é dito é dito;
- A função textual: tem relação com a organização da informação. Por meio dela, a frase é entendida como uma *mensagem*, cuja organização indica o que o falante quer evidenciar, priorizar, ocultar.

Outra concepção peculiar do funcionalismo é a ideia de gramática como sistema funcional. A gramática funcional é um modelo que procura integrar as relações entre as

unidades e suas funções. Acredita na relação não-arbitrária entre o uso da língua e sua sistematização. Portanto, ela tenta integrar o funcional e o sistemático (estrutural). Além da descrição que visa à determinação do som e do significado de uma sentença, a gramática funcional atribui relevância ao falante, ao ouvinte e a seus papéis na situação de interação verbal.

Dik (1997) afirma que uma gramática funcional deve considerar algumas questões. Ela deve:

i. ser integrada ao uso, ou ao modelo de usuário de uma língua - *adequação pragmática*;
ii. descrever o processamento linguístico em termos de produção (como o falante constrói e organiza sua expressão linguística) e de compreensão (como o ouvinte percebe e interpreta a expressão linguística) - *adequação psicológica*;
iii. e ser capaz de descrever fenômenos que ocorram em diversas línguas, explicando as semelhanças e diferenças entre essas línguas - *adequação tipológica*.

Afirma, ainda, que uma teoria de gramática pode falhar quando:

- é forte demais, no sentido de ser abstrata demais, a tal ponto que pode definir uma classe de gramática que exceda amplamente a classe das línguas humanas reais;
- ou quando é fraca demais, ou seja, concreta demais e, portanto, incapaz de permitir a descrição de línguas particulares.

Para evitar a primeira falha, Dik propõe três maneiras de restringir o poder descritivo de uma gramática:

a) evitando transformações ou operações de mudança de estrutura: uma vez construída uma estrutura, ela deve ser mantida em toda a derivação posterior da expressão linguística;

b) evitando filtros: expressões que são descartadas depois se as regras não forem bem formadas;

c) não admitindo predicados abstratos: todos as formas devem estar contidas no léxico da língua objeto.

Segundo Pezatti (2007), a gramática funcional é constituída de propriedades categoriais e funcionais. As primeiras referem-se às características intrínsecas dos constituintes; e as funcionais, à relação de um constituinte com outros. As relações funcionais compreendem três níveis:

- *funções semânticas*: apontam para os papéis exercidos pelos referentes, tais como 'Agente', 'Meta', 'Beneficiário';
- *funções sintáticas*: apontam a perspectiva a partir da qual é apresentado o estado-de-coisas, 'Sujeito', 'Objeto';
- e *funções pragmáticas*: denotam o estatuto informacional dos constituintes 'Tópico' e 'Foco[25]'.

No paradigma funcionalista, a expressão linguística, ou a língua em si, é considerada como instrumento de interação entre os indivíduos. Ela medeia a relação entre a intenção do falante e a interpretação do ouvinte. Segundo Dik (1997), toda expressão linguística tem uma intenção comunicativa por parte do falante, que deseja modificar no destinatário a sua informação pragmática[26], ou seja, o falante organiza suas expressões linguísticas de acordo com sua informação pragmática e de acordo com sua estimativa em relação à informação pragmática de seu interlocutor no momento da interlocução. Por outro lado, o destinatário consegue chegar a essa intenção por meio da interpretação da expressão linguística, que não precisa verbalizar diretamente a intenção do falante. Para essa interpretação, o destinatário utilizará a competência comunicativa (capacidades linguísticas epistêmica, lógica, perceptual e social).

Portanto, o funcionalismo concebe a linguagem como uma ferramenta, um instrumento que medeia a interação social, já que a linguagem não é a única responsável por esta interação, pois os indivíduos são dotados de outras capacidades, além da capacidade linguística.

O objeto de estudo do funcionalismo considera o uso real, não aceita a distinção entre língua e fala (de Saussure), e entre competência e desempenho (de Chomsky). As formas linguísticas adaptam-se às funções, e a análise linguística tem base nessas

---

[25] Segundo Dik (1997), *Tópico* e *Foco* são os principais parâmetros que distinguem as funções pragmáticas internas à oração. *Tópico* refere-se às coisas sobre as quais estamos falando; e *Foco*, às partes mais importantes ou salientes do que dizemos sobre o que é tópico.

[26] Para Dik (1997), a informação pragmática de uma pessoa é constituída de um completo corpo de conhecimentos, crenças, sentimentos e preconceitos no momento da interlocução.

funções. O interesse do funcionalista é descrever a linguagem e o seu funcionamento em contextos reais de uso, por isso subordina a descrição do sistema linguístico ao uso.

Ainda segundo Dik (1997), no funcionalismo, o falante não é visto como uma "tábula rasa", ou um "animal linguístico", ele é capaz de produzir e interpretar expressões linguísticas complexas em qualquer situação comunicativa; de formular, manter e armazenar um conhecimento organizado (capacidade epistêmica); de extrair do meio conhecimentos diversos por meio de regras de raciocínio lógico (capacidade lógica); de perceber seu ambiente e daí derivar conhecimento a partir dessas percepções (capacidade perceptual); e de adequar suas expressões às situações de interação, com a finalidade de atingir objetivos comunicativos (capacidade social).

2.2. BASES TEÓRICAS FUNCIONALISTAS PARA A PESQUISA

Alguns temas têm grande relevância no paradigma funcionalista. São eles: a inclusão da pragmática na gramática; a relação entre gramática e cognição; os princípios de iconicidade e marcação; a competição de motivações; a noção de prototipia; o processo de gramaticalização; e a modalização. Discutiremos, sucintamente, sobre cada um deles, o que nos parece relevante para o embasamento teórico de nossa reflexão sobre as propriedades da construção pseudo-relativa modalizadora.

2.2.1. A inclusão da pragmática na gramática

Admitindo-se a influência de motivações externas na gramática, admite-se também a inclusão da pragmática no comando dos outros componentes (sintático e semântico), o que nada mais é do que a representação da interação condicionando as escolhas linguísticas.

A integração dos componentes sintático, semântico e pragmático é defendida pelos funcionalistas, sobretudo como uma forma de oposição ao sistema modular do formalismo, no qual os componentes são estudados separadamente, por módulos isolados. Contudo, essa integração não exclui uma organização hierárquica, que prevê, como Dik (1997), uma subordinação dos outros componentes ao pragmático, em que o

funcionamento comunicativo da linguagem se dá por meio de uma organização estruturada sintaticamente, incluindo uma descrição semântica, as duas dentro de uma teoria interacional, ou seja, pragmática. Para Dik, a oração é organizada a partir da influência de três funções:

i. das *funções semânticas*, que designam os papéis dos referentes, por exemplo, ‘agente’, ‘meta’;
ii. das *funções sintáticas*, que especificam a perspectiva apresentada na expressão linguística pelo falante, como ‘sujeito’ e ‘objeto’;
iii. e *das funções pragmáticas*, que denotam o estatuto informacional de determinado constituinte num contexto comunicativo, como ‘tópico’ e ‘foco’.

Também para Givón (2001), os componentes são integrados, de forma que a sintaxe codifica os outros dois componentes, o semântico (representando o proposicional) e o pragmático (representando o discursivo).

Uma das variáveis contidas na pragmática e que, segundo assumimos nesta pesquisa, influencia nas escolhas do falante, é a variável *estatuto informacional*, que denota se o referente é *dado* (conhecido pelo interlocutor), se é *novo* (não introduzido pelo falante), ou *inferível* (recuperado pelo contexto), nos termos de Chafe (1987).

Para ele, os termos apresentam *estados de ativação*, que dizem respeito ao julgamento que o falante faz, a cada momento da conversação, sobre os conceitos na consciência do ouvinte. Podem ser:

- *ativo* (dado) - está na consciência focal de uma pessoa;
- *inativo* (novo) - pode estar na memória de longo termo, mas não está ativado nem focal, nem perifericamente na consciência de alguém;
- e semiativo (inferível) - já foi mencionado no discurso ou está presente na situação, mas "esmaeceu" na consciência focal.

No capítulo VI desta dissertação, faremos a consideração da pseudo-relativa modalizadora no que diz respeito ao estatuto informacional do seu antecedente nominal.

2.2.2. Relação entre gramática e cognição

A relação entre gramática e cognição, ou entre o funcionalismo e um modelo cognitivista, é vista como uma relação de proximidade, já que o funcionalismo defende a existência de uma relação icônica entre estrutura e significação, entre a gramática e a base conceptual.

Para Hengeveld (2003), o componente cognitivo está relacionado ao modelo de gramática funcional. É caracterizado como a memória de longo termo do falante, seu conhecimento de mundo e sua competência Linguística e, junto com o componente comunicativo, que é a informação extraída de determinado ambiente (de curto termo), interage com os três níveis de sua gramática.

Para Givón (1990, *apud* Bastos 2002, p. 27), a oração relativa é tipicamente usada quando o falante deduz que a identidade do referente é acessível pelo ouvinte, mas não o é facilmente. Se o referente for facilmente acessível, um pronome ou zero será usado. Para ajudar o ouvinte a identificar o referente, o falante faz uma proposição que codifica um evento ou estado do qual o referente é participante – como Sujeito, Objeto Direto, Objeto Indireto etc.

Podemos inferir daí que Givón preocupa-se com a relação motivada, icônica entre forma e função, observando as propriedades de superfície desse tipo de construção, propriedades essas que visam a facilitar ao ouvinte a recuperação do SN relativizado.

Pensando-se na interação dos interlocutores, é inevitável concluir que o falante deduz que o evento ou estado codificado na relativa, especialmente na explicativa, é conhecido também pelo ouvinte, ou pelo menos acessível a ele. Assim, em geral, a proposição da construção relativa explicativa codifica conteúdo pragmaticamente pressuposto.

Em outras palavras, podemos entender essa relativa, no nível semântico, como codificação de uma proposição em que um dos participantes é correferencial com o sintagma-núcleo modificado por ela. Já no nível pragmático, uma oração relativa envolve uma proposição que, em geral, o falante supõe que o ouvinte conheça ou possa acessar com base em seu conhecimento de mundo.

No caso das relativas restritivas, em geral, o conteúdo não é pressuposto.

A construção a ser analisada, nesta dissertação, subverte a estrutura da relativa padrão em favor de uma expressão de subjetividade marcada, sobretudo, em verbos de *cognição*[27] (tais como *pensar*, *julgar*, *achar*) e *percepção* (como *ver*, *perceber*). Os exemplos nos mostram que, ao se introduzirem os verbos indicativos dessa subjetividade, o locutor estorva a sintaxe padrão do português. Mas não ao ponto de tornar a oração agramatical, pois conseguimos chegar ao conteúdo proposicional que o falante deseja comunicar.

2.2.3. Os princípios de iconicidade e marcação

O princípio de iconicidade diz respeito à consideração da não-arbitrariedade entre forma e função. Segundo Haiman (1985), a língua reflete a experiência do mundo, ou seja, a forma é motivada pela função. Mas essa motivação não corresponde a um isomorfismo, a uma relação biunívoca entre as duas, pois, se assim o fosse, não teríamos os homônimos e os sinônimos.

Já Peirce (1987) classificou a iconicidade em duas:

i. a *imagética*, que diz respeito a características semelhantes entre um item e seu referente;
ii. e a *diagramática*, em que não há semelhança alguma entre o conjunto de signos e seu referente, ou seja, refere-se a um arranjo icônico dos signos, em que nenhum deles se assemelha a seu referente sob qualquer aspecto.

A aceitação da motivação icônica não descarta de todo a arbitrariedade saussuriana, pois se considera que, no campo da fonologia, há relações arbitrárias entre o significado e a forma.

Outro conceito bastante difundido no funcionalismo, sobretudo em Givón (2001), é a noção de *marcação*. A categoria marcada é a menos frequente em um texto e a não-marcada, a mais frequente (mais prototípica). O caso não-marcado expressa, mais caracteristicamente, a motivação que está por trás da relação forma/função. Portanto, a marcação é um fenômeno dependente do contexto.

[27] Definidos logo a seguir, no capítulo VI, tópico 6.1.

No caso das orações relativas, acreditamos que a pseudo-relativa modalizadora seja uma forma marcada em textos orais e, principalmente, em textos escritos, em virtude da menor frequência e maior complexidade cognitiva. É o que podemos perceber nos dados encontrados. Como é um tipo de relativa subvertida sintaticamente por um verbo que expressa a subjetividade do falante, torna-se, linguística e cognitivamente, mais complexo o seu arranjo em relação aos padrões da sintaxe tradicional do português.

Por apresentar essa complexidade, parece ter menor frequência que as orações relativas padrão e não-padrão apresentadas na *Introdução*. É o que podemos observar nos exemplos já anteriormente citados em comparação com o exemplo da oração pseudo-relativa modalizadora:

(1) Comprei um livro de que não gostei.
(2) Comprei um livro que não gostei dele.
(3) Comprei um livro que não gostei.

Nesses exemplos, tem-se o pronome relativo *que* cumprindo função sintática na oração relativa. Apesar das diferentes estratégias de relativização envolvidas em cada uma dessas orações e apesar de terem valoração social diferente, essas três formas são reconhecidas, na literatura, como orações relativas.

Diferentemente, é o que acontece com expressões do tipo

(74) Votarei na pessoa que eu acredito que irá trazer o melhor grupo de ferramentas para afrontar os problemas do século XXI para os Estados Unidos (...).[28]

Com a intenção de marcar subjetividade, o locutor insere um verbo que parece subverter todo o arranjo sintático da oração. Como já afirmamos anteriormente, esse é o tipo de construção em análise nesta dissertação.

[28] Exemplo encontrado no endereço eletrônico:
http://www.estadao.com.br/internacional/not_int189069,0.htm

2.2.4. Forças em competição: pressões do uso sobre a gramática

O funcionalismo, por considerar a língua um sistema não-autônomo, ou seja, que mantém relações com outros sistemas, admite que há influências de forças internas e externas sobre ela. A interação entre essas forças gera competição, o que reforça a ideia de que a gramática é sensível, flexível às pressões do uso. Du Bois (1985) exemplifica o conflito entre motivações internas (fonológicas, sintáticas e semânticas) com o caso de analogias, uma baseada na categoria de número, e outra, na categoria de pessoa. As duas vão competir na formação ou evolução, por exemplo, morfológica de determinada forma linguística. Um exemplo de competição entre motivações externas é observado, segundo esse autor, na construção de um termo para nominalizar um determinado objeto, construção essa que sofre pressões de várias características desse objeto, como sua funcionalidade, sua forma. Mas essa competição não se dá somente entre motivações exclusivamente internas e motivações exclusivamente externas. Pode haver conflito também entre uma motivação interna e uma externa, como é o caso da competição entre o *princípio de economia* e a *motivação icônica*. Ao predominar a economia, originar-se-ia a polissemia.

Em relação ao tipo de construção analisada, podemos perceber que o princípio de economia influencia bastante na organização da oração, pois poderíamos dizer que uma oração pseudo-relativa modalizadora é o resultado de níveis de integração sintática em que o elo dessa integração é o pronome relativo *que*, que tanto faz referência a um termo antecedente, como serve para introduzir um conteúdo proposicional que exprime, revela a subjetividade do falante. Portanto, temos uma forma *que* com duas funções:

(1) fazer referência a um termo antecedente – função do pronome relativo, de fato;

(2) e servir de elo – função referencial opaca (conector) - para a introdução de um conteúdo proposicional que apresenta a subjetividade do falante.

2.2.5. A noção de prototipia

A noção de protótipo sustentada nesta pesquisa vem de teorias cognitivas, sobretudo as teorias de categorização. O protótipo é o membro que apresenta mais

propriedades centrais de uma determinada categoria, portanto é seu representante. Ele serve como parâmetro para classificar os demais membros dentro de uma categoria, de acordo com o grau de semelhança que tenham com ele. Assim, membros mais semelhantes têm estatuto mais central na categoria, e membros menos semelhantes ficam na periferia, nas margens em que há indeterminações de fronteiras conceituais. De acordo com Taylor (1989), há duas formas de apresentar o protótipo de uma categoria:

i. a primeira é considerar um objeto como membro central, constituindo-o, assim, como um protótipo, ou seja, a entidade real é o protótipo;
ii. e a segunda é fazendo uma abstração, considerando-o como uma entidade construída mentalmente, desse modo, constitui a representação do protótipo.

A segunda opção é a mais aceita, já que, mesmo que se tenha um objeto real, a representação dele como o membro mais característico de uma categoria é feita mentalmente, cognitivamente.

Está claro que as pseudo-relativas modalizadoras distanciam-se da representação prototípica das construções relativas padrão. Cabe investigar se, entre elas, há um padrão mais regular, frequente.

Com base nos exemplos encontrados, podemos perceber um padrão na ocorrência de orações pseudo-relativas modalizadoras: tal tipo de construção, de fato, tende a ocorrer com verbos que abrigam, como um de seus termos, orações substantivas.

É o que percebemos no próprio exemplo de Bechara (4), assim como nos exemplos (78) e (79) encontrados na língua falada.

(4) Ali está o homem que eu pensei que tivesse desaparecido.

(75) beim' a própria Nova Olinda' (+) a própria Nova Olinda queu num num eu num pensarra quelera bunita' (...).

(76) (...) agora tem uns que:: tem mais ou menos uns trêis quarto de gente que eu acho que é pela fé né (...).[29]

Em todos os exemplos, os verbos da oração pseudo-relativa modalizadora - *pensar*, nos exemplos (4) e (75); e *achar*, no exemplo (76) - abrigam orações

[29] Exemplos encontrados, respectivamente, nos endereços eletrônicos: http://www.profala.ufc.br/Inf03-FJ.pdf e http://www.profala.ufc.br/Inf04-FMA.pdf.

substantivas, mais especificamente, orações substantivas objetivas diretas, *(que) tivesse desaparecido*, *(que)lera bunita'* e *(que) é pela fé né*. Nos capítulos V e VI, as propriedades prototípicas dessa construção serão discutidas.

2.2.6. A gramaticalização

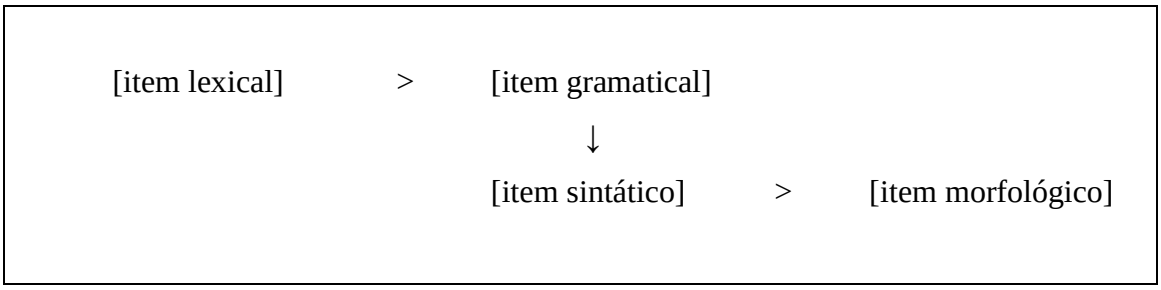
A gramaticalização é um processo no qual itens lexicais passam a ter funções gramaticais, ou seja, neles é reconhecido um caráter gramatical.

Meillet (1948) foi quem primeiro usou o termo 'gramaticalização' em seus estudos, definindo-o como a transição de uma forma autônoma para uma gramatical, transição essa que se passa em um *continuum*.

Ele define três classes de palavras: as *principais* (nomes, adjetivos, verbos e complementos circunstanciais), as *acessórias* e as *gramaticais* (preposições, conjunções e auxiliares). Nessa perspectiva, a gramaticalização se dá das principais para as gramaticais, ou seja, as palavras gramaticais se desenvolvem das principais.

O processo de gramaticalização envolve essencialmente a passagem do léxico para a gramática, e, na gramática, do sintático para o morfológico, como no esquema:

Figura 4: Processo de gramaticalização



Essa mudança de estatuto pode ocorrer tanto de um item lexical para um gramatical, quanto de um menos gramatical para um mais gramatical, segundo posição defendida por Kurylowicz (1965, apud Castilho, 1997), para quem a gramaticalização é um processo pelo qual itens lexicais se desenvolvem e se transformam em elementos gramaticais e, se gramaticais, tornam-se mais gramaticais ainda.

Givón (2001) caracteriza a gramaticalização como um processo mental instantâneo, apesar do caráter diacrônico. Para ele, a morfologia atual é o resultado da gramaticalização da sintaxe de um tempo anterior; portanto, o processo cíclico é: discurso > sintaxe > morfologia > morfofonêmica > zero. Em outras palavras, um modo mais pragmático abre caminho para um modo mais sintático.

Para Heine *et al* (1991), a gramaticalização pode ser estudada tanto sincrônica, quanto diacronicamente, pois uma separação entre essas duas abordagens é impraticável.

Embora não esteja no escopo desta pesquisa, uma breve discussão sobre se o fenômeno estudado constitui um indício de gramaticalização da forma pseudo-relativa modalizadora encontrará lugar nesta dissertação.

Um forte indício de um processo de gramaticalização nas construções analisadas pode ser o fato de o pronome relativo *que* assumir duas funções, como já apresentado na seção 2.2.4. deste capítulo, em que se expuseram as funções de

(1) pronome relativo, de fato (fazer referência a um termo antecedente); e
(2) conector – função referencial opaca (servir de elo na introdução de um conteúdo proposicional que marca a subjetividade do falante).

Essa última parece ser um indício de que o item lexical ou gramatical *que* está se desenvolvendo e se transformando em um elemento mais gramatical ainda, servindo de ligação para a integração sintática de duas construções: uma relativa e uma em que há a marca de subjetividade do falante.

É o que podemos observar nos exemplos já citados:

(4) Ali está o homem *que* eu pensei que tivesse desaparecido.

(74) Votarei na pessoa *que* eu acredito que irá trazer o melhor grupo de ferramentas para afrontar os problemas do século XXI para os Estados Unidos (...)[30].

Nesses exemplos, percebemos que o pronome *que* tanto faz referência aos termos antecedentes (nos casos, *homem* e *pessoa*) como liga as duas construções,

[30] Exemplo encontrado no endereço eletrônico: http://www.estadao.com.br/internacional/not_int189069,0.htm

servindo de elo na introdução do conteúdo proposicional em que há a marca da subjetividade do falante, estabelecendo, assim, uma integração sintática entre elas.

Contudo, não podemos assegurar, de fato, tal especulação, já que, para isso, seria necessária uma pesquisa mais aprofundada que abrangesse tanto uma investigação sincrônica quanto diacrônica, com o propósito de analisar esse possível processo de gramaticalização do pronome relativo *que*. E tal análise não faz parte do escopo deste trabalho.

2.2.7. A modalização

Caracterizar modalidade é uma tarefa difícil porque o próprio conceito de modalidade varia de acordo com o campo de estudo, com as orientações teóricas. Algumas questões podem ser levantadas, como a existência ou não da modalidade em enunciados nos quais ela não é explícita e detectável, ou seja, todo enunciado é modalizado? Haveria enunciados não-modalizados?

Para Neves (2006), a modalidade constitui um conjunto de relações existentes entre o locutor, o enunciado e a realidade objetiva. Segundo ela, todo enunciado contém uma atitude modal, pois o emissor sempre afirma ou quer saber algo. Portanto, não existem enunciados não-modalizados. Ela resume o conceito de modalidade como atitude do falante, e os modalizadores como termos "usados na interação, em princípio, para exprimir o ponto de vista do enunciador" (NEVES, 2006, p. 154).

A Linguística tradicionalmente tem caracterizado modalidade de acordo com os conceitos de "possível", de "real" e de "necessário". Quanto mais real, menos modal ou modalizado é o enunciado. Segundo essa visão, esses conceitos foram inicialmente vistos como modalidades, as quais estão dispostas num *continuum*, no qual se tem o real como modalidade zero. Dessa forma, enunciados como[31]:

(77) Falso foi o meu desejo.

são considerados menos modais que enunciados como

[31] Exemplos baseados em Neves (2006).

(78) ***É POSSÍVEL*** que falso tenha sido o meu desejo.

ou

(79) ***É NECESSÁRIO*** que falso tenha sido o meu desejo.

Já o estruturalista Ducrot (1993, *apud* Neves, 2006, p.153), para quem o conceito de modalidade, como qualquer outro conceito, é opositivo, afirma que se há modal, há não-modal. A diferença entre os dois é que enunciados não-modais dizem respeito à descrição das coisas como elas são, dizem respeito à informação objetiva, ou seja, exprimem a pura descrição da realidade, enquanto enunciados modais apresentam tomadas de posição, atitudes morais, intelectuais e afetivas, que são expressas pelo falante no seu discurso. Com isso, tem-se, na noção de modalidade, o objetivo separado do subjetivo, distinção que tem sido objeto de debate entre os linguistas. O primeiro simula uma descrição pura das coisas, constituindo enunciados tidos como não-modais; e o outro, as atitudes ou os pontos de vista do enunciador, e são, portanto, enunciados modais.

As noções de "necessidade" e "possibilidade" são a base da tipologia das modalidades. Tradicionalmente, afirma Neves (2006), os tipos de modalidade são:

- *modalidade alética ou lógica*: refere-se à verdade das proposições. Reflete a escala lógica que vai do necessário ao impossível. É dificilmente detectada nas línguas naturais, portanto não instiga investigação em ocorrências reais de uma língua;
- *modalidade epistêmica*: refere-se a conhecimento e a crença. Diz respeito ao julgamento do falante sobre o mundo, ou seja, sobre o que ele acredita ser provável ou possível;
- *modalidade deôntica*: refere-se a obrigações e permissões;
- *modalidade bulomaica ou volitiva*: refere-se aos desejos do falante;
- *modalidade disposicional*: refere-se a noções como disposição, habilitação, capacitação. Não envolve nem a atitude nem a opinião do falante.

Essa tipologia sofre variações, de acordo com os teóricos.

Para Palmer (1986), por exemplo, há dois grandes tipos de modalidade:

i. as *epistêmicas*, que têm relação com o conhecimento, e têm a *possibilidade* como base;

ii. e as *não-epistêmicas* ou *de raiz*, que têm relação com as ações e subdividem-se:

- ✓ em *deôntica* (que envolve permissão e obrigação)
- ✓ e *dinâmica* (que envolve volição ou capacidade e habilidade), tendo como base a *necessidade*.

Já Halliday (1970, apud Neves, 2001a), ao analisar os diferentes significados do verbo "must" (dever), constata que há dois grandes pólos de modalidade:

O pólo da *modalização*, no qual modalidade é definida "como uma forma de participação do falante no evento de fala (...), a modalidade deriva, então, da função interpessoal[32] da linguagem, a linguagem como expressão de um papel".

E o pólo da *modulação*, definida "não como um comentário do falante, mas como parte do conteúdo da sentença que expressa condições sobre o processo a que ela se refere, como parte do significado ideacional da sentença".

Na primeira, a sentença toma a forma de uma proposição, e a modalização se aplica a uma escala de "probabilidade" e "habitualidade", referida, podemos assim dizer, na semântica filosófica, como *modalidade epistêmica*. E, na modulação, a sentença toma a forma de uma proposta e se aplica a uma escala de "obrigação" e "inclinação", referida como *modalidade deôntica*.

Já Hengeveld (1987) estabelece três tipos de modalidade.

Modalidade inerente, que diz respeito à relação entre um participante em um estado-de-coisas (EC) e a realização desse EC. Traz como base as noções de *habilidade* e *volição*, e *obrigação* e *permissão*;

Modalidade objetiva, que diz respeito à avaliação que o falante faz de um EC em termos de seu conhecimento. O conhecimento pelo qual o falante tem baseado sua avaliação é de dois tipos: ***epistêmico*** – conhecimento de situações possíveis obtidas na concepção do falante da realidade ou de um universo hipotetizado (certo – provável –

[32] Halliday (1985), como já explicado anteriormente no tópico 2.1. do capítulo II, define *função* como papel desempenhado pela língua na vida do usuário e estabelece três funções para a linguagem: função ideacional (entender o ambiente); função interpessoal (influir sobre os outros) e função textual (organizar a informação).

possível – improvável – impossível); ***deôntico*** – conhecimento de situações possíveis relativas a algum sistema de convenções morais, legais ou sociais (obrigatório – aceitável – permissível – inaceitável – proibido);

Modalidade epistemológica, que diz respeito ao compromisso do falante com relação à verdade de uma proposição. É dividida em dois subtipos: ***modalidade subjetiva*** – mediante a qual o falante especifica o tipo e o grau de seu compromisso; e ***modalidade evidencial*** – por meio da qual o falante especifica como a proposição chegou ao seu conhecimento. Esse tipo de modalidade, ou seja, a modalidade epistemológica, parece ser o tipo de qualificação modal encontrado na construção pseudo-relativa modalizadora.

Givón (2001) redefine a modalidade epistêmica em quatro tipos.

Pressuposição, quando a proposição é aceita como verdadeira, ou por ser óbvia para os envolvidos na situação discursiva; ou por definição, resultante de um acordo prévio, de uma convenção socioculturalmente partilhada; ou por ter sido enunciada pelo falante e não contestada pelo ouvinte.

Asserção realis, quando a proposição é firmemente asseverada como verdadeira, embora a contestação do ouvinte seja considerada apropriada, apesar de o falante ter evidência ou fortes motivos para sustentar firmemente sua crença.

Asserção irrealis, quando a proposição é fracamente asseverada como verdadeira, por ser possível, provável ou incerta (submodos epistêmicos), ou necessária, desejada ou indesejada (submodos avaliativos deônticos). O falante, porém, não está pronto para sustentar a asserção com evidência ou outros fortes motivos; e a contestação do ouvinte é prontamente acolhida, esperada ou mesmo solicitada.

Asserção negativa, quando a proposição é fortemente asseverada como falsa por entrar em contradição com a crença explícita ou assumida do falante. Uma contestação do ouvinte é antecipada, e o falante tem evidência e firmes motivos para sustentar sua forte crença.

A partir desses levantamentos, podemos resumir que modalidade se refere a dois grandes eixos: ao eixo do conhecimento (epistêmico) e ao eixo da conduta (deôntico). Nesse primeiro eixo, o epistêmico, é que parece enquadrar-se a construção pseudo-relativa modalizadora.

A modalidade, segundo Neves (2006), pode ser expressa por diferentes meios linguísticos:

- por um verbo (os mais usuais em português são *poder* e *dever*)[33]:

(80) Este menino **pode** ser denunciado como autor do delito. (auxiliar modal)

(81) Maria **acha** que não chega em casa cedo. (verbo pleno, indicador de opinião, crença ou saber)

- por um advérbio, ao qual pode ainda associar-se um verbo modal:

(82) João **provavelmente** chega hoje.

(83) João **deve** ser **obrigatoriamente** investigado.

- por um adjetivo em posição predicativa:

(84) É **impossível** que o Brasil saia dessa crise.

(85) É **necessário** que você permaneça quieto.

- por um substantivo:

(86) A mulher não deve pensar muito, esta é minha **opinião**.

(87) Ele teve a **impressão** de que falávamos de você.

- pelas próprias categorias gramaticais de tempo/aspecto/modo do verbo:

(88) Esta obra talvez **tenha sido** a mais importante.

(89) E a briga **ficaria** nisso.

Como foi definido na *Introdução*, o fenômeno a ser analisado se trata de uma *pseudo-relativa modalizadora*; pseudo-relativa, por apresentar um pronome relativo que não exerce função sintática na própria oração relativa; e modalizadora, por representar uma codificação sintática de um conteúdo discursivo, ou seja, por registrar a subjetividade do enunciador que se (des)compromete com o conteúdo enunciado.

Por se tratar de uma oração com características de manifestação de modalidade, essa categoria manifesta grande relevância para a pesquisa. Como uma breve explicação, podemos observar que a construção pseudo-relativa modalizadora analisada abriga um verbo que expressa modalidade epistêmica, já que, por meio dele, temos a

[33] Exemplos fornecidos por Neves (2006).

avaliação subjetiva, o (des)comprometimento do falante , em termos do conhecimento de mundo dele, com relação à verdade da proposição.

Uma análise mais detalhada da modalização apresentada pelo verbo da oração pseudo-relativa modalizadora será feita no capítulos V e VI desta dissertação, em que serão explicadas as propriedades sintático-semânticas e semântico-discursivas do verbo da oração pseudo-relativa modalizadora.

2.3. SÍNTESE CONCLUSIVA

Tendo como pressupostos teóricos a *noção de língua* como ferramenta que medeia a interação social, sendo funcional, dinâmica e sistemática; a *noção de função* como a relação entre uma forma e outra, entre uma forma e seu significado, entre uma forma e o contexto de interação; bem como a *noção de gramática* como uma teoria integrada ao uso, que seja capaz de descrever o processamento linguístico e fenômenos nas diversas línguas, apresentamos o suporte teórico que embasa esta dissertação.

Entre as bases teóricas funcionalistas, destacamos para investigação do fenômeno aqui designado de *pseudo-relativa modalizadora* as que se seguem.

Assumindo que há influências de motivações externas na gramática, o funcionalismo defende a **inclusão da pragmática na gramática**. Segundo Chafe (1987), o estatuto informacional influencia na escolha que o falante faz no momento da interação. Como uma prévia, percebemos que, no estudo da relativização (em especial, da pseudo-relativa modalizadora) o referente (de acordo com seu estatuto – *dado*, *novo* ou *acessível*) é determinante para a investigação do fenômeno.

Interligada a essa base teórica, encontra-se a **relação entre gramática e cognição**, que assume que a língua reflete a experiência do mundo. Em relação ao processo de relativização, observamos que a oração relativa explicativa é usada quando o falante deduz que a identidade do referente é acessível pelo ouvinte. Em outras palavras, a relativa explicativa codifica um conteúdo pragmático pressuposto. No caso das restritivas (e isso se aplica à pseudo-relativa modalizadora), em geral, esse conteúdo não é pressuposto.

Além dessa relação, investigamos também os princípios de **iconicidade e marcação**, que se assentam na não-arbitrariedade entre forma e função. Acreditamos

que a oração pseudo-relativa modalizadora seja uma forma marcada em virtude da menor frequência e maior complexidade cognitiva.

Outra discussão que se encontra nesta dissertação se refere às **pressões do uso sobre a gramática**. Como hipótese, acreditamos que o princípio de economia influencia bastante na organização da oração. Prova disso é o pronome relativo *que* da oração pseudo-relativa modalizadora apresentar duas funções: faz referência ao termo antecedente; e serve de elo, conector para a introdução de um conteúdo proposicional que apresenta a subjetividade do falante.

A **noção de prototipia** refere-se ao membro mais característico de uma categoria, ou pelo menos, aquele que apresenta mais traços de uma determinada categoria. Concluímos, neste trabalho, que as pseudo-relativas modalizadoras distanciam-se da representação prototípica da oração relativa padrão. Entretanto, entre elas, parece haver um padrão recorrente: ocorrem ou tendem a ocorrer com verbos que abrigam orações substantivas como um de seus termos.

O princípio de **gramaticalização** não constitui, de fato, escopo deste trabalho, mas levantamos a hipótese de que há forte indício de um processo de gramaticalização nas construções analisadas: o fato de o pronome relativo *que* assumir uma função referencial (referir-se a um termo antecedente), e passar a funcionar como conector (mais opaco) que introduz uma proposição modal.

Contudo, não podemos assegurar, de fato, tal especulação, pois, para isso, seria necessário um aprofundamento, uma investigação tanto sincrônica quanto diacrônica.

E, por último, a categoria **modalidade** é de grande relevância para esta dissertação, já que a oração pseudo-relativa modalizadora abriga um verbo que expressa a modalidade, em geral, epistêmica. Por meio dela, temos a avaliação subjetiva do falante, seu (des)comprometimento com relação à verdade da proposição.

CAPÍTULO III

O TRATAMENTO FUNCIONALISTA DO PROCESSO DE JUNÇÃO

Neste capítulo, objetivamos expor o tratamento que o funcionalismo dá ao processo de encaixamento e articulação de orações, particularmente no estudo da oração relativa. Fazemos um contraste entre o que é apresentado na tradição gramatical e o que é proposto pelos teóricos funcionalistas no que diz respeito aos processos de *coordenação* e *subordinação*.

3.1. O PROCESSO DE JUNÇÃO PARA O FUNCIONALISMO

O funcionalismo considera a expressão linguística como a mediação entre a intenção do falante e a interpretação do ouvinte (DIK, 1997). Por isso, estuda a língua, não como um sistema autônomo, e sim, ligado a outros parâmetros, como à situação discursiva e à cognição, como já foi explicado no capítulo II, quando expusemos os pressupostos teóricos do funcionalismo.

O interesse do funcionalista está na linguagem e no seu funcionamento em contextos reais de uso; por isso, diz-se que estuda a língua estabelecendo uma relação não-arbitrária entre o que é funcional e o que é gramatical.

A expressão linguística, ou a língua em si, é considerada como instrumento de interação entre os indivíduos. Portanto, o funcionalismo concebe a linguagem como uma ferramenta, um instrumento que medeia a interação social.

A ideia de gramática é a de um sistema funcional, no qual estão integradas as relações entre as unidades e suas funções.

Um dos interesses dos estudos com base funcionalista se refere às relações entre orações. Diferentemente da visão tradicional de gramática, o funcionalismo não vê essas relações como dicotômicas, mas como graduais.

Com base nessa perspectiva, alguns pesquisadores procedem ao estudo das orações relativas como pertencentes a um *continuum* que analisa uma escala de integração de sentido e forma, como o faz Oliveira (2000) [34] para o português.

Um dos temas abordados pelos funcionalistas, e que constitui o escopo deste trabalho, é a clássica dicotomia entre *coordenação* e *subordinação* feita pela tradição gramatical.

A tradição gramatical estuda as relações entre as orações com base em duas perspectivas: a *coordenação* e a *subordinação*, que dizem respeito à relação de (in)dependência entre as orações. Segundo tal tradição, a *coordenação* se estabelece entre orações sintaticamente independentes, enquanto que, na *subordinação*, há uma dependência entre uma oração e outra.

Já para o funcionalismo, as relações entre as orações não devem ser vistas como dicotômicas, mas, sim, como graduais, ou seja, o limite entre essas relações não é precisamente definido. Esse é o assunto tratado a seguir.

3.2. NÍVEIS DE INTEGRAÇÃO SINTÁTICO-SEMÂNTICA

Como vimos no capítulo I, a tradição gramatical organiza as frases em períodos: quando uma frase é formada apenas por uma oração, que recebe o nome de *oração absoluta*, tem-se o *período simples*; e, quando formada por duas ou mais, o *período composto*. Este último é constituído por dois tipos de relações: a *coordenação* e a *subordinação*.

Um período composto por coordenação é formado por orações que apresentam independência sintática entre si, as quais são chamadas de *coordenadas* (CUNHA & CINTRA, 2007), tal como em:

(90) As horas passam, os homens caem, a poesia fica..[35]

Segundo os gramáticos, essas três orações são da mesma natureza, pois "são autônomas, INDEPENDENTES[36], isto é, cada uma tem sentido próprio" (...) "elas não

[34] Sobre esse estudo falaremos no capítulo subsequente.
[35] Os exemplos deste capítulo foram fornecidos pelos autores consultados.
[36] Grifos dos autores.

funcionam como TERMOS de outra oração, nem a eles se referem: apenas, uma pode enriquecer com o seu sentido a *totalidade* da outra" (CUNHA & CINTRA, 2007, p. 607).

Já o período composto por subordinação contém orações que funcionam como termos dependentes de outras orações e denominam-se *subordinadas*, conforme o exemplo:

(91) Não sei se padre Bernardino concordará comigo.

Nesse exemplo, temos um verbo transitivo direto "saber", que tem como termo necessário (no caso, o objeto direto) toda a segunda oração. Por isso, diz-se que a segunda oração tem sua existência dependente da primeira, formando, assim, o que se denomina *subordinação*.

Portanto, para a tradição gramatical, as orações subordinadas são aquelas que cumprem as funções dos termos necessários das orações das quais dependem sintaticamente. Como vimos no capítulo I, as adjetivas, escopo desta dissertação, incluem-se entre as subordinadas, para a gramática tradicional.

Para os funcionalistas, as relações entre as orações não devem ser analisadas como estanques, discretas, mas, sim, devem estabelecer-se em um *continuum* baseado em graus de integração sintático-semântica, que tem como pólos extremos a relação de não-dependência e a total integração (LEHMANN, 1988; HOPPER E TRAUGOTT, 1993).

A proposta desse *continuum* varia de autor para autor, mas, resumidamente, apresenta, em comum, três pontos:

i. *parataxe* (grau máximo de independência sintática entre duas orações);
ii. *hipotaxe* (há dependência, mas não há integração); e
iii. *encaixamento* (grau máximo de dependência e integração).

A seguir, faremos uma explanação um pouco mais detalhada de propostas funcionalistas sobre os níveis de integração sintático-semântica.

3.3. ENCAIXAMENTO E ARTICULAÇÃO DE ORAÇÕES

Os estudos funcionalistas sobre a articulação de orações têm como uma de suas propostas questionar o corte rígido entre *coordenação* e *subordinação*, que se encontra na tradição gramatical. Para os funcionalistas, a organização das categorias linguísticas apresenta um caráter não-discreto, e o interesse encontra-se em considerar os elementos que transcendem o nível sentencial, quer dizer, a análise linguística deve ter como foco o conjunto de propósitos que estuda a língua em função, e não somente as estruturas dos enunciados (NEVES, 2006).

Diferentemente da visão tradicional de gramática, fixada numa sintaxe de superfície, que exprime as relações entre as orações como pertencentes a dois conceitos opostos (coordenação e subordinação), os estudos funcionalistas vêm tentando mostrar que tais relações apresentam limites, às vezes, imprecisos. O termo *subordinação*, que vem sendo tratado pela tradição como a relação de dependência entre uma oração e outra, não pode ser definido, apenas, como determinador de construções em que uma oração exerce função sintática em outra. Para os funcionalistas, nem sempre dependência é sinônimo de *subordinação* propriamente dita.

Conforme Dik (1997), por exemplo, argumentos e satélites não fazem parte da mesma categoria. Os argumentos, que, no enunciado composto (ou complexo), são representados pelas orações substantivas, constituem natureza diferente da dos satélites, que, no enunciado complexo, correspondem às orações adverbiais. Os primeiros já estão na formação da predicação nuclear[37], desempenhando papéis semânticos já determinados pela natureza do predicado, ao passo que os satélites são opcionais, incidindo sobre a predicação já configurada. Isto é, o falante tem a opção de usar ou não os satélites, enquanto que, para os argumentos, a opção do falante é quanto ao conteúdo e não quanto à sua ocorrência. Em sendo assim, as orações que correspondem a argumentos, ou seja, que têm valor argumental, são mais integradas de modo que a supressão delas resultará numa construção agramatical.

Segundo Halliday (1985), a organização dos enunciados complexos se conjuga na perspectiva de dois eixos:

[37] Uma explicação mais detalhada sobre o processo de formação da predicação se encontra no capítulo IV desta dissertação.

- *sistema tático*, que trata da relação de interdependência entre os elementos, do qual fazem parte a *parataxe* e a *hipotaxe*.
- *sistema lógico-semântico*, que trata da relação entre os processos, desvinculada do modo de organização e de estruturação do enunciado, do qual fazem parte a *expansão* e a *projeção*.

No eixo tático, a parataxe se refere à relação de continuação, mantida entre elementos de igual estatuto: um iniciador e um continuador (por exemplo, as orações coordenadas e as apositivas típicas) [38]. Por outro lado, a hipotaxe diz respeito à relação de dominação, estabelecida entre um elemento dependente e seu dominante (por exemplo, as orações adverbiais e as adjetivas explicativas).

Ficam fora do eixo tático as relações de encaixamento, pois, segundo Halliday (1985), a relação que ocorre é de constituência, ou seja, uma oração funciona como constituinte da estrutura de um sintagma que, por sua vez, é constituinte da frase. Logo, o encaixamento não é nem parataxe (continuação) nem hipotaxe (dominação), porque a relação que se dá não é entre orações, mas entre um constituinte da frase e uma oração que funciona como seu constituinte (por exemplo, as orações substantivas e as adjetivas restritivas, em relação com as orações principais).

Quanto ao sistema lógico-semântico, Halliday propõe que a relação de expansão pode ocorrer mediante:

- *elaboração* – quando uma oração expande, reformula, especifica com mais detalhes o significado de outra (por exemplo, a oração apositiva);
- *extensão* – quando uma oração acrescenta algo novo à outra, ampliando-a (por exemplo, orações coordenadas);
- *realce* – quando uma oração realça o significado de outra, fornecendo algum traço circunstancial relacionado a tempo, lugar, modo, causa ou condição (por exemplo, as orações adverbiais).

Ainda quanto ao sistema lógico-semântico, uma relação de projeção ocorre quando uma oração projeta-se por meio de outra, apresentando-a como uma locução, uma ideia ou um fato.

[38] Na referência dos exemplos, utiliza-se a nomenclatura tradicional.

De acordo com Matthiessen e Thompson (1988), existe uma combinação paratática, quando nenhum membro é suporte para o outro (por exemplo, as orações coordenadas), e uma combinação hipotática, quando um membro constitui o objetivo central do falante, ao passo que o outro serve apenas de suporte para tal objetivo, ou constitui objetivo suplementar (por exemplo, as orações adverbiais e as adjetivas explicativas). Essas duas combinações formam o que chamam 'articulação de orações'. Diferentemente, ocorre uma relação de encaixamento quando uma oração integra a estrutura de outra (por exemplo, as cláusulas-complemento[39] e as adjetivas restritivas).

Para Lehmann (1988), a relação entre orações se estende em um *continuum*, que vai da relação de não-dependência à máxima integração.

Esse *continuum* denota a hierarquia entre a *coordenação* (grau máximo no estatuto de sentença) e a *dessentencialização* (perda desse estatuto, quando uma oração se configura como um simples constituinte de outra) – é o que o autor denomina *encaixamento*, isto é, quando há somente um estado-de-coisas. No meio desses dois pólos, encontram-se as orações adverbiais, às quais chama de *hipotaxe*.

O que distingue a proposta de Lehmann (1988) das de Halliday (1985) e Matthiessen e Thompson (1988), é que Lehmann considera o *encaixamento* como uma relação dentro da 'articulação de orações'. Nesta, segundo Lehmann, estão incluídas a *coordenação* (relação de associação) e a *subordinação* (relação de dependência), esta última abrigando *hipotaxe* e *encaixamento*. Ele não rejeita os termos *coordenação* e *subordinação*, mas chama a atenção para o fato de que, nesta, há uma relação endocêntrica, ou seja, a categoria gramatical do complexo é determinada por um termo, como, por exemplo, na combinação de uma oração nuclear com uma oração adjetiva restritiva, o resultado mantém o estatuto da nuclear.

Hopper e Traugott (1993) também estabelecem uma escala na perspectiva de graus crescentes de integração, que vai da parataxe (em que não há dependência nem encaixamento) até a subordinação (em que há dependência e encaixamento), passando pela relação intermediária de hipotaxe (em que há interdependência entre núcleo e margem, mas não integração). Esse *continuum* apresenta-se desta forma:

[39] São as que funcionam como termos necessários, como por exemplo, as orações substantivas da NGB.

Quadro 1: *Continuum* de integração de sentenças

Parataxe (grau máximo de independência entre duas orações)	**Hipotaxe** (há dependência, mas não há integração)	**Encaixamento** (grau máximo de dependência e integração)

Esse *continuum* procura abolir a dicotomização em *coordenação* e *subordinação* feita pela tradição gramatical. Baseando-nos na escala apresentada, percebemos que as orações, de um modo geral, tendem a manifestar um ou outro fenômeno, estão mais propensas à parataxe que à hipotaxe, ou o contrário; e que a análise deve ser feita não como uma rotulação, mas como uma investigação que se preocupa em apontar que diferentes orações manifestam um mesmo fenômeno de articulação.

Analisando a pseudo-relativa modalizadora a partir desse *continuum*, os dados nos mostram que se trata de uma relação de **encaixamento**, nos termos de Lehmann (1988), já que a oração pseudo-relativa modalizadora funciona como simples constituinte da outra oração, como podemos observar nos exemplos encontrados na Internet.

(92) Ela esteve aqui, eu lhe disse, e ele, nada respondendo de pronto, virou-se para mim e ergueu no ar *o papel que eu imaginei que estivera a ler*.

(93) Como esquecer *uma amiga que eu disse que amava muito ela* e ela disse que não pode corresponder? [40]

E nos já apresentados:

(4) Ali está o *homem que eu pensei que tivesse desaparecido*.

(74) Votarei *na pessoa que eu acredito que irá trazer o melhor grupo de ferramentas para afrontar os problemas do século XXI para os Estados Unidos* (...).[41]

[40] Exemplos encontrados, respectivamente, em:
http://www.confrariadovento.com/revista/numero13/conto02.htm
http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20080803102008AAyPKUC

[41] Exemplo encontrado no endereço eletrônico:
http://www.estadao.com.br/internacional/not_int189069,0.htm

Em todos esses exemplos, a oração que designamos *pseudo-relativa modalizadora* exprime uma **relação de constituência**, nos termos de Halliday (1985), já que funciona como constituinte da estrutura de um sintagma, no caso um SN complexo – que abriga uma oração dentro de sua estrutura.

Em outras palavras, a relação estabelecida não é entre orações, mas entre um constituinte da frase (um SN: *o papel*; *uma amiga*; *o homem*; *a pessoa*) e uma oração que funciona como seu constituinte.

3.4. SÍNTESE CONCLUSIVA

Diferentemente da tradição gramatical, o funcionalismo considera que as relações entre as orações não devem ser analisadas como estanques, discretas, mas, sim, estabelecidas em um *continuum* baseado em graus sintático-semânticos de integração. A proposta desse *continuum* apresenta, pelo menos, três pontos:

- parataxe – grau máximo de independência;
- hipotaxe – há dependência, mas não integração;
- encaixamento – grau máximo de dependência e integração.

Como observamos, a oração pseudo-relativa modalizadora se inclui na definição de *encaixamento*, pois, de acordo com os princípios de Lehmann (1988), a construção analisada funciona como constituinte de outra oração, ou melhor, ela exprime, nos termos de Halliday (1985), uma relação de constituência, já que funciona como constituinte da estrutura de um sintagma. Em outras palavras, a relação estabelecida não é entre orações, mas entre um constituinte da frase, no caso, um SN, e uma oração que funciona como termo integrado.

CAPÍTULO IV

DESCRIÇÃO E ANÁLISE DA ORAÇÃO RELATIVA EM LÍNGUA PORTUGUESA: CONTRIBUIÇÕES DE ALGUMAS PESQUISAS

Neste capítulo, faremos uma breve explanação sobre algumas pesquisas desenvolvidas sobre o tema *orações relativas*. Em primeiro lugar, discutimos o conceito e a identificação da chamada *oração relativa*. Em seguida, apresentamos algumas pesquisas que, sob o enfoque variacionista, têm como escopo as estratégias de relativização. E, por último, apresentamos também algumas pesquisas sobre as orações relativas com enfoque teórico no funcionalismo.

4.1. PESQUISAS DE ORIENTAÇÃO VARIACIONISTA

As orações relativas são orações que exercem a função de modificadores de um núcleo nominal, por isso são também chamadas de *orações adjetivas* pela tradição gramatical.

Rocha Lima (1998), como já exposto no capítulo I, afirma que as orações adjetivas funcionam como adjunto adnominal. Subordinam-se a qualquer termo da oração anterior cujo núcleo seja substantivo ou equivalente de substantivo, como os exemplos já mostrados:

(21) A água é um líquido *que não tem cor*.

(22) A água é *incolor*.

Segundo ele, as orações adjetivas permitem que se juntem ao substantivo características mais complexas, para as quais não existem, muitas vezes, adjetivos simples (lexicais). Quando desenvolvidas, são encabeçadas pelos pronomes *que, o qual, quem, cujo, quanto*; ou pelos advérbios relativos *onde, quando* e *como*, por intermédio dos quais se prendem a um substantivo, ou a um pronome da oração anterior, chamado *antecedente*.

Podem classificar-se em *restritivas* e *explicativas*, como já exposto no capítulo I desta dissertação. As restritivas delimitam o antecedente, com o qual formam um todo significativo; em razão disso, não podem ser suprimidas, sob pena de a oração principal ficar prejudicada em sua compreensão. E as explicativas são termos adicionais, que encerram simples esclarecimentos ou particularidades do antecedente, razão pela qual não são vistos como "indispensáveis" para a compreensão do conjunto.

O uso de construções adjetivas constitui uma estratégia que os falantes da língua têm de delimitar o significado de um termo, seja restringindo ou comentando seu conteúdo semântico.

Tarallo (1983, *apud* Pinheiro, 1998), investigou as estratégias de relativização usadas por falantes da área urbana de São Paulo e constatou a existência de três tipos de construções relativas: uma padrão e duas não-padrão, denominadas por ele de *estratégia do pronome resumptivo//lembrete* (relativa copiadora) e *variante com lacuna* (relativa cortadora), conforme exemplos já apresentados:

(1) Comprei um livro de que não gostei.
(2) Comprei um livro que não gostei dele.
(3) Comprei um livro que não gostei.[42]

No exemplo (1), temos a ocorrência da *relativa padrão*. E nos exemplos (2) e (3), as relativas *copiadora* e *cortadora*, respectivamente. A *relativa padrão* caracteriza-se por apresentar o pronome relativo devidamente acompanhado da preposição quando exigida pela valência verbal; ao passo que a *relativa copiadora* apresenta uma lacuna entre o objeto referido e a oração relativa, entretanto, essa lacuna é preenchida por uma forma pronominal correferente com o SN que antecede a relativa. E a *relativa cortadora* ocorre quando o SN relativizado é objeto de preposição e, no entanto, nesse caso, a preposição governante está ausente.

Embora as duas estratégias não-padrão não sejam reconhecidas pela tradição gramatical, o que verificamos é que a estratégia cortadora, apesar de ser a mais recente das três, pois, como observou Tarallo, começa a aparecer na variante brasileira na metade do século XIX, é muito frequente no discurso oral dos falantes, mesmo os mais escolarizados, o que parece confirmar a existência de uma mudança em curso.

[42] Os exemplos (1) a (3) são baseados nos exemplos de Pinheiro (1998).

Em virtude disso é que, segundo Pinheiro (1998), alguns estudiosos desenvolveram pesquisas variacionistas sobre o emprego das orações relativas em diferentes variedades do português do Brasil. Mollica (1977), por exemplo, analisou a alternância entre relativa copiadora e relativa com lacuna (cortadora) na fala de cariocas de classe social baixa.

Com o propósito de investigar que fatores favoreciam a escolha pela extensão ou pelo apagamento do pronome nas orações relativas, a autora analisou alguns aspectos semânticos do antecedente (como as categorias [± humano], [± específico] e [± coletivo]); assim como o espaço entre o termo ou sintagma antecedente e a oração relativa, ou seja, se havia presença ou ausência de elementos entre o sintagma antecedente e a oração relativa.

Como conclusão do primeiro fator (os aspectos semânticos do antecedente), os dados confirmaram que as categorias [+ humano], [-coletivo] e [- específico] favoreciam a extensão do pronome, já que o aparecimento do pronome lembrete (a relativa copiadora) é mais provável em sentenças que apresentam termo antecedente indefinido (MOLLICA, 1977).

E quanto ao outro fator - distância entre o sintagma antecedente e a oração relativa, ela constatou que a probabilidade de o pronome cópia aparecer é maior em estruturas que apresentam elementos intervenientes entre o sintagma e a oração relativa (*ibidem*, idem).

Discutindo esses fatores na investigação da oração designada aqui de *pseudo-relativa modalizadora*, podemos perceber que os termos antecedentes dos exemplos apresentam os diferentes aspectos semânticos investigados por Mollica (1977). Isso parece sugerir que a ocorrência da pseudo-relativa não está condicionada por um dos fatores, como podemos observar nos exemplos já apresentados:

(4) Ali está *o homem* que eu pensei que tivesse desaparecido.

(75) beim’ a própria *Nova Olinda’* (+) a própria Nova Olinda queu num num eu num pensarra quelera bunita’.

(76) agora tem uns que:: tem mais ou menos uns *uns trêis quarto de gente* que eu acho que é pela fé né”.

(93) Como esquecer *uma amiga* que eu disse que amava muito ela e ela disse que não pode corresponder?[43]

Ou seja, temos, nos antecedentes, as seguintes características:

o homem do exemplo (4) :
[+ humano], [+específico] e [- coletivo]

Nova Olinda do exemplo (75):
[-humano], [+específico] e [-coletivo]

trêis quarto de gente do exemplo (76):
[+humano], [-específico] e [+coletivo]

uma amiga do exemplo (93):
[+humano], [+específico][44] e [-coletivo]

Não podemos afirmar, contudo, que um ou mais desses fatores não influenciem na escolha do falante, pois não fizemos, aqui, uma análise quantitativa de dados observáveis, como o faz Mollica em seu estudo. Apenas esboçamos uma pequena análise qualitativa dos dados de que dispomos para uma primeira aproximação do fenômeno. Um estudo mais aprofundado sobre o tema revelaria, talvez, outros resultados.

4.2. PESQUISAS DE ORIENTAÇÃO FUNCIONALISTA

Outro estudo sobre as estratégias de relativização no português é o de Oliveira (2000). Tendo como suporte teórico-metodológico o funcionalismo de Hopper e Traugott (1993), Givón (1995) e Martelotta *et al* (1996), a autora estuda o processo de

[43] Exemplos encontrados, como já apresentamos, respectivamente, nos endereços:
http://www.profala.ufc.br/Inf03-FJ.pdf
http://www.profala.ufc.br/Inf04-FMA.pdf
http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20080803102008AAyPKUC

[44] Apesar de os artigos indefinidos, geralmente, remeterem a termos genéricos, não-especificados, nesse caso, reconhecemo-lo como remetendo a um termo específico, definido discursivamente.

vinculação oracional configurado como uma trajetória rumo à crescente integração semântico-sintática dos constituintes aí envolvidos.

Com base nisso, ela procede ao estudo de um *continuum* oracional: "orações pouco vinculadas (paratáticas) originariam orações de integração média (hipotáticas), que, por sua vez, derivariam orações mais encaixadas em conteúdo e expressão (subordinadas)" (OLIVEIRA, 2000, p. 11). Em relação à dicotomia tradicional que distingue *restritivas* e *explicativas*, a pesquisadora aplica a proposta funcionalista de escalaridade no vínculo oracional ao estudo das orações relativas, testando a hipótese da mudança do domínio da *atribuição* (que seria mais acessório e menos vinculado) para o da *definição* (que seria mais essencial e integrado). Sua abordagem é baseada numa perspectiva pancrônica, que combina dados diacrônicos e sincrônicos.

Oliveira testa uma escala de integração de sentido e de forma desse tipo de arranjo sintático, com base em quatro variáveis:

- informatividade do SN atribuído;
- genericidade da oração adjetiva;
- presença de pausa entre o SN atribuído e a oração adjetiva;
- inserção de constituintes entre o SN atribuído e a oração adjetiva ou entre o pronome relativo e a oração adjetiva.

Ao contrário da divisão clássica em *explicativas* e *restritivas*, ter-se-ia um *continuum* de integração, com pelo menos cinco pontos:

grau 4 > grau 3 > grau 2 > grau 1 > grau 0

grau 4 e grau 3 (- vinculação oracional: hipotaxe)[45]
grau 2 (intermediário)
grau 1 e grau 0 (+ vinculação oracional: subordinação/encaixamento)[46].

A autora faz algumas análises com base nas quatro variáveis citadas, de exemplos atuais e remotos.

[45] São dois grupos e uma descrição. Segundo a autora, as estruturas de grau 4 (integração mínima) e grau 3 (integração baixa) são consideradas como modelos da fase inicial da trajetória de vinculação adjetiva.
[46] Do mesmo modo, são dois grupos e uma descrição: as estruturas de grau 1 (integração alta) e grau 0 (integração máxima) constituem estruturas com alto índice de encaixamento.

No que se refere à informatividade do SN antecedente da oração adjetiva, ela constatou que, quanto maior o nível de informação do SN, maior é a tendência a tornar dispensável ou acessória a oração adjetiva, o que configura a hipotaxe adjetiva.

Da mesma forma, quanto mais genérica for a oração adjetiva, mais a informação é secundária e menos relevante, o que também configura a hipotaxe.

Em relação à pausa, quanto mais unidos estiverem os termos (ou seja, sem pausa), maior a integração, o que configura o encaixamento.

E quanto à última variável, observou que, quando, entre as orações, há inserção de termos, menos integrada é a oração adjetiva (o que leva à hipotaxe adjetiva); e quando não há essa inserção, mais integrada se torna a oração adjetiva, levando à conclusão de que há o encaixamento.

Portanto, como observou, as adjetivas tendem a se situar em pontos de integração de maior visibilidade (graus 4 e 3/ graus 1 e 0), evitando-se o grau 2 (intermediário).

Como exemplos de hipotaxe adjetiva, ela apresenta:

(94) Camaçari e Uratu, **onde fica o maior porto baiano**, receberão as novas fábricas das coreanas.
(presença de informatividade do SN)

(95) ...você pode ser útil... ajudando muitas pessoas... principalmente pessoas carentes... né? **que hoje tão sofridas aí com... a situação do país...**
(presença de inserção de termos)

E como exemplos de subordinação/encaixamento, ela ilustra:

(96) Tem alguma coisa **que separa a casa da rua?**
(ausência de informatividade do SN)

(97) O Brasil **que recebeu as montadoras nos anos 50** era essencialmente agrícola... (ausência de genericidade da adjetiva)

Relacionando os parâmetros de análise de Oliveira (2000) com o estudo que aqui fazemos da chamada *pseudo-relativa modalizadora*, podemos classificá-la, geralmente, como um tipo de **encaixamento**, já que, com relação:

- à genericidade da oração adjetiva, no caso, da oração pseudo-relativa modalizadora, constatamos que, nos exemplos analisados, trata-se de orações [-genéricas], ou seja, [+definidas], o que caracteriza o *encaixamento*, pois o significado da oração pseudo-relativa modalizadora faz-se mais fundamental e saliente, o que evidencia o quão está integrado o significado da pseudo-relativa ao conteúdo veiculado pelo termo antecedente. É o que podemos ver nos exemplos:

  (92) Ela esteve aqui, eu lhe disse, e ele, nada respondendo de pronto, virou-se para mim e ergueu no ar o papel **que eu imaginei que estivera a ler**.

  (74) Votarei na pessoa **que eu acredito que irá trazer o melhor grupo de ferramentas para afrontar os problemas do século XXI para os Estados Unidos e o mundo** (...).[47]

- à presença de pausa entre o SN atribuído e a oração adjetiva, no caso, a oração pseudo-relativa modalizadora, constatamos que, nos exemplos analisados, não há ocorrência de pausa, logo, mais unidos estão no plano conceitual o SN e a oração pseudo-relativa modalizadora, o que caracteriza o *encaixamento*, visto que uma das marcas formais da maior integração sintático-semântica no encaixamento de orações é a proximidade entre as estruturas oracionais envolvidas nesse processo. Portanto, por ter um vínculo mais estreito em relação ao SN antecedente, a oração pseudo-relativa modalizadora apresenta a tendência de se ligar a este sem pausa, ou seja, diretamente, como podemos ver nos exemplos:

  (4) Ali está **o homem que eu pensei que tivesse desaparecido**.

  (98) Porque **a minha melhor amiga que eu disse que estou apaixonado não me quer?**[48]

---

[47] Como já exposto anteriormente, esses exemplos são encontrados, respectivamente em:
http://www.confrariadovento.com/revista/numero13/conto02.htm
http://www.estadao.com.br/internacional/not_int189069,0.htm

- à inserção de termos entre o SN atribuído e a oração adjetiva, no caso, a oração pseudo-relativa modalizadora, verificamos que, nos exemplos analisados, não há ocorrência de inserção de constituintes, portanto, mais integrada é a pseudo-relativa modalizadora, o que também caracteriza o *encaixamento*, já que a presença de termos entre o SN atribuído e a oração pseudo-relativa modalizadora interferiria no processo de integração, ou seja, diminuiria o elo sintático-semântico entre os dois constituintes. Apesar de a oração pseudo-relativa modalizadora ser uma forma de comentário avaliativo, ou seja, trata-se de modalização, já que o falante introduz uma avaliação da situação discursiva, investigamos a inserção de termos entre o SN e a pseudo-relativa, e não entre o SN e uma possível adjetiva canônica, como podemos ver no exemplo que segue:

(99) Ali está o **homem que**, pensei eu, **tinha desaparecido**.[49]

Nesse exemplo, temos a inserção de um constituinte modal (no caso uma oração encabeçada por um verbo modal *pensei eu*) entre o SN atribuído *o homem* e a oração adjetiva *tinha desaparecido*. É diferente do fenômeno que investigamos, já que a oração pseudo-relativa modalizadora se apresenta sem pausa e sem a inserção de termos que cause distanciamento entre o SN e ela.

(4) Ali está **o homem que eu pensei que tivesse desaparecido**.

Assim como esse, os exemplos (100) e (101) podem ilustrar a não ocorrência de inserção de constituintes entre o SN antecedente e a oração pseudo-relativa modalizadora.

(100) Eu sou **metade de tudo que eu pensei que seria**.

(101) **música que eu disse que daria ao garoto mais especial da minha vida**.[50]

---

[48] Exemplo encontrado no endereço:
http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20081007100124AAPKmff

[49] Exemplo baseado no de Bechara (1999) para comparação.

[50] Exemplos, respectivamente encontrados em:
http://www.prahoje.com.br/copas/2007_09_01_archive.html
http://prettyinpinkatbi.blogspot.com/2007/10/msica-que-eu-disse-que-daria-ao-gartto.html

- quanto à informatividade do SN atribuído, constatamos que, na maioria dos exemplos analisados, trata-se de um SN [-genérico], com maior nível de informação, ou seja, [+definido], o que contradiria a classificação do fenômeno como um tipo de *encaixamento*, visto que, segundo a análise de Oliveira (2000), quanto mais indefinido, genérico for o termo antecedente, maior a tendência para o uso de orações encaixadas ou restritivas; em contrapartida, quanto maior o nível de informação do SN, maior a tendência a tornar dispensável ou acessória a oração adjetiva, o que caracteriza a hipotaxe adjetiva. No entanto, essa é a característica encontrada nos dados analisados, como podemos observar nos exemplos já apresentados:

(4) Ali está **o homem** que eu pensei que tivesse desaparecido.

(93) Como esquecer **uma amiga** que eu disse que amava muito ela e ela disse que não pode corresponder?[51]

(98) Porque **a minha melhor amiga** que eu disse que estou apaixonado não me quer?

Nesses exemplos, podemos constatar que se trata de SNs com alto nível de informação, pois, discursivamente, poderíamos identificá-los, ou seja, remetem a alguém especificamente. Em outros termos, trata-se de sintagmas antecedentes com os traços [-genéricos] e [+específicos].

Como se tratam de tendências e análises não-dicotomizadas, como mesmo afirma Oliveira, esse último é o único fator que não obedece à regra. No entanto, acreditamos que, com base nos exemplos tomados para análise, o fenômeno designado aqui de *pseudo-relativa modalizadora* pode ser definido como *encaixamento*, situando-se no nível da *subordinação*, pois, de acordo com os parâmetros de análise, essas orações são caracterizadas como dependentes e encaixadas. Em outras palavras, são mais integradas à oração principal, que, nos termos tradicionais, equivaleriam às *restritivas*.

[51] Exemplos, respectivamente, encontrados em: http://www.profala.ufc.br/Inf04-FMA.pdf http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20080803102008AAyPKUC

4.3. SÍNTESE CONCLUSIVA

Por meio do estudo realizado, ficou claro que a visão funcionalista das relações entre as orações difere da tradicional. Esta estabelece uma perspectiva dicotômica, baseada em *coordenação* (quando não há dependência entre as orações) e *subordinação* (quando há dependência entre uma oração e outra).

Diferentemente dessa posição, são as visões variacionista e funcionalista. A primeira, representada, aqui, pelo estudo feito por Tarallo (1983, *apud* Pinheiro, 1998), ocupa-se em investigar as estratégias de relativização usadas pelos falantes. Nesse estudo, Tarallo constatou a existência de três tipos de construções relativas: uma considerada padrão e duas não-padrão.

O mesmo fenômeno é observado por Mollica (1977) na fala de cariocas de classe social baixa. Em tal investigação, a autora analisou alguns aspectos semânticos do antecedente, assim como o espaço entre o termo antecedente e a oração relativa, concluindo que as categorias [+humano], [-coletivo] e [-específico], junto com a presença de elementos intervenientes entre o sintagma relativizado e a oração relativa favoreciam a ocorrência da relativa copiadora.

Investigando a oração pseudo-relativa modalizadora sob tais parâmetros, constatamos que os termos antecedentes das pseudo-relativas modalizadoras apresentam os diferentes aspectos semânticos investigados por Mollica, o que nos parece indicar que a ocorrência da pseudo-relativa modalizadora não esteja condicionada por um dos fatores em especial.

No entanto, a comparação entre esses dois estudos parece inviável, uma vez que Mollica desenvolve uma investigação quantitativa, observando células sociais e um número de dados bem maior do que o número que observamos nesta pesquisa.

Dentro da visão funcionalista, destacamos o estudo de Oliveira (2000), que analisa a oração relativa sob o processo de vinculação de orações. Como resultados, Oliveira constatou que as orações adjetivas tendem a se situar entre os pólos da hipotaxe e do encaixamento: quanto mais acessória, mais dispensável é a adjetiva, mais situada no pólo da hipotaxe se encontra a oração. Em contrapartida, quanto mais integrada, menos acessória e menos dispensável é a adjetiva, situando-se, assim, no pólo do encaixamento.

Relacionando tais parâmetros ao estudo da oração pseudo-relativa modalizadora, constatamos que, dos quatro fatores apresentados por Oliveira, nossos dados diferem apenas quanto à *informatividade do SN antecedente*, uma vez que, na maioria de nossos exemplos, trata-se de SN's menos genéricos, com maior nível de informação, portanto, mais definidos, o que diverge da análise de Oliveira (2000), que apresenta o SN antecedente das orações adjetivas encaixadas como termos mais genéricos, menos definidos, com a explicação de que quanto menos definido, ou seja, mais genérico for o termo que recebe a atribuição, maior a tendência para o uso de orações adjetivas encaixadas ou restritivas.

No entanto, acreditamos que, com base nos exemplos tomados para análise, o fenômeno designado aqui de *pseudo-relativa modalizadora* pode ser definido como *encaixamento*, pois, de acordo com os parâmetros observados, trata-se de orações menos acessórias e menos dispensáveis, caracterizadas como dependentes e encaixadas, ou seja, mais integradas à oração principal, configurando, assim, o que definimos *encaixamento*.

CAPÍTULO V

AS ORAÇÕES PSEUDO-RELATIVAS MODALIZADORAS: PROPRIEDADES SINTÁTICO-SEMÂNTICAS

Neste capítulo, apresentamos uma proposta de abordagem do fenômeno denominado aqui de *pseudo-relativa modalizadora*. Procedemos a uma discussão sobre as propriedades sintático-semânticas do verbo dessa construção, que parece ainda negligenciada pela pesquisa linguística. Discutimos, também, os papéis semânticos desempenhados pelo argumento 1 (A1) do verbo da oração pseudo-relativa modalizadora.

Para discussão dos parâmetros de análise, apresentamos as propostas tipológicas de Dik (1997) e Chafe (1987) para classificação dos verbos conforme propriedades sintático-semânticas.

5.1. DESCRIÇÃO ESTRUTURAL

Uma das características da oração relativa é o fato de esta apresentar um pronome relativo, o qual exerce uma função sintática na oração em que se encontra. Retomando os exemplos (1), (2) e (3), anteriormente citados, tem-se o pronome *que* cumprindo a função sintática de *objeto indireto*.

(1) Comprei um livro de que não gostei.
(2) Comprei um livro que não gostei dele.
(3) Comprei um livro que não gostei.

Alguns gramáticos tradicionais - Dias (1918), Pereira (1952) e Bechara (1999) chamam a atenção para um outro tipo de construção relativa em que o pronome relativo exerce função na oração substantiva que, na oração adjetiva, encaixa-se, tal como se ilustra a seguir:

(4) Ali está o homem que eu pensei que tivesse desaparecido.

Segundo Bechara, o pronome relativo *que* que inicia a oração *que eu pensei* leva o leitor (ou ouvinte) a uma falsa classificação: caracteriza-a como **adjetiva**; porém, como o pronome não exerce nela função sintática, não lhe pertence, mas, sim, à oração substantiva *que tivesse desaparecido*.

Por ter um caráter de relativa, mas distanciar-se da relativa padrão, é que tal expressão é designada, aqui, de **pseudo-relativa**.

Essa construção, afirma Bechara, é correta e coerente. A dificuldade está em enquadrá-la nos processos tradicionais e estruturais de análise sintática. Em geral, ela só ocorre em oração subordinada substantiva.

O referido pronome relativo, na análise de Bechara, é chamado de *relativo universal* por ser um simples *transpositor oracional*. Isto é, a referencialidade desse constituinte parece opaca, pois o "pronome" é utilizado como conectivo semelhante à conjunção *que*.

O que chama a atenção nesse uso é que ele parece motivado pela introjeção de uma predicação modalizadora que subverte a sintaxe da predicação que a "hospeda". Prova disso encontra-se nos tipos de verbos frequentemente utilizados, que são verbos de cognição (*pensar*, *ver*), de percepção ou de elocução (*dizer*, *afirmar*), conforme tipologia de Neves (2000). Tais verbos costumam ser apontados como marcas da manifestação da modalidade epistêmica e da evidencialidade.

Com base nas propostas funcionalistas de Lehmann (1988) e Hopper e Traugott (1993), que tratam de um *continuum* de integração sintático-semântica, a hipótese aqui defendida é a de que esse tipo de construção estabelece uma relação de *encaixamento*, na qual há um grau máximo de dependência e integração com o termo ao qual se liga, no caso, *o homem*.

Outros exemplos para ilustrar tal fenômeno encontram-se em (93) e (98):

(93) Como esquecer uma amiga *que eu disse que amava muito ela* e ela disse que não pode corresponder?

(98) Por que minha melhor amiga *que eu disse que estou apaixonado* não me quer?[52]

[52] Exemplos encontrados, respectivamente, em:
http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20080803102008AAyPKUC
http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20081007100124AAPKmff

As construções grifadas podem ser analisadas da mesma forma: estabelecem uma relação de encaixamento com o termo ao qual se referem, nos dois casos, *amiga*; apresentam um pronome relativo *que*, que inicia a oração *que eu disse*, o qual não exerce nela função sintática, levando, assim, o leitor (ou ouvinte) à falsa classificação (caracterizando-a como adjetiva); e trazem um verbo (de percepção ou de elocução), que introduz uma predicação na qual o pronome tem uma função.

Conforme vimos no capítulo anterior, a oração pseudo-relativa modalizadora estabelece uma relação de encaixamento com o termo ao qual se refere, já que, pelos parâmetros de análise de Oliveira (2000), ela consiste numa maior vinculação oracional. Em outros termos, trata-se de orações com nível de genericidade menor, ou seja, são mais definidas; e se apresentam mais unidas ao SN atribuído, pois se realizam sem a ocorrência de pausa e de inserção de constituintes entre o SN e a oração pseudo-relativa modalizadora.

Portanto, podemos concluir que se trata de uma relação de *encaixamento*, situando-se no nível da *subordinação*, visto que tais orações se apresentam como *dependentes* e *encaixadas*. Ou seja, são mais integradas à oração principal, e, nos termos tradicionais, equivaleriam às *restritivas*.

Dias (1918) e Pereira (1952) apresentam uma construção semelhante à que se analisa neste estudo. Em suas descrições, como já mostrado no capítulo I deste trabalho, o pronome relativo introduz uma oração adjetiva, ao mesmo tempo em que pertence à oração subsequente, desempenhando, nela, uma função sintática.

Isso indica que esse fenômeno não constitui realidade recente, pois, como podemos ver, já é apresentado em gramáticas do início do século XX, como é a gramática de Dias (1918). Gramáticos e linguistas, em geral, parecem ter ignorado tal fenômeno, que só voltou a ser contemplado em Bechara (1999).

5.2. CLASSE SINTÁTICO-SEMÂNTICA DO VERBO DA ORAÇÃO PSEUDO-RELATIVA MODALIZADORA

Na Teoria da Gramática Funcional, Dik (1997) define a predicação como um processo básico de formação do enunciado, no qual os itens lexicais de uma língua são

analisados dentro da predicação. Portanto, o ponto de partida da análise de uma expressão linguística é a predicação, que é entendida também como o resultado da aplicação de um conjunto de termos (que designam entidades) a um predicado (que designa propriedades ou relações). A predicação nuclear (predicado e seus argumentos) designa um *estado-de-coisas*, que consiste numa concepção, uma interpretação linguística de algo que pode ocorrer em algum mundo (real ou imaginário).

Para Dik, assim como para outros funcionalistas, o termo que constitui o centro da *predicação* é o *predicado*, representado essencialmente pela categoria dos *verbos*[53]. Ele é o elemento regente que comanda todo o conjunto que forma a oração. Em torno dele se abrem lugares vazios que devem ser preenchidos pelos *argumentos* – constituintes exigidos pela semântica do predicado. Além dos argumentos, outros constituintes podem ocorrer na oração, porém sem serem exigidos pela semântica do predicado. São os chamados *satélites*, que apenas trazem informações suplementares. Como exemplo de uma predicação, podemos ter:

(102) entregar (João) (o lápis) (à Maria)[54]

Nesse exemplo, admite-se, como possível, em algum mundo, uma pessoa chamada *João* entregar uma coisa chamada *lápis* a outra pessoa chamada *Maria*. A este estado-de-coisas podem acrescentar-se determinadas operações, como a localização no tempo e no espaço, tal como se apresenta no exemplo (103):

(103) João entregou o lápis à Maria na escola.

Os termos (João), (o lápis) e (à Maria) constituem os *argumentos* do predicado *entregar*, ao passo que (na escola) apresenta-se como *satélite*.

Uma predicação pode também aparecer especificando outro estado-de-coisas, quer dizer, apresentar-se como *argumento* de outro *predicado* (NEVES, 2001b), como podemos observar no exemplo a seguir:

---

[53] Embora o verbo seja a principal representação de predicado, outras formas também podem funcionar como predicados, como, por exemplo, alguns itens pertencentes à classe dos substantivos, dos adjetivos e dos advérbios, que abrem em torno de si lugares vazios que devem ser preenchidos por outras palavras. Na presente pesquisa, trataremos apenas da valência verbal.

[54] Exemplo baseado em Neves (2001b).

(104) Paulo viu que João entregou o lápis à Maria na escola.

Temos, portanto, uma *predicação encaixada*, isto é, uma predicação - (entregar (João) (o lápis) (à Maria)) - que aparece como *argumento* (no caso, A2) de outro *predicado* (ver).

Contudo, *predicação encaixada* diferencia-se de *proposição encaixada*, como observamos em:

(105) Paulo acreditou que João entregou o lápis à Maria na escola.

Como *acreditar* não assegura a ocorrência de um EC (estado-de-coisas), é tido como um *fato possível*, uma *proposição*. Como afirma Neves: "as coisas nas quais se pode dizer que as pessoas acreditam não são estados-de-coisas, são, antes, *proposições*, *conteúdos proposicionais*, *fatos possíveis*" (NEVES, 2001b, p. 86). Ou seja, Paulo acreditar não quer dizer que João entregou, de fato, o lápis à Maria na escola. É diferente do exemplo (103), em que se assevera, de fato, a ocorrência do EC (*João entregar o lápis à Maria na escola*), assegurado pelo predicado *ver*.

Podemos observar, portanto, que o fenômeno, designado aqui de *oração pseudo-relativa modalizadora*, constitui uma *proposição encaixada*, na medida em que apresenta um predicado que não implica, de fato, a ocorrência de um EC, já que, como mostra o exemplo de Bechara "Ali está o homem que eu pensei que tivesse desaparecido", o predicado *pensar* não garante, verdadeiramente, que *o homem tenha desaparecido*.

Assim como esse, outros exemplos encontrados também podem ser analisados como *proposições encaixadas*. É o que observamos em:

(92) Ela esteve aqui, eu lhe disse, e ele, nada respondendo de pronto, virou-se para mim e ergueu no ar o papel *que eu imaginei que estivera a ler*.

(106) Eu sou metade. Metade da mulher *que eu gostaria que eu fosse*.[55]

[55] Exemplos encontrados, respectivamente, em:
http://www.confrariadovento.com/revista/numero13/conto02.htm
http://www.prahoje.com.br/copas/2007_09_01_archive.html.

Nesses exemplos, os verbos *imaginar* e *gostar* tomam como escopo um conteúdo de verdade, ou seja, o que se "imagina" e o que se "gostaria de ser" expressam não-factualidade.

O predicado compreende propriedades sintáticas e semânticas. Dik propõe uma tipologia de traços semânticos para a descrição dos estados-de-coisas que podem ser classificados, fundamentalmente, de acordo com a dinamicidade ([±] dinâmico), e o controle ([±] controlado).

A dinamicidade compreende algum tipo de mudança ([+] dinâmico ou [-] dinâmico) nas entidades envolvidas. E o controle refere-se à presença de um primeiro argumento com a capacidade de determinar ([+] controle ou [-] controle) se o EC acontecerá.

A classificação, feita por Dik, das predicações resulta em dois tipos de EC: ***situação*** – que não desenvolve qualquer mudança nas entidades envolvidas; e ***evento*** – que implica, necessariamente, algum tipo de mudança nas entidades envolvidas. Esses dois tipos de EC (**situação** e **evento**) se desdobram em outros dois, ao se inter-relacionarem com o traço [± controle]. Como tipos de **situação**, têm-se as categorias: **estado** - que não envolve dinamicidade ([-] dinâmico), nem controle ([-] controle); e **posição** – que não envolve dinamicidade ([-] dinâmico), mas manifesta controle ([+] controle). E como tipos de **evento**, apresentam-se as categorias: **ação** – que compreende tanto dinamicidade ([+] dinâmico) quanto controle ([+] controle); e **processo** – que envolve dinamicidade ([+] dinâmico), mas não controle ([-] controle)[56].

O quadro a seguir resume a tipologia de EC segundo esses parâmetros propostos por Dik.

[56] O traço [± télico] distingue **eventos** concebidos como atingindo um ponto de término natural (**realização** e **mudança**) ou não (**atividade** e **dinamismo**).

Quadro 2: Classificação do estado-de-coisas

Tipo de EC	[Dinâmico]	[Controle]
Situação	-	
Posição	-	+
Estado	-	-
Evento	+	
Ação	+	+
Processo	+	-

São exemplos dos estados-de-coisas descritos acima:

Situação:

Posição: (107) João mantém seu dinheiro numa meia velha.

Estado: (108) O dinheiro de João está numa meia velha.

Evento:

Ação: (109) João correu a maratona em três horas.

Processo: (110) A maçã caiu da árvore.

Na presente pesquisa, investigamos o tipo de estado-de-coisas (EC) que ocorre na construção pseudo-relativa modalizadora de modo a caracterizar semanticamente esse tipo de uso.

Como observamos, nas construções analisadas, o EC das orações pseudo-relativas modalizadoras, de acordo com a tipologia de Dik, consiste, em geral, em *evento*, como *ação* - no caso de *dizer*, nos exemplos (93) e (98), e no caso de *acreditar*, no exemplo (74):

(93) Como esquecer uma amiga que eu disse que amava muito ela e ela disse que não pode corresponder?

(98) Porque a minha melhor amiga que eu disse que estou apaixonado não me quer.?

(74) Votarei na pessoa que eu acredito que irá trazer o melhor grupo de ferramentas para afrontar os problemas do século XXI para os Estados Unidos e o mundo (...).

Pode ocorrer, ainda, um EC de *processo*, como nos casos de uso do predicado *pensar*, que envolve dinamismo [+dinâmico], mas não controle [- controle], ou numa escala de controle, envolve menos controle, como observamos no exemplo (4):

(4) Ali está o homem que eu pensei que tivesse desaparecido.

Nesse exemplo, temos um EC em que há algum tipo de mudança nas entidades envolvidas e que não é determinado, controlado pelo primeiro argumento, já que *pensar*, nesse caso, não implica, necessariamente, o controle do A1. Ou, se pensarmos em uma escala de controle, *pensar*, nesse caso, implica menos controle que em:

(111) Vou pensar sobre o assunto.[57]

Já que, nesse exemplo (111), observamos que há o controle do argumento 1 sobre o EC.

O mesmo acontece com o exemplo a seguir, em que temos o EC [- controle], ou seja, não determinado pelo A1.

(112) Coisas que eu achei que não fazia mais[58]

No entanto, podem ocorrer EC de *estado*, como nos casos de uso dos verbos *gostar* e *querer*, que não envolvem dinamismo [-dinâmico], nem controle [- controle], como se observa nos exemplos (106) e (113), respectivamente:

(106) Eu sou metade. Metade da mulher que eu gostaria que eu fosse (...)

(113) metade dos sorrisos que eu queria saber brilhar (...)

---

[57] Exemplo elaborado para fazer a comparação entre os dois casos do uso de *pensar*.

[58] Exemplo encontrado em: http://www.edcm.net/blog/blog1.php/2008/10/10/coisas-que-eu-achei-que-nao-fazia-mais.

Esses exemplos constituem um tipo de EC de *estado*, pois não envolvem dinamismo [-dinâmico], nem controle [-controle], ou seja, o A1 não determina a ocorrência do EC.

Chafe (1987) também orienta sua análise da oração segundo a ideia da centralidade do verbo, que engloba *estados* (condições, qualidades) e *eventos*. Sua proposta para uma tipologia sintático-semântica do verbo envolve quatro classes:

Ação – quando expressa uma atividade realizada por um sujeito *agente*.

(114) O menino correu[59].

Processo – quando expressa evento ou sucessão de eventos que afetam um sujeito *paciente* ou *experimentador*.

(115) João sente calor.

Ação-processo – quando expressa uma ação realizada por um sujeito *agente* ou por um sujeito *causativo*, afetando o complemento (A2), que sofre uma mudança de estado, de condição ou de posição.

(116) A chuva alagou a rua.

Estado – quando expressa uma propriedade (estado, condição, situação) localizada no sujeito que é apenas suporte dessa propriedade, seu *experimentador beneficiário*.

(117) O livro está na gaveta.

Os verbos das construções pseudo-relativas modalizadoras parecem enquadrar-se, nos termos de Chafe, nas classes sintático-semânticas de *ação* (*dizer*, nos exemplos (93) e (98), implica um sujeito agente) e de *processo* (*pensar*, no exemplo (4), e *achar*, no exemplo (112), expressam evento que afeta um sujeito *paciente* ou *experimentador*).

(93) Como esquecer uma amiga que eu disse que amava muito ela e ela disse que não pode corresponder?

[59] Os exemplos (114) a (117) foram elaborados para ilustração.

(98) Porque a minha melhor amiga que eu disse que estou apaixonado não me quer.?

(4) Ali está o homem que eu pensei que tivesse desaparecido.

(112) Coisas que eu achei que não fazia mais

Assim como também podem enquadrar-se na categoria de verbos de *estado* (como no caso dos usos dos verbos *gostar*, no exemplo (106) e *querer*, no exemplo (113)).

(106) Eu sou metade. Metade da mulher que eu gostaria que eu fosse (...)

(113) metade dos sorrisos que eu queria saber brilhar, (...).

Em tais exemplos, o EC apresenta os traços [- dinâmico] e [- controle] do A1, o que configura o enquadramento na categoria de verbos de *estado*, segundo a classificação de Chafe (1987).

5.3. FUNÇÕES SEMÂNTICAS DO A1 DO VERBO DA ORAÇÃO PSEUDO-RELATIVA MODALIZADORA

Outro aspecto importante na consideração do verbo como elemento central da predicação se refere aos termos que fazem parte de sua valência[60]. Todos os constituintes que preenchem os lugares vazios exigidos pela valência verbal são considerados complementos, inclusive o sujeito.

Na 'gramática de dependência', de Tesnière (1959), o sujeito é equiparado aos outros complementos, quer dizer, ele faz parte da valência verbal, é um termo subordinado ao verbo, assim como o são os outros actantes.

A estrutura argumental do verbo se realiza por meio de relações lógico-semânticas, em que se tem um fenômeno sintático (relacionado à obrigatoriedade, ou não, da realização de um determinado termo na oração) que envolve a semântica (pois os papéis semânticos desempenhados pelos argumentos obedecem a certas restrições de

[60] Segundo Borba (1991), valência consiste no conjunto de relações que se estabelecem, no caso, entre o verbo e seus actantes (argumentos).

seleção e preenchimento) e a pragmática (visto que a realização de sentenças resulta de intenções comunicativas) (NEVES, 2006, p. 40).

Dik (1997) propõe a seguinte tipologia para os papéis semânticos desempenhados pelos argumentos:

Para funções semânticas do Argumento 1, temos[61]:

Agente: entidade que controla uma ação. Ex.: **João** estava lendo um livro.

Posicionador: entidade que controla uma posição. Ex.: **João** mantém seu dinheiro numa meia velha.

Força: entidade não-controladora que instiga um processo. Ex.: **O terremoto** moveu a rocha.

Processado: entidade que passa por um processo. Ex.: **A rocha** moveu.

Zero: entidade primariamente envolvida em um estado. Ex.: **A xícara** estava na mesa.

Processado experienciador: entidade que experimenta um processo. Ex.: **As crianças** sentiram saudades dos amigos.

Zero experienciador: entidade que experimenta um estado. Ex.: **Sua secretária** é muito competente.

E para as funções semânticas dos argumentos A2 e A3, temos:

Meta: a entidade afetada ou efetuada pela operação de algum controlador (agente/posicionador) ou força. Ex.: O menino molhou **o quintal**.

Localização: o lugar onde algo está localizado. Ex.: o livro está **na gaveta**.

Direção: a entidade em direção da qual algo se move ou é movido. Ex.: João mudou-se do interior **para a capital**.

Fonte: a entidade a partir da qual algo se move ou é movido. Ex.: João mudou-se **do interior** para a capital.

Referência: o segundo ou terceiro termo de uma relação com referência à qual a relação é dita conservada. Ex.: João parece **com o pai**.

A seguir, encontra-se um esquema com as combinações mais comuns de funções semânticas dentro de estruturas de predicado básico.

[61] Estes são exemplos adaptados para o português com base nos exemplos fornecidos pelo autor.

Figura 5: Funções semânticas dos argumentos

A1	A2	A3
Agente [Exp]	Meta [Exp]	Recipiente [Exp]
Posicionador		Localização
Força		Direção
Processado [Exp]		Fonte
Zero [Exp]		Referência

Em relação aos exemplos tomados para análise, parece que, sendo, frequentemente, verbos de cognição e volição, o A1 terá o traço [+Exp], às vezes associado ao EC com traços [+dinâmico] e [-controle], como podemos observar no exemplo a seguir:

(4) Ali está o homem que eu pensei que tivesse desaparecido.

Assim como, às vezes, poderá estar associado a EC com traços [- dinâmico] e [-controle], como podemos observar no exemplo a seguir:

(106) Eu sou metade. Metade da mulher que eu gostaria que eu fosse[62].

Com verbos de elocução, o A1combinará com EC com os traços [+ dinâmico] e [+ controle], como nos exemplos que seguem:

(93) Como esquecer uma amiga que eu disse que amava muito ela e ela disse que não pode corresponder?

(98) Porque a minha melhor amiga que eu disse que estou apaixonado não me quer?

[62] Exemplo encontrado no endereço eletrônico: http://www.prahoje.com.br/copas/2007_09_01_archive.html

5.4. SÍNTESE CONCLUSIVA

Denominamos a construção que é tema desta dissertação de *pseudo-relativas*, como já afirmado anteriormente, por serem orações que apresentam um pronome relativo com função sintática na oração substantiva, e não na relativa. E *modalizadoras*, porque apresentam um verbo que expressa a atitude do falante.

Uma análise das propriedades sintático-semânticas do verbo da pseudo-relativa modalizadora revela que tais construções, de acordo com as tipologias de Chafe (1987) e Dik (1997), consistem, em geral, em um *evento* de *ação*. Observamos, todavia, que pode ocorrer ainda EC de *processo*, em que há algum tipo de mudança nas entidades envolvidas, porém sem o traço controle, ou, em uma escala de controle, envolve menos controle que em outros contextos do verbo em análise (*pensar*); e de *estado*, que não envolve dinamismo, nem controle.

Em relação às funções semânticas do A1, os exemplos tomados para ilustração das pseudo-relativas modalizadoras parecem, às vezes, associados a EC com os traços [+dinâmico] e [-controle]; assim como aos traços [-dinâmico] e [-controle]. Por envolverem verbos de *cognição* e *volição*, o traço [+ experienciador] frequentemente está associado ao A1 dessas orações.

CAPÍTULO VI

AS ORAÇÕES PSEUDO-RELATIVAS MODALIZADORAS: PROPRIEDADES SEMÂNTICO-DISCURSIVAS

Neste capítulo, objetivamos analisar as propriedades semântico-discursivas da oração pseudo-relativa modalizadora. Em um primeiro momento, analisaremos o tipo de verbo de acordo com uma tipologia semântico-discursiva proposta por Neves (2000). Em seguida, investigaremos a natureza do referente do antecedente da oração em análise, sobretudo no que diz respeito ao seu estatuto informacional. Passaremos, então, à discussão sobre o relevo discursivo como parâmetro de organização das sentenças em que se manifesta a oração pseudo-relativa modalizadora. E, por último, procederemos a uma reflexão sobre os aspectos semântico-enunciativos do argumento 1 (sujeito) do verbo da oração em estudo.

6.1. CLASSE SEMÂNTICO-DISCURSIVA DO VERBO DA ORAÇÃO PSEUDO-RELATIVA MODALIZADORA

Neves (2000) estabelece uma subclassificação para os verbos que constituem predicados[63], baseando-se em três critérios:

- numa *subclassificação semântica*: fundamentada no critério de *dinamicidade* – dinâmicos e não-dinâmicos;
- numa *subclassificação com integração de componentes*: fundamentada nos componentes:
    - ✓ *aspecto* – télicos (acabados) ou não-télicos (inacabados);
    - ✓ e *controle* – sendo ou não controlados pelo A1;
- e numa *subclassificação segundo a transitividade*: na qual está implicada a valência verbal.[64]

---

[63] Já que, para ela, há verbos que constituem ou não predicados. Os que não constituem predicado são os verbos modais, os que indicam aspecto e os verbos auxiliares de tempo e de voz.

[64] Para esta análise, interessa-nos esta última subclassificação. Para uma maior aprofundamento, recomendamos a leitura de Neves (2000).

De acordo com a transitividade, ou seja, a capacidade de os verbos abrirem em torno de si lugares vazios que devem ser preenchidos por outras palavras, há quatro classes de verbos:

- verbos cujo objeto sofre mudança no seu estado (*construir*, *lavar*, *quebrar*, *aquecer*);
- verbos cujo objeto não sofre mudança física (*aplaudir*, *flagrar*, *conversar*);
- verbos que possuem um complemento não-preposicionado e um complemento preposicionado (*colocar*, *pôr*, *dar*, *encher*);
- e verbos que têm complementos oracionais (*saber*, *dizer*, *achar*).

Nesse último grupo, incluem-se os *verbos de modalidade*, *de cognição*, *de manipulação* e *de elocução*. Para a autora, tais verbos possuem complementos oracionais e apresentam a atitude do falante na situação do discurso.

Os *verbos de modalidade*, *de manipulação* e alguns *de elocução* fazem parte do subgrupo dos verbos *implicativos*, nos quais está envolvida a noção de condição necessária que determina a ocorrência ou não do EC descrito na oração completiva (que serve como complemento)[65]. Os exemplos a seguir ilustram tipos de *verbos implicativos*:

(118) Os consumidores **conseguiram** absorver a alta de preços.

(119) **Preocupava-me** notar o isolamento de uma pessoa na multidão.

Já os *verbos de cognição* e alguns *de elocução* encontram-se no subgrupo dos verbos factivos, os quais têm a propriedade de indicar que a proposição descrita na oração completiva é um fato, seja afirmado ou negado, como observamos nos exemplos a seguir:

(120) O povo **sabe** que o homem não era cego.

(121) Eu **disse** que ele estava doente.

Esses são os verbos que mais interessam no estudo da oração pseudo-relativa modalizadora. Os *verbos de cognição* caracterizam-se por expressar uma avaliação do

[65] Como não fazem parte do escopo deste trabalho, não serão detalhadamente apresentados.

falante, além de implicar a factualidade, seja afirmada ou negada, da proposição da oração completiva, como nos mostram as construções pseudo-relativas modalizadoras a seguir:

(4) Ali está o homem que eu **pensei** que tivesse desaparecido.

(74) Votarei na pessoa que eu **acredito** que irá trazer o melhor grupo de ferramentas para afrontar os problemas do século XXI para os Estados Unidos (...).

(112) coisas que eu **achei** que não fazia mais.

Os verbos *pensar*, *acreditar* e *achar* encontram-se no subgrupo dos *verbos de atividade mental*, ou seja, verbos que, além da factualidade da proposição oracional, expressam julgamento, opinião, crença do falante.

E *os verbos de elocução* caracterizam-se por serem introdutores de discurso (direto ou indireto). Esse tipo de discurso é para citar, é para introduzir a voz de outro. Com discurso direto, o falante se ausenta totalmente da responsabilidade do que está dizendo, atribuindo-a à fonte da oração citada. Diferentemente, com o discurso indireto, o falante constrói uma paráfrase daquilo que vai mencionar, assumindo, assim, a responsabilidade do que está sendo referido, como acontece com a construção analisada:

(122) E há mil e uma outras coisas que ela diz que gosta de fazer em casa[66].

O verbo *dizer* é um típico *verbo de elocução*, é um verbo de *ação* (na tipologia de Dik) cujo complemento direto é o conteúdo proposicional que está sendo dito. No caso do exemplo citado, o falante constrói uma paráfrase, tomando para si a responsabilidade do que está dizendo.

[66] Exemplo encontrado n endereço: http://www.maxima.pt/0104/mulher_carreira/a01-00-00.shtml.

6.2. ESTATUTO INFORMACIONAL DO ANTECEDENTE DA ORAÇÃO PSEUDO-RELATIVA MODALIZADORA

Nos estudos funcionalistas, observamos que um dos aspectos de maior influência nas escolhas linguísticas do falante refere-se à questão do *estatuto informacional* dos termos na oração. Entende-se por *fluxo de informação* os aspectos cognitivos e sociais do modo como o falante "empacota" a sua mensagem no momento de transmiti-la ao ouvinte (CHAFE, 1987). Esse "empacotamento" leva em consideração a crença do falante ao pressupor o que existe na consciência do ouvinte no momento da enunciação. A relação, portanto, não se dá com o conteúdo das ideias, propriamente dito, mas com seu *status*, com a organização da informação enquanto mensagem.

Do ponto de vista da função textual da linguagem (HALLIDAY, 1985), a oração se divide em duas partes: em ***Tema*** – que constitui o primeiro elemento na oração, ou seja, o ponto de partida da mensagem; e em ***Rema*** - que corresponde à segunda parte da oração, em que desenvolvemos o Tema.

Geralmente, organizamos as sentenças da seguinte maneira: em um ponto inicial, expressamos o que já é de conhecimento do interlocutor, como uma forma de contextualizá-lo para depois expor o conteúdo que, efetivamente, queremos informar ao interlocutor. Portanto, na maioria das vezes, o Tema expressa a **informação dada** – conhecida ou recuperável pelo interlocutor; ao passo que o Rema expressa a **informação nova**. Entretanto, Tema-Rema e Informação Dada e Nova são conceitos que pertencem a níveis diferentes de análise.

A articulação Tema-Rema é uma configuração estrutural que organiza a oração como mensagem; ao passo que o estatuto informacional (informação dada e informação nova) refere-se à crença do falante ao pressupor que determinado constituinte seja de conhecimento do interlocutor.

Para Halliday (1985), **informação dada** é aquela que é apresentada pelo falante como recuperável, por já ter sido mencionada no discurso ou porque, de algum modo, é acessível ao interlocutor; e **informação nova** é aquela que não é recuperável pelo ouvinte.

Dik (1997) refere-se ao estatuto informacional dos constituintes em relação ao **Tópico do Discurso** (*Tópico-D*), ou seja, em relação à entidade sobre a qual certo discurso dá informação. Temos:

- **tópico novo** (*NewTop*) quando a entidade é introduzida pela primeira vez no discurso;
- **tópico dado** (*GivTop*) quando a entidade já foi introduzida no discurso;
- **subtópico** (*SubTop*) quando a entidade pode ser razoavelmente assumida como "disponível" a partir de sua relação com o tópico-D;
- **tópico restituído** (*ResTop*) quando a entidade, que não é mencionada por um certo tempo no discurso, é "reavivada" e restabelecida como um *GivTop*.

Chafe (1987) postula a existência de **estados de ativação** dos conceitos na consciência do ouvinte, ou seja, do julgamento que o falante faz, a cada momento da conversação, sobre o que presume já existir na mente do ouvinte. Podem ser **ativos** (*Informação Dada*), quando estão na consciência focal de uma pessoa; **inativos** (*Informação Nova*), quando podem estar na memória de longo termo, mas não estão ativados nem focal, nem perifericamente na consciência de alguém; **semiativos** (*Informação Acessível*), quando já foram mencionados no discurso ou estão presentes na situação, mas "esmaeceram" na consciência focal.

Um dos parâmetros associados ao fluxo de informação é a **Identificabilidade**. Segundo Chafe (1994), um SN identificável é aquele que o falante assume como possível de ser reconhecido pelo ouvinte. Os componentes da identificabilidade são:

a) o SN é considerado como *informação compartilhada*, direta ou indiretamente, pelo ouvinte;
b) o SN já foi verbalizado de uma maneira suficientemente identificadora;
c) o SN é contextualmente saliente.

E os meios de identificabilidade podem ser:

a) emprego de 1º e 2º pessoas;
b) menção em discurso anterior (anáfora) ou posterior (catáfora);
c) referência proposicional (baseada em conteúdo proposicional precedente), situacional (contexto físico da interação), ou por *frame* (universal, isto é,

culturalmente compartilhado, referente evocado, ou seja, *frame* já ativado no discurso);

d) nomes próprios, partes do corpo, termos que designam parentesco, âncoras (a partir de um referente dentro do mesmo SN possessivo ou oração relativa).

A relação entre a identificabilidade e os estados de ativação pode, assim, ser resumida: um conceito **Novo** (*Inativo*) pode ser **Identificável** ou **não-Identificável**, bem como um conceito **Identificável** pode ser **Dado** ou **Novo**, já que a distinção **Dado** e **Novo**, para Chafe, diz respeito a estados de ativação.

Em relação às construções que estão sendo analisadas, podemos afirmar que, em:

(4) Ali está **o homem** que eu pensei que tivesse desaparecido.

e em:

(98) Porque **a minha melhor amiga** que eu disse que estou apaixonado não me quer?

os antecedentes das orações pseudo-relativas modalizadoras, *o homem* e *a minha melhor amiga*, pressupõem-se como *informações dadas*, ou pelo menos, *identificáveis* pelo interlocutor, pois constituem referentes designados por SN definidos, que parecem ser consideradas como *informações compartilhadas*, direta ou indiretamente, entre seus interlocutores.

Diferentemente, é o que acontece com:

(76) agora tem uns que:: tem mais ou menos uns **uns trêis quarto de gente** que eu acho que é pela fé né (...).

em que temos a introdução, no universo discursivo, de um *referente novo*, o que é indicado pela presença do artigo indefinido.

Nos dois casos, a pseudo-relativa modalizadora cumpre a função de contextualizar, subjetivamente, a identidade do referente construído no discurso. Mais do que uma função estritamente referencial, essa construção cumpre um propósito

argumentativo-atitudinal, revelando conhecimentos, crenças, julgamentos e opiniões a respeito de um referente discursivo.

6.3. RELEVO DISCURSIVO E CONTEXTO DE USO

Nos estudos funcionalistas, a análise linguística deve levar em consideração a interação social, o uso concreto da língua numa situação interacional. Com base nisso, algumas pesquisas se preocupam em investigar como o usuário da língua organiza e interpreta textualmente as sentenças. Essa organização é determinada pelos objetivos comunicativos que o falante deseja transmitir e por sua percepção da necessidade de seu interlocutor.

Por conta disso, o texto apresenta uma distinção entre o que é *central* e o que é *periférico*. Em geral, o falante orienta seu interlocutor em relação aos enunciados centrais e periféricos de seu discurso. A essa relação, corresponde a distinção entre *figura* e *fundo*.

De acordo com Hopper e Thompson (1980), elementos *centrais* são caracterizados como *figura*; ao passo que elementos *periféricos* constituem *fundo*. A esses valores está relacionado o conceito de *transitividade*: orações mais transitivas tendem a ser interpretadas como partes centrais do texto – correspondem à *figura* – ao passo que orações menos transitivas são interpretadas, mais provavelmente, como partes periféricas – correspondem a *fundo*.

A transitividade é, segundo a gramática tradicional, a transferência de uma ação de um agente para um paciente, sendo, portanto, uma propriedade dos verbos, que são classificados como *transitivos* (quando exigem complemento direto ou indireto) ou *intransitivos* (quando não necessitam de complemento). Para Hopper e Thompson (1980), a transitividade é entendida como uma propriedade escalar da oração inteira. Desse modo, entendemos que é toda a sentença que é classificada como transitiva, e não somente o verbo.

O conceito de transitividade, para eles, é compreendido como uma noção contínua, escalar, na qual se investigam dez parâmetros que determinam o maior ou o

menor grau de transitividade de uma sentença. Eles se encontram especificados no quadro a seguir:

Quadro 3: Parâmetros de transitividade

	Transitividade alta	**Transitividade baixa**
1. Participantes	Dois ou mais	Um
2. Cinese	Ação	Não-ação
3. Aspecto do verbo	Perfectivo	Não-perfectivo
4. Pontualidade do verbo	Pontual	Não-pontual
5. Volição	Volitivo	Não-volitivo
6. Polaridade da oração	Afirmativa	Negativa
7. Modo do verbo	*Realis*	*Irrealis*
8. Agentividade do sujeito	Agentivo	Não-agentivo
9. Afetação do objeto	Afetado	Não-afetado
10. Individuação do objeto	Individuado	Não-individuado

(Quadro baseado em Hopper e Thompson, 1980)

Analisando o quadro, concluímos que orações com dois ou mais participantes, cujo verbo apresente a transferência de uma ação, que especifique um ponto final ou um limite conceitual, que apresente um sujeito agente, controlador da ação que se passa no modo indicativo (*realis*), que afete um objeto referencial e definido tendem a constituir *figura*; ao passo que orações com um participante, cujo verbo não apresente a transferência de uma ação especificada por um ponto final ou um limite conceitual, que não seja controlada por um sujeito agente, nem afete um objeto referencial e definido tendem a ser classificadas como *fundo*, ou seja, apenas sustentam, ampliam ou comentam a porção principal que é a *figura*.

Contudo, alta e baixa transitividade são pólos. Além disso, é possível que uma oração com um participante seja mais transitiva que outra que tenha dois participantes, como podemos observar na análise de Furtado da Cunha (2003) para os exemplos a seguir:

(123) Batman derrubou o Pinguim com um soco.

(124) Então o Pinguim chegou na festa.

(125) A Mulher Gato não gostava do Batman.

(126) Esse rio tem uma forte correnteza.[67]

De acordo com os parâmetros de Hopper e Thompson, no exemplo (123) temos a oração considerada como mais transitiva das quatro analisadas, pois contém todos os dez parâmetros: dois participantes (Batman e Pingüim); verbo de ação (derrubou); aspecto perfectivo (ação télica); verbo pontual (ação abrupta); sujeito controlador da ação; oração afirmativa; com o verbo no modo *realis*; sujeito agente votitivo (Batman); objeto afetado e individuado (Pingüim).

Depois dela, o exemplo (124) traz a segunda oração mais transitiva. Apesar de ser classificada como intransitiva pela gramática tradicional, essa oração apresenta sete dos dez parâmetros: cinese, aspecto perfectivo, verbo pontual, sujeito controlador da ação, polaridade afirmativa, modo *realis*, sujeito agente volitivo.

O exemplo (125) vem logo em seguida, já que apresenta quatro dos dez parâmetros: dois participantes, objeto individuado, verbo perfectivo e modo *realis*. E, por último, na escala de transitividade, encontra-se o exemplo (126), que apenas apresenta os parâmetros modo *realis* e polaridade afirmativa.

Portanto, é possível diferenciar orações mais transitivas e menos transitivas mesmo entre aquelas denominadas pela tradição gramatical de *intransitivas*, como é o caso do exemplo (124), analisado há pouco.

Segundo Hopper e Thompson, quanto mais desses parâmetros a oração apresentar, mais transitiva será considerada e mais propensa a ser *figura*. Da mesma forma, quanto menos desses parâmetros forem observados, menos transitiva e mais propensa a constituir *fundo* será a oração.

Tomemos para análise das pseudo-relativas modalizadoras os exemplos já citados:

(4) Ali está o homem *que eu pensei que tivesse desaparecido*.

(92) Ela esteve aqui, eu lhe disse, e ele, nada respondendo de pronto, virou-se para mim e ergueu no ar o papel *que eu imaginei que estivera a ler*.

[67] Exemplos copiados de Furtado da Cunha; Costa; Cezario (2003).

(93) Como esquecer uma amiga *que eu disse que amava muito ela* e ela disse que não pode corresponder?

Dos três exemplos, podemos considerar mais transitiva a oração pseudo-relativa modalizadora do exemplo (93), pois, dos dez traços, ela apresenta oito: dois participantes; cinese (verbo de ação – *disse*); aspecto perfectivo (ação télica); verbo pontual (ação abrupta); sujeito controlador da ação (primeira pessoa – eu); oração afirmativa; com o verbo no modo *realis*; e sujeito agente (primeira pessoa – eu).

Em um mesmo ponto, encontrariam-se as orações dos exemplos (4) e (92). Ambas apresentam os traços: aspecto perfectivo (ação télica); verbo pontual (ação abrupta); oração afirmativa; e o verbo no modo *realis*.

Os verbos de cognição *pensar* e *imaginar* podem ser vistos como eventos de ação que se passam nas faculdades mentais de um sujeito experienciador[68]. Podemos, todavia, argumentar que, nesses exemplos, a ideia de controle e agentividade é menor do que nos verbos de elocução, no caso, *dizer*.

Portanto, o exemplo (93) está mais propenso a constituir *figura* do que os outros dois, que, pela análise, apresentaram transitividade mais baixa, o que levaria a classificá-los como sendo porções de *fundo*, ou seja, correspondem a descrições de ações ou de eventos simultâneos ao aspecto principal que é a *figura*, ou somente comentários avaliativos.

Sendo comentários subjetivos que, em geral, fazemos sobre referentes discursivos identificáveis, a oração pseudo-relativa modalizadora, apesar de figurar, frequentemente, numa oração restritiva, parece mais propensa a constituir passagens de fundo. A informação restritiva (e, desse modo, supostamente indispensável, segundo os gramáticos tradicionais) seria a que se encontra como complemento da substantiva. Todavia, se retirássemos a marca da construção modalizadora (os verbos de cognição, de elocução), o resultado exibiria uma clara contradição:

(4) Ali está o homem que eu pensei que tivesse desaparecido.
(asserção *realis*) (asserção *irrealis*)

(127) Ali está o homem que tinha desaparecido.
(asserção *realis*) (asserção *realis*)

[68] Segundo Borba (1991), *pensar* e *imaginar* são verbos de ação, que se constroem com sujeito agente.

É interessante observar que, na descrição de uma entidade por meio de uma expansão do termo que a designa, insere-se um predicado de valor modal encaixador (*pensar*, *saber*, *dizer*, etc.) de uma proposição, isto é, de um fato possível. Em outras palavras, numa instância de manifestação da função representacional, revela-se a função interpessoal pelo uso de predicados encaixadores de conteúdos proposicionais com valor argumentativo-atitudinal. Portanto, no exemplo (4), não se trata de um homem que tinha desaparecido (EC), mas que o enunciador pensou que tivesse desaparecido (fato possível).

6.4. ASPECTOS SEMÂNTICO-ENUNCIATIVOS DO A1 DO VERBO DA ORAÇÃO PSEUDO-RELATIVA MODALIZADORA

No nível pragmático, encontramos a questão da intenção comunicativa que determina o modo de realização dos termos, em especial, do sujeito. Segundo Neves (2006):

> Quando uma oração se constrói com o chamado **sujeito expresso**[69], isso tem razões discursivo-textuais: não é porque alguém decidiu, num determinado momento, contemplar uma das 'subclasses' de sujeito da Nomenclatura Gramatical Brasileira (sujeito oculto, sujeito simples, etc.) que tal tipo de sujeito aparece, mas porque, nesse ponto do enunciado, um sintagma nominal se faz necessário para operar uma descrição, imprescindível, por exemplo, à configuração de uma entidade como elemento 'novo' no fluir da informação, o que não se obtém com Ø ('sujeito oculto') nem mesmo com *ele* ou *ela* (sujeito expresso por pronome) (NEVES, 2006, p. 40).

Há, portanto, uma razão discursiva, ou seja, que diz respeito à intenção comunicativa do falante na escolha entre sujeito expresso por sintagma nominal (SN) ou por pronome pessoal. Um sujeito expresso por um SN indica a necessidade da especificação descritiva – por um nome – da entidade referente; diferentemente, a escolha pelo pronome pessoal denota que não há necessidade de uma especificação descritiva, apenas de uma referenciação pessoal.

Outra questão importante diz respeito às *pessoas da enunciação*. Em um estudo feito por Neves (2006) sobre o papel semântico ou pragmático de um sujeito redundante (que seria expresso pela desinência verbal) em relação à flexão verbal, a autora encontrou, entre os resultados, o fato de que a primeira pessoa do singular é a que mais

[69] Os grifos são da autora.

dispensa sujeito expresso. Contudo, essa tendência é dependente do tipo de verbo. Por exemplo, com verbos de julgamento (de cognição), ela observou que parece ser bastante importante a marca da presença do sujeito modalizador, principalmente, quando ele é o falante. Essa particularidade pode ser observada nos exemplos de oração pseudo-relativa modalizadora que tomamos para ilustração:

(4) Ali está o homem que **eu pensei** que tivesse desaparecido.

(92) Ela esteve aqui, eu lhe disse, e ele, nada respondendo de pronto, virou-se para mim e ergueu no ar o papel que **eu imaginei** que estivera a ler.

(74) Votarei na pessoa que **eu acredito** que irá trazer o melhor grupo de ferramentas para afrontar os problemas do século XXI para os Estados Unidos (...).

Pelos exemplos, percebemos que, semelhante ao que constatou Neves em suas análises, o verbo de cognição (ou de julgamento) está acompanhado de um sujeito expresso, embora seja de primeira pessoa (que já está expresso pela desinência verbal). Da mesma forma, encontram-se expressos os sujeitos dos outros exemplos que serviram de base para a discussão dos parâmetros de análise:

(93) Como esquecer uma amiga que **eu disse** que amava muito ela e ela disse que não pode corresponder?

(98) Porque a minha melhor amiga que **eu disse** que estou apaixonado não me quer?

Notemos que, nesses exemplos, a escolha pelo sujeito pronominal expresso se deve a uma possível ambiguidade caso ele fosse suprimido, já que o antecedente da oração pseudo-relativa modalizadora é uma terceira pessoa, e as formas verbais de primeira e terceira pessoas do verbo “dizer” do tempo pretérito perfeito do modo indicativo são as mesmas.

Seriam ambíguos, portanto, os enunciados:

(93a) Como esquecer uma amiga que disse que amava muito ela e ela disse que não pode corresponder?

(98a) Porque a minha melhor amiga que disse que estou apaixonado não me quer?

Nesses dois exemplos, há a possibilidade de interpretar o sujeito do verbo *dizer* como sendo tanto a primeira como a terceira pessoa, ainda que, no exemplo (101a), haja um leve indício de os sujeitos dos verbos *dizer* e *estar* serem os mesmos. Mas que também, se interpretarmos que seja a terceira pessoa, não fica agramatical. Portanto, trata-se, realmente, de casos de ambiguidade.

Apesar dos resultados encontrados, Neves conclui que o que ela apresenta nesse estudo piloto que fez são apenas tendências e não regras determinantes. O que existe são "construções preferenciais condicionadas por fatores prosódicos, sintáticos, semânticos e pragmáticos" (op. cit., p. 49).

Podemos observar que as diferentes propriedades semântico-discursivas influenciam a escolha que o falante faz em optar por um ou outro modo de realização, dependendo da intenção comunicativa que tenha.

Como a construção da oração pseudo-relativa modalizadora se presta ao propósito de explicar a atitude do enunciador, por meio das categorias modalidade epistêmica e evidencialidade, parece coerente a opção do falante por explicitar, respectivamente, o A1 de primeira pessoa (modalidade epistêmica, com verbos de cognição, volição, opinião) e de terceira pessoa (evidencialidade citativa, com verbos de elocução).

6.5. SÍNTESE CONCLUSIVA

De acordo com a classificação de Neves (2000), os verbos das construções analisadas encontram-se nos subgrupos dos *verbos de cognição*, já que, além da factualidade da proposição oracional, expressam julgamento, opinião, crença do falante; e dos *verbos de elocução*, por serem introdutores de discurso (direto e indireto).

Outro parâmetro de análise refere-se ao *estatuto informacional* dos termos da oração. Em relação às construções analisadas, observamos que os antecedentes das orações pseudo-relativas modalizadoras são pressupostos como *informações dadas*, ou pelo menos, *identificáveis* pelo interlocutor, pois constituem referentes designados por

SN definido, que parecem ser considerados como informações compartilhadas, direta ou indiretamente, entre seus interlocutores; assim como também podem ser classificados como referentes novos, o que é indicado pela presença de artigo indefinido. No entanto, nos dois casos, a oração pseudo-relativa modalizadora cumpre a função de contextualizar, subjetivamente, a identidade do referente construído no discurso. Mais do que uma função estritamente referencial, essa construção cumpre um propósito argumentativo-atitudinal, revelando conhecimentos, crenças, julgamentos e opiniões a respeito de um referente discursivo.

Em relação ao relevo discursivo, observamos que, nos exemplos ilustrados, os verbos de cognição podem ser vistos como eventos de ação que se passam nas faculdades mentais de um sujeito experienciador. Portanto, é mais propenso a constituir *fundo*. E os verbos de elocução, por apresentarem a ideia de controle e agentividade maior do que nos verbos de cognição, são mais propensos a constituir *figura*.

Por último, no nível pragmático, analisando os aspectos semântico-enunciativos do A1, constatamos que os verbos de *cognição* (ou de julgamento), geralmente, estão acompanhados de um sujeito expresso, ainda que seja de primeira pessoa, expresso pela desinência verbal. Em relação aos exemplos com verbos de *elocução*, constatamos que também se apresentam com sujeito expresso, mas, no caso dos exemplos analisados, isso se deve a outra explicação: à necessidade de se evitar a ambiguidade.

No entanto, tratamos aqui de tendências, preferências condicionadas pela prosódia, pela sintaxe, pela semântica e pela pragmática, e não de regras determinantes que devam ser seguidas.

CONCLUSÃO

Adotando um suporte teórico funcionalista, que busca a integração dos aspectos sintáticos, semânticos e pragmático-discursivos, procuramos analisar o fenômeno designado aqui de *pseudo-relativa modalizadora*.

Primeiramente, propomo-nos investigar se tal construção é contemplada nas análises das abordagens tradicional, estruturalista e gerativista. Constatamos que, à exceção de Dias (1918), Pereira (1952) e Bechara (1999), nenhuma outra gramática apresenta o tema que é objeto de estudo desta dissertação. A abordagem estruturalista aproxima as orações relativas das apositivas. E a abordagem gerativista sugere que as orações relativas ocorrem por meio de regras transformacionais. Tal explicação não encontra aqui respaldo, pois assumimos a postura de que soluções interpretativas de cunho transformacional para mudança de estruturas são, a nosso ver, arbitrárias e abstratas demais em relação aos fatos linguísticos.

Em um segundo momento, partimos para a análise, sob a orientação funcionalista, dos exemplos encontrados, particularmente, em *blogs*. Entre as bases teóricas do funcionalismo, destacamos as que se seguem.

O funcionalismo defende a *inclusão da pragmática na gramática* por assumir que motivações externas influenciam as escolhas do falante. Tal embasamento refere-se ao *estatuto informacional* dos termos envolvidos na situação comunicativa. Em nossa análise, procuramos investigar o estatuto informacional do antecedente da oração pseudo-relativa modalizadora com base na classificação de Chafe (1987). Constatamos que os antecedentes das orações pseudo-relativas modalizadoras são pressupostos como *informações dadas*, ou pelo menos *acessíveis* pelo interlocutor, já que se apresentam com SN definido, o que parece presumir que se trata de informações compartilhadas, direta ou indiretamente, entre seus interlocutores; assim como também podem ser classificados como *referentes novos*, quando acompanhados do artigo indefinido. Contudo, nas duas situações, a oração pseudo-relativa modalizadora desempenha a função de contextualizar a identidade do referente construído no discurso, além de revelar a atitude argumentativa em relação a conhecimentos, crenças, opiniões, julgamentos a respeito de tal referente discursivo.

Investigamos também os *princípios de iconicidade e marcação* que se estabelecem entre forma e função. Acreditamos que a oração pseudo-relativa

modalizadora constitua uma *forma marcada*. Baseamos nossa hipótese no critério de menor frequência e maior complexidade que tal construção apresenta.

Outra discussão sugerida nesta dissertação diz respeito às *pressões do uso sobre a gramática*. Acreditamos que o *princípio de economia* exerce grande influência na organização da oração. Constatamos que o pronome relativo *que* da oração pseudo-relativa modalizadora exerce duas funções. Ele faz referência ao termo antecedente; assim como serve de conector para a introdução de um conteúdo proposicional que apresenta a subjetividade do falante.

Outro assunto abordado refere-se à *noção de prototipia*, ou seja, ao membro mais característico de uma determinada categoria. Concluímos, neste trabalho, que as orações pseudo-relativas modalizadoras distanciam-se da representação prototípica da oração relativa padrão. No entanto, encontramos um padrão recorrente entre elas: tendem a ocorrer com verbos que abrigam orações substantivas como um de seus termos.

O *princípio de gramaticalização*, apesar de não fazer parte do escopo deste trabalho, aparece para indicar que o pronome relativo *que* das construções pseudo-relativas modalizadoras assume duas funções: a função referencial (referir-se a um termo antecedente); assim como a função de conector (introduzir uma proposição modal). Tal constatação nos faz crer que essa forma esteja em um processo de gramaticalização, já que uma das exigências envolvidas em tal processo é a transição de uma forma autônoma para uma gramatical (MEILLET, 1948). No entanto, não podemos assegurar tal especulação, pois, para isso, seria necessária uma investigação mais aprofundada que contemplasse tanto o caráter sincrônico quanto o diacrônico.

A categoria *modalidade* apresenta-se como muito relevante em nossa investigação, pois as construções denominadas pseudo-relativas modalizadoras abrigam um verbo que expressa a avaliação subjetiva do falante, seu (des)comprometimento com relação à verdade da proposição. Constatamos que os valores modais manifestados nas orações pseudo-relativas modalizadoras são, principalmente, *epistêmicos* (*pensar*, *acreditar*, *achar*) e *evidenciais* (*dizer*).

Com base na proposta funcionalista de Lehmann (1988), que considera que as relações entre as orações não devem ser dicotômicas, mas, analisadas em um *continuum* de graus de integração sintático-semânticos, verificamos que a oração pseudo-relativa modalizadora se inclui na definição de *encaixamento*, já que essa construção funciona como constituinte de outra oração. Portanto, a relação que se tem não é entre orações,

mas sim, entre um constituinte da frase e uma oração que exerce a função de termo integrado.

Outro fator observado refere-se às *propriedades sintático-semânticas do verbo da oração pseudo-relativa modalizadora*. Constatamos, segundo tipologia de Chafe (1987), que tais construções consistem, em geral, em um *evento* de *ação*, podendo, ainda, ocorrer em um EC *processo*, em que há mudança nas entidades envolvidas, porém sem o traço controle; e de *estado*, em que não há mudança, nem controle.

Em relação às *funções semânticas do A1*, outra propriedade analisada, os exemplos ilustram que os traços semânticos [+dinâmico] e [-controle] são, em geral, os apresentados pelos A1 das orações pseudo-relativas modalizadoras com verbos de *cognição* e *volição*; e os traços semânticos [+dinâmico] e [+controle] são, geralmente, os apresentados pelos A1 das orações pseudo-relativas modalizadoras com verbos de *elocução*.

Em relação ao *relevo discursivo*, baseamo-nos nos parâmetros de Hopper e Thompson (1980) que analisam os conceitos de *figura* e *fundo*, baseando-se no critério de *transitividade*. De acordo com eles, orações mais transitivas tendem a ser interpretadas como *figura*; ao passo que orações menos transitivas são interpretadas, mais provavelmente, como *fundo*.

Analisando os exemplos encontrados, constatamos que os verbos de elocução podem ser vistos como eventos de ação, estando, portanto, mais propensos a constituir *figura* do que os outros exemplos, que pela análise, apresentaram transitividade mais baixa, ou seja, constituindo *fundo*.

Por fim, em relação aos *aspectos semântico-enunciativos do A1*, constatamos que os verbos de cognição, em geral, apresentam sujeito expresso, ainda que seja de primeira pessoa, expresso pela desinência verbal. Já com verbos de elocução, constatamos que também apresentam sujeito expresso, porém, no caso dos exemplos analisados, essa peculiaridade deve-se à necessidade de se evitar ambiguidades, já que as formas verbais de 1ª. e 3ª. pessoas do verbo *dizer* do tempo pretérito perfeito do modo indicativo (verbo analisado nos exemplos) são as mesmas.

Lembramos, por fim, que este trabalho apresenta uma análise qualitativa do fenômeno designado de *pseudo-relativa modalizadora*. Acreditamos que, somada a essa análise, uma análise quantitativa levaria-nos a um entendimento mais completo dessa construção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Napoleão Mendes. **Gramática metódica da língua portuguesa**. São Paulo: Saraiva, 1985.

BASTOS, Wanderli Aparecido. **Relativização no português do Brasil**: uma abordagem funcional. 2002. Dissertação (Mestrado em Estudos linguísticos) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São José do Rio Preto, 2002.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística geral**. São Paulo: Nacional, 1976.

BORBA, Francisco da Silva. **Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil**. São Paulo: UNESP, 1991.

BORGES NETO, José. O empreendimento gerativo. In: MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Christina (orgs). **Introdução à Linguística** - Fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2007.

BRITO, Ana Maria Barros de. Sobre algumas construções pseudo-relativas em português. In: Revista da Faculdade de Letras. **Línguas e Literaturas**. Porto, 1995.

CARONE, Flávia de Barros. **Morfossintaxe**. São Paulo: Ática, 2002.

CASTILHO, Ataliba T. A gramaticalização. **Estudos linguisticos e literários**. UFBa. v. 19, 1997.

CEGALLA, Domingos Pascoal. **Novíssima Gramática da língua portuguesa**: com numerosos exercícios. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

CHAFE, W. L. Cognitive Constraints on Information. In: TOMLIN, R. **Coherence and Grounding in Discourse**. Amsterdam: John Benjamins, 1987.

_____. **Discourse, consciousness, and time**: the flow and displacement of concious experience in speaking and writing. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.

DIAS, Augusto Epiphanio da Silva. **Syntaxe histórica portuguesa**. Lisboa: Livraria Clássica, 1918.

DIK, Simon C. **The Theory of Functional Grammar**, vols 1 e 2. ed by HENGEVELD (Kess). Berlin/New York: Mounton de Gruyter, 1997.

DU BOIS, J. W. Competing Motivations. In: HAIMAN, J. (ed.). **Iconicity in syntax**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjjamins, 1985.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; COSTA, M. A.; CEZARIO, M. M. Pressupostos teóricos fundamentais. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E (org.). **Linguística funcional**: teoria e prática. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GIVÓN, Talmy. **Functionalism and grammar**. Amsterdam: Benjamins, 1995.

_____. **Syntax**: an introduction. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2001.

HAIMAN, J. (ed.). **Iconicity in syntax**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjjamins, 1985.

HALLIDAY, M. A. K. Notes on transitivity and theme in English. Part I. **Journal of Linguistics**, v. 3, n. 1, pp 37-81, 1967.

_____. An introduction to functional grammar. London: Edward Arnold, 1985.

HEINE *et al*. **Grammaticalization**: a conceptual framework. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

HENGEVELD, Kess. Clause structure and modality in Function grammar. In: AUWERA, J. V. D; GROOSSENS, L. (eds.). **Ins and outs of the predication**. Dordrech: Foris Publications, 1987.

_____. The architecture of a functional discourse grammar. In: GÓMES GONZÁLEZ, M. A; MACKENZIE, J. L. (eds.). **A new architeture for functional grammar**. Berlim: Mouton de Gruyter, 2003.

HOPPER, P.; THOMPSON, S. Transitivity in grammar and discourse. **Language**. Baltimore, v.56, n. 2, p. 255-99, 1980.

HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. **Gramaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

KIPARSKY, P. Historical linguistics. In: DINGWALL, W. (ed.). **A survey of linguistics science**. College Park: University of Maryland, 1971.

LABOV, W. The overestimation of functionalism. In: DIRVEN, R.; VILÉM, F. (eds.). **Functionalism in linguistics**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1987.

LEHMAN, C. Towards a tipology of clause linkage. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. A. (eds.). **Clause combining in grammar and discourse**. Amsterdam: John Benjamins, 1988.

LOBATO, Lúcia M. P. **Sintaxe gerativa do português**: Da teoria padrão à teoria da regência e ligação. Belo Horizonte: Vigília, 1986.

LYONS, John. **Língua e linguagem**: uma introdução. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

MACAMBIRA, José Rebouças. **A estrutura morfo-sintática do português**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1970.

MARTELOTTA, M. *et al*. (org). **Gramaticalização no português do Brasil** – uma abordagem funcional. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

MATHIESSEN, C.; THOMPSON, S. A. The structure of discourse and 'subordination'. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. A. (eds.). **Clause combining in grammar and discourse**. Amsterdam: John Benjamins, 1988.

MEILLET, A. **Linguistique historique et linguistique générale**. Paris: Champion, 1948.

MOLLICA, Maria Cecília de Magalhães. **Estudo da Cópia nas Construções Relativas do Português**. 1977. 1 v. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1977.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. Uma investigação funcionalista da modalidade epistêmica. In: NEVES, Maria Helena de Moura. **Descrição do português**: definindo rumos de pesquisa. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2001 (2001a).

_____. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 2001 (2001b).

_____. **A gramática**: história, teoria e análise, ensino. São Paulo: UNESP, 2002.

_____. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.

NOGUEIRA, Márcia Teixeira (org.). **Estudos Linguísticos de orientação funcionalista**. Fortaleza: UFC/GEF, 2007. 1 CD.

_____. **Os processos de referenciação e junção na construção apositiva**. Apresentação no Congresso em homenagem à profa. Dra. Maria Helena de Moura Neves. Araraquara-SP, UNESP, 2008.

OLIVEIRA, Mariângela Rios de. A integração das adjetivas. In: IV CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA, 4, 2000. **A perspectiva pancrônica da integração função-forma na sintaxe do português**, Rio de Janeiro: BRA, 2000. p. 11-28.

PALMER, F. R. Epistemic modality. In: PALMER, F. R. **Mood and modality**. Cambridge University Press, 1986.

PEIRCE, C. **Obra lógico-semântica**. Tradução espanhola. Madrid: Taurus, 1987.

PEREIRA, Eduardo C. **Gramática expositiva**. São Paulo: Nacional, 1952.

PERINI, Mário A. **Gramática descritiva do português**. São Paulo: Ática, 2007.

PEZATTI, Erotilde Goreti. O funcionalismo em linguística. In: MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Christina (orgs). **Introdução à linguística** - Fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2007.

PINHEIRO, Clemílton Lopes. **A relativização no português oral culto de Fortaleza**, 1998. Dissertação (Mestrado em Linguística – Área de concentração: Análise e Descrição Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística. UFC. Fortaleza, 1998.

RAPOSO, Eduardo p. **Teoria da gramática – a faculdade da linguagem**. Lisboa: Caminho, 1992.

ROCHA LIMA, Carlos H. da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

SAID ALI, M.. **Gramática histórica da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1971.

TAYLOR, J. R. **Linguistic categorization**: prototypes in linguistic theory. Oxford: Oxford University Press, 1989.

TESNIÈRE, L. **Élements de syntaxe structurale**. Paris: Klinckseck, 1959.

VILELA, Mário. **Gramática da língua portuguesa**. Coimbra: Almedina, 1995.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo